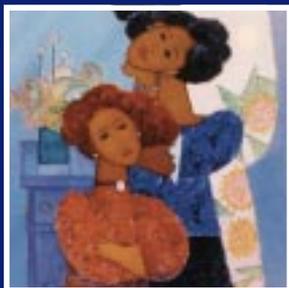




Caderno de
Literatura

Porto Alegre - Dezembro 2007 - Ano XI - n° 15



Elas

Técnica:
tinta acrílica sobre duratex

Ano:
1985

Nelson Jungbluth nasceu em 26 de novembro de 1921 na cidade de Taquara (RS). Em 1939, no Rio de Janeiro, começa a desenhar profissionalmente histórias em quadrinhos nas revistas Suplemento Juvenil e O Guri. Em 1946, ingressa no departamento de propaganda da Varig, onde, a partir de 1954, produz cartazes turísticos, cria os menus de bordo dos aviões, os folhetos promocionais e calendários. Criou a *Rosa dos Ventos*, logotipo da companhia. Em 1974, o astro do cinema francês, Michel Simon, apresenta na tv francesa o calendário Varig como o melhor da aviação internacional. Realizou inúmeras exposições individuais e coletivas e obteve prêmios. Em 1981, passa a dedicar-se integralmente à pintura. Produz obras para várias instituições no Brasil e exterior. É um dos principais artistas plásticos brasileiros da atualidade.

Caderno de Literatura

Fundado em 13 de junho de 1996

Caderno de Literatura na internet:
www.ajuris.org.br

Presidente da AJURIS

Denise Oliveira Cezar

Vice-Presidente Cultural

Andréa Rezende Russo

Diretor do Departamento de Cultura

Jorge Adelar Finatto

Conselho Editorial

Antonio Guilherme Tanger Jardim

Antonio Janyr Dall'Agnol Júnior

Carlos Saldanha Legendre

Jorge Adelar Finatto

José Carlos Laitano

Paulo Porcella (artista plástico)

Ricardo Pippi Schmidt

Jornalista Responsável

Carlos Alberto de Souza – 4994 DRT-RS

Revisão

Niamara Pessoa Ribeiro

Assistente Editorial

Viviane Muccillo Tigre

Projeto Gráfico

Karin Kazmierczak

Pré-impressão e Impressão

Gráfica Editora Pallotti

AJURIS

Rua Celeste Gobbato, 81 – 4º andar

Porto Alegre – RS – CEP 90110-160

Fone: (51) 3284.9100 – Fax: 3224.6844

E-mail: cadliteratura@ajuris.org.br

Tiragem: 25.000 exemplares

Distribuição gratuita

Apoio: Banco do Estado do Rio Grande do Sul

O Caderno de Literatura não é vendido, e todas as colaborações são feitas a título gratuito. É distribuído aos magistrados brasileiros e portugueses, a escolas, universidades, agentes e entidades culturais do Brasil e de diversos países. A memória cultural é nosso assunto.

Caderno de Literatura

Novembro 2007

sumário

- 04 **Apresentação**
Denise Oliveira Cezar
- 05 **Correio**
- 06 **O rumo do amanhecer**
Jorge Adelar Finatto

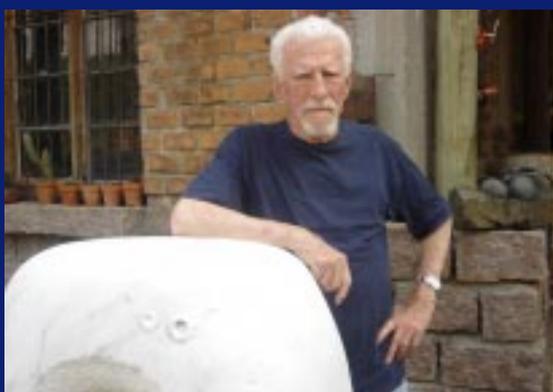
especial

O Brasil que veio da África

Foto: Eduardo Tavares.



- 08 **Comunidades remanescentes de Quilombos: marcas negras de resistência de norte a sul do Brasil**
Georgina Helena Lima Nunes
- 11 **Constituição assegura terra a remanescentes dos quilombos**
Carlos Alberto de Souza
- 13 **As razões do protesto negro e o resgate de direitos**
Edílson Nabarro
- 14 **Tributo a um precursor da consciência negra**
Carlos Alberto de Souza
- 16 **A magistratura e a escravidão**
Wilson Carlos Rodycz
- 18 **Quilombolas na Ilha Barba Negra**
Moacyr Flores



artigos

- 19 **CCJF: a arte e a aventura de criar um centro cultural**
Paulo Freitas Barata
- 22 **MARGS: 53 anos de Arte no coração de Porto Alegre**
Cézar Prestes
- 24 **Templários - os cavaleiros de Cristo**
Voltaire Schilling
- 26 **O juiz do terceiro milênio**
Andréa Rezende Russo

teatro

- 27 **Um festival como antigamente**
Luiz Paulo Vasconcellos

um juiz brasileiro

- 28 **Wilson Chagas e os abismos da alma**
Carlos Jorge Appel

autores e livros

- 32 **Álamo Oliveira**
Beatriz de Lima Pereira
- 33 **Açores e Brasil: os afectos da arte**
Álamo Oliveira
- 36 **Carlos Saldanha Legendre e seu canto inventariante**
Alberto Crusius

artes plásticas

- 38 **Xico Stockinger: uma vida dedicada à arte**
Lisiane Mello Oviedo

música

- 40 **Populário musical no Sul II**
Irineu Mariani

crônica

- 43 **Do Direito, da literatura e da vida**
Jaime Cimenti
- 44 **Estrada**
Mônica Sette Lopes
- 45 **Surreal**
Afif Simões Neto

viagem

- 46 **Uma viagem à Rússia e à China**
Luiz Carlos da Trindade de Senna

poema

- 48 **Ver claro**
Eugénio de Andrade
- 49 **Outubro / Tornei-me passos**
Nei Duclós
- 52 **Lição de travessia**
Nei Duclós

apresentação

O livro da Justiça

Denise Oliveira Cezar

É quando somos adolescentes ou jovens adultos que optamos por cursar a faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, não raras vezes chamada simplesmente de faculdade de Direito. A profissão, assim como a vida, são páginas a serem escritas e desejamos que elas sejam repletas de sentido social e pessoal. Temos sonhos, ideais.

Imbuídos deste propósito, ávida e criticamente, estudamos as normas que a sociedade escolheu para definir os momentos de hoje e os de amanhã, por meio de regras e princípios. Conhecemos a história da sociedade por meio do desenvolvimento da cultura jurídica, os grandes passos da humanidade construídos coletivamente. Passamos a admirar os gregos e os romanos pela perenidade de institutos que nos lega-

Lázaro. Obra de Glênio Bianchetti.
Dimensões: 160 x 90 cm; Ano: 1959.
Acervo do Museu de Arte do Rio Grande do Sul.



ram. Reconhecemos os valores da cultura jurídica do *commom law* e do Direito codificado romano-germânico. Ficamos maravilhados com o constitucionalismo.

Acreditamos, pela prova provada da história, que o Direito é instrumento hábil de construção da justiça, com a estabilização das conquistas alcançadas e a modificação do que ainda impede a realização do ideal maior da existência, dignidade para todos.

A escolha da magistratura significa a tentativa de realização de nossos sonhos sociais. Uma bela profissão que tem por objetivo selar o compromisso da sociedade com seu maior propósito. Por meio das sentenças, os conflitos da vida pública e da vida privada seguirão os valores escolhidos coletivamente para a afirmação da dignidade. Com estes valores e nossa consciência, poderemos fazer a nossa parte, redigir nossa página neste inesgotável livro da justiça.

Porém muito rapidamente percebemos que a liberdade pode representar a prisão se não compreendermos que os valores insertos nas normas jurídicas precisam ser recheados de vida, não só a vida que aflora nos processos, mas a vida que está no entorno dos processos, a vida social. As aberturas das normas jurídicas precisam ser preenchidas.

Sentimo-nos pequenos. Perdemos nossas certezas, questionamos como voltar a escrever nossa página. Os grilhões precisam ser rompidos, não para que nos tornemos autonomamente fonte da justiça, mas para que possamos perceber onde está a sua fonte.

Então percebemos que ser juiz exige refinada sensibilidade social. Exige a percepção do que está ao nosso redor. Precisamos perceber as pessoas, os jurisdicionados das comarcas, não só as partes dos processos. Exige que saibamos suas necessidades, porque existimos para servir. Exige que estejamos em comunhão de vida com a sociedade, que sejamos dela parte integrante e ativa. Exige que tenhamos a compreensão dos conflitos que estão por trás dos conflitos, dos grandes problemas da sociedade, que chegam apenas em sinais nos processos. Não para resolvê-los, o que seria pretensão, mas para compreender que fazemos parte de um grande processo chamado humanidade e que cada decisão retardará ou aproximará a afirmação da dignidade.

Nosso **Caderno de Literatura**, creio, tem a pretensão de tentar ajudar os magistrados nesta necessária sensibilização. Humanizamo-nos quando conhecemos as manifestações da cultura. Aprendemos a ser juízes também quando conhecemos a música, a poesia, a literatura, os movimentos sociais.

Assim como a compreensão da importância do feminismo e de outras lutas sociais, a compreensão da luta por igualdade racial a que se dedica nosso Caderno deste ano retrata uma etapa fundamental na afirmação da dignidade, que poderá ajudar a todos na concretização dos valores humanos de que tanto necessitamos na construção diária das páginas de nossa história.

Denise Oliveira Cezar é Presidente da AJURIS e Juíza de Direito em Porto Alegre - RS.

Alfredo Colmo ensinou que *o jurista que não sabe mais do que o Direito nem o direito sabe*. O **Caderno de Literatura** da AJURIS, ao cuidar de temas como a agonia de um rio, arquitetura popular, a cultura na banca de jornais (texto de Moacyr Scliar) e Gaspar Silveira Martins e a Revolução de 1893, entre outros, revela que conhece a lição. Vou acender uma vela ao Negrinho do Pastoreio pela revista e por seus diretores.

Carlos Fernando Mathias de Souza
Desembargador Federal - Brasília - DF

Queria agradecer a remessa dos preciosos cinco exemplares do **Caderno de Literatura**. Mantendo a excelência dos números anteriores, além da beleza gráfica, da cuidada edição, o leitor fica encantado e envolvido pela qualidade e densidade dos textos. E a AJURIS, além do específico campo do Direito e da Magistratura, cumpre um relevante papel cultural, ainda mais em tempos em que o humanismo e a cultura parecem enfrentar a máquina da morte, a aspereza do reino do Ter e não a dignidade da Morada do Ser. Continuem nessa digna e honrada caminhada. Parabéns e muito obrigado. Fraternalmente,

Emanuel Medeiros Vieira
Escritor - Brasília - DF

Foi com grande satisfação que recebi o **Caderno de Literatura** da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul. A publicação prima tanto pelo bom gosto e requinte, e ainda mais pelo nível intelectual apresentado. Agradeço honrado pela mensagem natalina e retribuo os votos gentilmente enviados. Cordialmente,

Heraldo de Oliveira Silva
Desembargador do TJ - São Paulo - SP

Recebi com muita satisfação o **Caderno de Literatura** nº 14, lançado em dezembro de 2006, o qual registra matérias importantíssimas no tocante a meio ambiente, a arquitetura popular, a cultura, a literatura, a história, a direito, a música, a poesia, a prosa, unindo em um só caderno temas tão variados e tão relevantes para o aprimoramento pessoal e profissional dos operadores do Direito como um todo. Destaco, ainda, a qualidade editorial ímpar.

Oriana Piske

Agradeço a remessa de mais um número do **Caderno**, ao tempo em que manifesto grande admiração pela magistratura gaúcha por estar sempre buscando o aprimoramento intelectual não só dos seus integrantes como também de toda a magistratura nacional. Mais do que a visão essencialmente jurídica, a magistratura precisa de uma visão universal. A publicação, além de ser um deleite, bem proporciona isso. Parabéns e contínuo com o valoroso e magnífico trabalho.

Manoel Medeiros
Juiz do Trabalho - Natal - RN

capa CL 14

Com imensurável satisfação acuso o recebimento de primoroso exemplar do **Caderno de Literatura**, publicação de aquilatado conteúdo e esmerada arte gráfica. Agradeço pela delicadeza do gesto, ao tempo em que parabenizo pelo prestigioso trabalho, que bem reflete a inquestionável qualidade e competência da Magistratura do Estado do Rio Grande do Sul.

Gustavo Pontes Mazzocchi
Juiz Federal Substituto - Recife - PE

Desejo felicitar essa entidade pela edição nº 14 do **Caderno de Literatura**, coincidindo com o transcurso de seus dez anos de existência. Acabo de receber a referida edição e verifico, pela abordagem dos temas, que a revista amadureceu e consolidou-se como reconhecido veículo de difusão cultural. Focalizando o meio ambiente como matéria especial, dá inequívoca demonstração de que o magistrado, a despeito do imenso volume de serviço que enfrenta, é capaz de comover-se com os valores da vida, com as expressões da arte e com o poder de transformar seu ambiente em qualidade de vida dos seres humanos. Por isso a semente plantada em 1996 não foi um grito em meio ao silêncio na escuridão profunda, mas como Orfeu que encanta à primeira audição. Parabéns!

Valério Chaves Pinto
Juiz de Direito - Teresina - PI

Gostaria, se possível, de receber o **Caderno de Literatura** da AJURIS. Sou psicóloga e trabalho com adolescentes em conflito com a lei, unidade CASEIA Luziânia, Goiás. E o conteúdo desta obra certamente me será muito útil.

Bruna Facco de Mello

Prezada Leitora, as revistas serão remetidas.

Muito agradeço o rico exemplar do **Caderno de Literatura** nº 14, distribuído por essa

Associação. A revista concorre, sem dúvida, para a divulgação da cultura, da história, do Direito, das letras e da arte nacionais. Parabéns por essa empreitada gratuita e patriótica.

Fernando Euler Bueno
Desembargador do TJ - São Paulo - SP

Agradeço a gentileza de ter recebido o nº 14 de nossa bela revista.

Llewellyn Davies A. Medina
Juiz da 13ª Vara Cível - Belo Horizonte - MG

Por ter gostado da obra **Caderno de Literatura**, venho solicitar a assinatura do mesmo, se possível. O que me deixaria muito feliz. Cordialmente,

João Alaor Mello
Diretor Social do Centro de Tradições Gaúchas
"Tropeiros do Cerrado" - Luziânia - Goiás

Prezado Leitor, o endereço foi cadastrado e providenciaremos a remessa do Caderno.

Chegou-me às mãos o **Caderno de Literatura** nº 14. Ao agradecer a gentileza do envio, gostaria de solicitar, se possível, o envio de mais um exemplar para o acervo da recém criada Biblioteca da Presidência deste Tribunal.

Benito A. de Figueiredo
Desembargador - Presidente
do Tribunal de Justiça da Bahia

Prezado Presidente, já estamos providenciando a remessa.

Agradeço a gentileza da remessa do exemplar nº 14 do **Caderno de Literatura**, contendo, como sempre, matérias excelentes, de interesse cultural geral e jurídico. Muito me agradaram os textos sobre ecologia e sobre Gaspar Martins e a Revolução de 1893.

Paulo Freitas Barata
Desembargador do TRF - Rio de Janeiro - RJ

Mais uma vez recebi, com muito prazer, o **Caderno de Literatura**, sempre de excelente nível, tornando sua leitura uma grande satisfação. Fiquei encantado com a aquarela "Charla", do excelente artista Vitório Gheno. Parabéns e obrigado.

Carlos Brazil
Desembargador do TJ - Rio de Janeiro - RJ

Recebi e muito agradeço o **Caderno de Literatura** nº 14, com excelente feição gráfica e grandioso conteúdo. Destaco o soneto *Uma flor no amanhecer*, de Carlos Saldanha Legendre, e a matéria sobre a revolução de 1893, que cita Assis Brasil, personalidade homenageada em nosso Estado do Acre com o nome a uma cidade, situada na Estrada do Pacífico, fronteira com o Peru.

Ciro Facundo de Almeida
Desembargador do TJ - Rio Branco - AC

O rumo do amanhecer

Jorge Adelar Finatto

Não vos esqueçais da hospitalidade, porque por meio dela alguns, sem o saberem, hospedaram anjos. Lembrai-vos dos que estão em cadeias, como se tivésseis sido presos com eles, e dos que estão sendo maltratados, visto que vós mesmos também estais ainda num corpo.

Hebreus 13:2,3

○ Brasil ao longo de sua história abriu os braços e abrigou gente de todos os povos e lugares do mundo. Em matéria de acolhimento, nenhum país foi mais generoso. Não somos xenófobos, não maltratamos o estrangeiro que vem para cá em busca de nova vida. Temos vários defeitos que nos envergonham e entristecem como nação. Mas querer mal o imigrante não é um deles. Somos mestiços e nos orgulhamos disso.

Sempre ouvimos falar das dificuldades por que passaram aqueles homens, mulheres e crianças que emigraram de sua terra para o Brasil. No início, chegou o colonizador português e, com ele, os açorianos. A partir do século XIX, o Rio Grande do Sul recebeu grandes contingentes de imigrantes, com destaque para alemães e italianos. Sonhavam encontrar aqui o que não tinham em seus lugares de origem: justiça social, terra, trabalho, liberdade, dignidade. O Velho Mundo descobriu na emigração maneira pouco criativa de resolver problemas sociais, econômicos e políticos. O Oceano Atlântico foi o caminho da diáspora em direção ao continente americano. Famílias foram para sempre divididas, rompendo-se laços, afundando histórias, desfigurando sentimentos.

Promessas não se cumpriram. No itinerário, havia mato fechado, bichos selvagens, frio, fome, falta de instrumentos, solidão, saudade, medo. Rasgou-se o mapa do sonho. Os imigrantes começaram a construir do nada, inventaram o novo mundo, moldaram a vida no chão duro.

Estes sofrimentos, contudo, são menores se comparados à indizível injustiça, à terrível dor e humilhação representadas pela escravidão. O imigrante livre trazia dentro de si, ao menos, por piores que fossem as condições, aquele sentimento que move o homem e sem o qual não se vive: a esperança. O holocausto dos escravos, a emigração forçada de indivíduos negros com o inominável desiderato do

comércio humano, feito por monstruosos traficantes de gente, é uma das páginas mais trágicas da história da humanidade. O tempo passou e as feridas resultantes da escravidão ainda hoje persistem.

A presença de traços da cultura de origem africana na vida gaúcha e brasileira é impressionante. A ela devemos, em muito, nossa identidade. Está viva em nosso modo de ser e de sentir, como, por exemplo, na língua que falamos, com inúmeras palavras e expressões, na culinária, na música, nas festas, no sentimento religioso, no imaginário, na arte, na literatura, na ciência, nos esportes e, acima de tudo, no trabalho imenso de construir este Estado e este país.

A verdade é que ainda nos falta a exata compreensão do que representa para a formação do Brasil a vinda desses irmãos da África. Parece que não temos o justo sentimento da gratidão e do reconhecimento que nutrimos em relação a outros imigrantes. É mais do que tempo de corrigir esta visão, não só com palavras, mas principalmente com atos concretos, que lentamente começam a ser esboçados.

Nesta edição trazemos um pouco da história desse Brasil que veio da África, olhando para os remanescentes de quilombos, para as lutas por igualdade e para a presença da cultura afro entre nós. Será antes uma tentativa de aproximação, resgate e entendimento, com o olhar que mais reúne do que exclui, que se importa ao invés de ficar indiferente. Chega de esquecimento. Caminhamos no rumo do amanhecer.

Jorge Adelar Finatto é Diretor do Departamento de Cultura da AJURIS. Editor do *Caderno de Literatura*. Magistrado. <jfinatto@terra.com.br>

especial

A silhouette of a young boy's head and shoulders is shown in profile, looking towards the right. In the background, a bright sun is setting over a body of water, creating a shimmering reflection on the surface. The sky is a deep orange and yellow.

O Brasil que veio da África

*Amanhecer na Bahia.
Foto: Eduardo Tavares*

Comunidades remanescentes de Quilombos: marcas negras de resistência de norte a sul do Brasil

Georgina Helena Lima Nunes

Eis o que aprendi nesses vales onde se afundam os poentes: afinal, tudo são luzes e a gente se acende é nos outros.

Mia Couto

FALAR em quilombos, inevitavelmente, mas não apenas, é remeter à antiga sabedoria dos negros escravizados que afirmavam que “se Deus é grande, o mato é maior”. Mato que acolhia negros e negras, cuja incógnita da sobrevivência não os impedia de adentrá-lo e transformá-lo em um reduto que, ao se distanciar das senzalas, se constituía em um espaço sociopolítico de construção da liberdade. Contudo a concepção que encerra o sentido de quilombos a um refúgio de negros escravos fugitivos de certa forma limita, nega e produz a invisibilidade do verdadeiro sentido e história dos quilombos, cuja palavra originária em África – *kilombo* – refere-se a uma associação de homens aberta a todos (MUNANGA e GOMES, 2004)¹.

Entre os quilombos africanos e aqueles formados nas comunidades diaspóricas, em especial a brasileira, ob-

serva-se a similaridade no sentido do sentimento gregário daqueles que se contrapunham à ordem colonial, constituindo, então, um verdadeiro Estado onde a resistência à opressão se constituiu no emblema de vida e de morte.

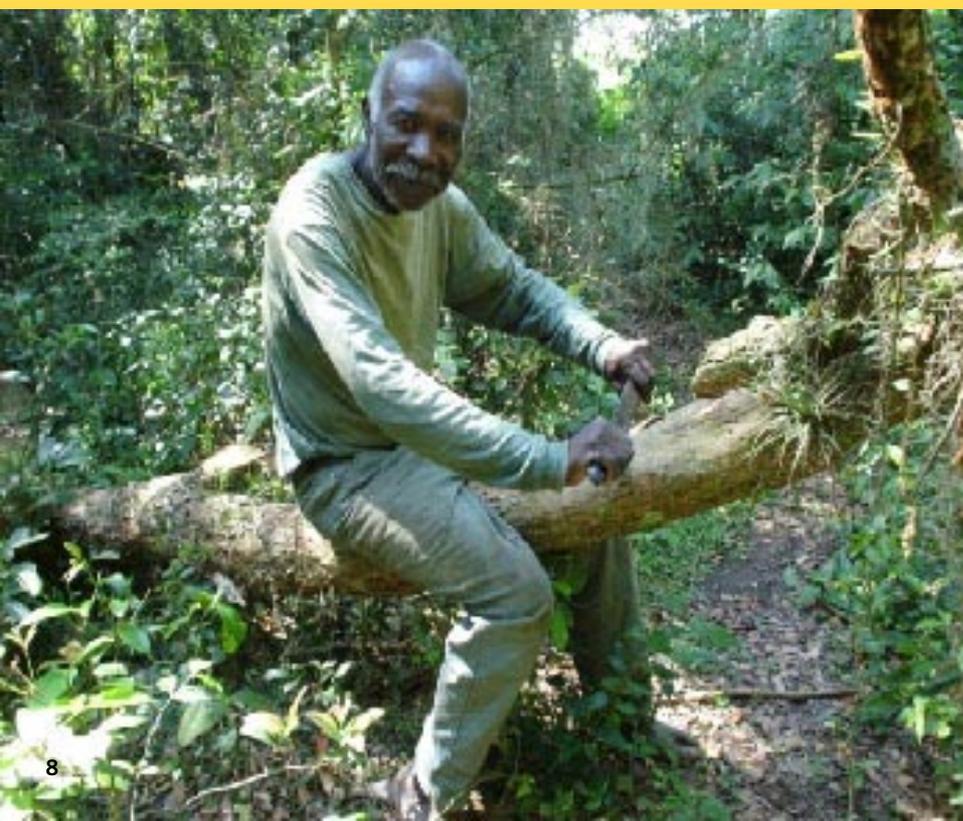
Tem-se como referência histórica o quilombo de Palmares (1595-1695), formado na Serra da Barriga, no interior rural de Alagoas. No entanto, a saga da formação de quilombos aconteceu em todo o país de forma diversificada em relação às estratégias de luta. O espaço quilombola é um espaço pedagógico para o aprendizado do convívio com a diferença; os escravizados da cor, do corpo e dos ideais, negros, índios e brancos estabeleciam redes de solidariedade, internas e externas, se constituindo, verdadeiramente, numa legião de homens e mulheres. Ao chamá-los de “heróis”² reduz-se, no dizer de Reis e Gomes (2000), a riqueza de suas experiências.

Os quilombos continuaram a formar-se mesmo após a abolição da escravatura (1888); estes movimentos de aquilombar-se demonstram a fragilidade da lei que concede uma liberdade cerceada nos princípios básicos para uma digna existência: a garantia da sobrevivência material e sub-

jetiva. Estigmas acerca da inferioridade racial negra e a intolerância em relação ao modo de ser e viver dos descendentes de africanos, aliados à falta de postos de trabalhos e acesso à educação formal, se constituem em chibatadas que, traiçoeiramente, fizeram e ainda fazem sangrar um contingente populacional cujas desigualdades sociais tornam-se invisíveis frente à demagógica democracia racial brasileira.

Neste contexto, que ainda continua sendo de luta e resistência, o conceito de quilombo expande-se para além do sentido petrificado que se associa, estaticamente, a fuga e isolamento, modelo predominante nas sociedades escravocratas.

Se o anseio de liberdade en-



Nas matas quilombolas, a presença verde e viva da ancestralidade, memória e liberdade dos negros do Sul

quanto pressuposto no seu nível mais elementar – sobrevivência – era o cerne de todos os quilombos do passado, atualmente as comunidades remanescentes de quilombos não fogem à regra. Acredita-se que esse desejo, inalienavelmente humano, é concepção fundante para os remanescentes na medida em que os mesmos travam outras formas de batalhas e estabelecem outros tipos de rebeldia na tentativa de conquistar direitos historicamente negados.

Por “remanescentes de quilombos” entende-se a população negra que descende de escravos e encontra-se agrupada em territórios urbanos e rurais, cuja insígnia maior é o vínculo que remete à ancestralidade de matriz africana, mantida de forma dinâmica e ressignificada por intermédio da cultura, tradição, corporeidade, religiosidade, enfim, pelos modos como, resistentemente, se forjam a vida e, por vezes, a sobrevida.

O termo “remanescer”, apreendido literalmente, remete à condição de “sobra”; no entanto, as comunidades remanescentes não podem ser concebidas enquanto resíduos de um tempo histórico, mas sim como recriações de um mundo africano que se encontra presente na alma brasileira.

Entre tantos direitos a serem alcançados, a posse da terra sempre se constituiu em entrave para a população negra. Em 1850, com a Lei das Terras, promulgada pelo Império, que designava como formas de aquisição da terra a doação ou a compra, as dificuldades já se esboçavam.

A constituição dos territórios quilombolas, para além da formação através de refúgio, foi ocorrendo de diferentes maneiras: ocupação de antigas propriedades senhoriais abandonadas ou doadas, “compras” sem documentação oficial ou, até mesmo, “de boca”.

A discussão sobre a regularização fundiária dos territórios negros assume expressão com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), que através do artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias assegura: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando as suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Também os artigos 215 e 216 resguardam as manifestações etnoculturais ao referirem que: “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (art. 215)” e “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” (art. 216).

Outros marcos legais subseqüentes aos supracitados



Tia Eva, filha de escravo, “griot” que mantém viva a história de luta e resistência da Comunidade Remanescente de Quilombo Manoel Barbosa (Gravataí-RS).

dizem respeito à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e ao Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, que revoga o Decreto 3.912, de setembro de 2001.

A Convenção 169 da OIT reconheceu como elemento fundamental para a identificação das comunidades a autodefinição que “será demonstrada através da simples declaração escrita da comunidade interessada ou beneficiada com dados da ancestralidade negra, trajetória histórica, resistência à opressão, culto e costumes”³.

O Decreto 4.887/03, além de definir (identificação, reconhecimento, delimitação e demarcação das terras), sistematiza as atribuições dos órgãos estatais na concretização do direito à propriedade das comunidades quilombolas urbanas e rurais, além de defender a criação de um plano de desenvolvimento sustentável para as mesmas, ou seja, prevê uma perspectiva de etnodesenvolvimento que possibilite “a garantia da reprodução física, social, econômica e cultural” (art. 2º, parágrafo 2º, do mesmo diploma legal).

No presente momento, existe um Projeto de Decreto de Lei (PDL) 44/2007 que, se aprovado, suspende o Decreto 4.887/03. Os quilombolas de todo o país organizam-se para que o Decreto de 2.003, que é fruto de suas lutas, não seja revogado.

Os municípios podem colaborar com a luta quilombola valendo-se do Plano Diretor Municipal, previsto no art. 182 da CF. 88, que se constitui no instrumento principal para o ordenamento do desenvolvimento urbano e das funções sociais da cidade e da propriedade, para as gerações presentes e futuras.

Os números relativos à quantidade de comunidades remanescentes de quilombo no Brasil são variáveis. Estima-se que existam, em média, 2.228 comunidades remanes-

centes de quilombo em todos os estados da Federação⁴. Em 2003, segundo dados fornecidos pela Fundação Cultural Palmares (FCP), oficialmente o número mapeado de comunidades correspondia a 743, número este relativo a 15 anos de existência do artigo 68. Destas 743 comunidades, apenas 71 áreas haviam sido tituladas; entre os anos de 2004 e 2006, este número foi acrescido de mais 21 comunidades, segundo Guilherme Casse, Ministro do Desenvolvimento Agrário.

Ainda recorrendo a informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no Brasil, atualmente, existem 44 quilombos considerados quilombos urbanos, ou seja, aqueles “formados principalmente por grupos que viviam ao redor de grandes cidades e foram englobados pelo crescimento urbano dos municípios, além de populações que habitavam áreas valorizadas nas cidades e que, a partir do século XX, foram obrigadas a se deslocar para áreas de periferia para dar lugar a projetos de revitalização e embelezamento”⁵.



A cada dia torna-se crescente o número de comunidades que se auto-reconhecem remanescentes de quilombos e que, posteriormente, caminham em direção à regularização fundiária.

Comunidades quilombolas no RS

Até poucos anos atrás, a resistência negra gaúcha era quase ignorada, a rebeldia frente ao sistema servil quase não ocupava lugar na historiografia brasileira. Contudo os dados demográficos estatísticos comprovam o contingente da população escrava sulina: “Em 1780, a capitania contava com 9.433 homens ‘brancos’, 3.388 índios aculturados e 5.102 (28%) ‘pretos’. Em 1814, tinha 32.300 ‘brancos’, 20.611 ‘escravos’, 8.655 ‘índios’ e 5.399 ‘livres’” (MAESTRI, 2000, p.295)⁶.

Por um bom tempo teve-se a idéia de que a escravidão sulina era uma “escravidão branda”. A falsa liberdade relacionada à condição de vida dos escravos sulinos foi abordada por Roger Bastide (1964, p.162)⁷ ao fazer a seguinte reflexão: “A África negra não conhecia o cavalo que lhe veio do exterior. No Rio Grande do Sul, o cavalo tornou-se, para o negro, o meio de igualar-se ao branco; firmado nos estribos da montaria que empina, deixa de ser um homem preso à terra,[...]. Ei-lo que se torna um ser alado, levado pelo galope do corcel, não mais sentindo a terra à qual estivera colado, [...]. Pode ser escravo; porém leva exatamente a mesma vida que o senhor; e o espaço infinito que vence lhe dá a ilusão da liberdade”⁸.

Havia escravidão nas plantações, e exclusivamente nas charqueadas os negros passaram a salgar a carne do boi e... a dos seus próprios corpos; viviam o tempo possível de suas existências até que as doenças advindas do manejo com o sal exterminavam as suas já poucas energias. Esse quadro de maus-tratos em relação à condição humana repetia-se onde quer que existisse a escravidão e, no sul do Brasil, não era diferente.

No Rio Grande do Sul, segundo balanço do INCRA realizado no ano de 2006, existem 127 comunidades quilombolas, sendo que cinco delas são urbanas: quatro em Porto Alegre (Alpes, Família Fidélix, Areal/Luiz Guaranha e Família Silva) e uma em Canoas (Chácara das Rosas). Até o presente momento, existem 29 procedimentos administrativos, mas nenhum quilombo, rural ou urbano, foi titulado.

Os territórios quilombolas mais próximos da titulação definitiva no Rio Grande do Sul são o *Kilombo Família Silva*, em Porto Alegre, e a Comunidade de Casca, no município de Mostardas.

O *Kilombo* da Família Silva, reconhecido como o primeiro quilombo urbano do Brasil⁹, recupera na sua nomenclatura a grafia da palavra banto¹⁰. A comunidade

A permanência em um território histórico e cultural é a garantia para que as gerações passadas e futuras dêem continuidade à luta secular dos quilombos.

Constituição assegura terra a remanescentes dos quilombos

Carlos Alberto de Souza

de da Família Silva, segundo dados presentes no laudo Antropológico, se originou através da chegada de um casal chamado Alípio Marques dos Santos e Naura Borges da Silva; o casal vinha de fazendas vizinhas que em meados da década de 1940 se instalou no lugar hoje reconhecido como bairro Três Figueiras, em Porto Alegre (RS). Esta localização geográfica, que ocupa uma área de 6,5 mil metros quadrados, é alvo, a partir da década de 1990, de grande especulação imobiliária.

No entorno da comunidade em questão, localizam-se um *shopping center*, um clube de golfe e uma das escolas mais tradicionais da capital gaúcha. Como consequência da valorização monetária e, por dedução, do “contraste” na paisagem que a comunidade negra estabelecia em relação ao bairro nobre, a mesma foi alvo de uma ação judicial que quase resultou em despejo, evitado através da mobilização de entidades do Movimento Social Negro, do poder local e de diferentes esferas do Judiciário, Ministério Público estadual e federal. A Família Silva luta pela regularização fundiária desde a década de 1970.

Frente a esses dados, pode-se perceber que o reconhecimento das comunidades quilombolas não se materializa apenas pelo isolamento geográfico nem somente por uma homogeneidade física ou biológica de seus habitantes. O sentimento de pertença étnica desta população negra é engendrado pelo senso de coletividade através do qual se compartilham os bens materiais e imateriais.

Grande parte das comunidades quilombolas vive em situação de precariedade material no que diz respeito a condições de moradia, formas de sustentabilidade, acesso à educação em todos os níveis, saneamento básico, eletrificação, saúde, enfim, às benesses que constituem direito de qualquer cidadão brasileiro.

Não obstante a privação material, cabe ressaltar que a riqueza cultural presente nos quilombos tem-se constituído em um modo perspicaz de enfrentar as adversidades. Tal afirmação não corresponde à idéia de que a cultura local seja alternativa à histórica omissão do poder público em relação à população negra. As éticas de cuidado de si, do outro e da própria vida são visíveis (essenciais!) principalmente nas comunidades rurais, em que a relação estabelecida com a natureza, o aprendizado advindo da sabedoria dos mais velhos - os *griots* (contadores de história) -, as formas de comer, cozinhar, rezar, benzer, festejar e musicalizar as suas travessias se constituem em rituais que têm esperançado a luta ininterrupta dos negros e negras desta diáspora africana.

Algumas políticas estão sendo desenvolvidas em relação à população quilombola. Como exemplo poder-se-ia citar o PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA, uma iniciativa do Governo Federal que tem por objetivo implementar diretrizes fundamentais da ação governamental, enquanto política de Estado, para as áreas remanescentes de quilombo.

O conjunto de ações relativas ao Programa Brasil Quilombola conta com recursos previstos na Lei Orçamentária do Plano Plurianual 2004 - 2007 e está sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), por meio da Subsecretaria de

LEVANTAMENTOS técnicos indicam que existem no Brasil mais de 2 mil territórios de comunidades quilombolas – agrupamentos de descendentes dos escravos negros que se refugiaram em quilombos na época da escravidão. No Rio Grande do Sul, o número passaria de 120.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, reconhece a propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, “devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Mas até hoje, segundo o antropólogo e jornalista gaúcho Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Junior, nenhuma das comunidades identificadas como quilombolas foi contemplada com uma política de titularização de suas terras.

“Acredito que a conquista definitiva da terra é o principal objetivo das comunidades quilombolas, porque, de algum modo, assegura a permanência da comunidade em seu território, além de propiciar, posteriormente, benefícios advindos das políticas públicas, com as quais possam adquirir condições de auto-sustentabilidade, preservação ambiental e dos seus saberes tradicionais”, diz Iosvaldyr. Ele coordena a equipe responsável pela realização do laudo histórico-antropológico e sócio-geográfico da comunidade de remanescentes de quilombos localizada no 5º distrito de Palma, em Bagé, por meio do convênio Inkra/Labors-Ufrgs.

Em Porto Alegre, porém, uma boa notícia surgiu em janeiro de 2007, quando o presidente Luiz Inácio da Silva Lula assinou Decreto Presidencial desapropriando a área do quilombo urbano da Associação Comunitária Quilombo da Família Silva, localizado no bairro Três Figueiras, por interesse social. O juiz da Vara Federal Ambiental Agrária e Residual de Porto Alegre, Cândido Alfredo Silva Leal Junior, determinou a imissão de posse. O Quilombo da Família Silva é considerado o primeiro quilombo urbano do País.

Em 2001, a União Federal, por intermédio da Fundação Cultural Palmares, e a Secretaria do Trabalho Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul celebraram convênio para identificação, reconhecimento, delimitação territorial, levantamento cartorial e demarcação, com vistas à titulação e ao registro do título em cartório de registro de imóveis das seguintes comunidades remanescente de quilombos: Arvinha, no município de Coxilha; Mormaça, em Sertão, São Miguel e Rincão dos Martimanos, em Restinga Seca; Morro Alto, em Maquiné; e Casca, no município de Mostardas, cujo processo foi acompanhado pelo IACOREQ (Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos), órgão fundado em 1999.

Iosvaldyr acredita que as análises e as decisões dos juízes, nos casos dos conflitos envolvendo quilombolas, “poderiam se qualificar” por meio de uma melhor formação antropológica nos cursos de formação dos magistrados ou se eles não abrissem mão de buscar subsídios na perícia antropológica. “Os conflitos, muitas vezes, envolvem empresas comerciais, organizações militares, indústrias, outros grupos étnico-culturais. É preciso considerar que a terra coletivamente apropriada configura um bem público das comunidades negras remanescentes de quilombos”, afirma o antropólogo.

Políticas para Comunidades Tradicionais, em ação conjunta com o Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares.

Foram estabelecidos quatro eixos para o delineamento das atuações junto às comunidades remanescentes de quilombos: regularização fundiária, infra-estrutura e serviços, desenvolvimento econômico e social e controle e participação social.

No campo da Educação, o programa prioriza a qualidade e democratização do ensino, estendendo-se da Educação Infantil até a Superior, criando mecanismos para a oferta da educação de jovens e adultos, com ênfase ao combate ao analfabetismo. As intervenções direcionam-se em duas propostas: Brasil Alfabetizado (alfabetização da população acima de 15 anos e incentivo à continuidade de estudos até a conclusão do ensino fundamental) e Educação Quilombola (reforma e construção de escolas, capacitação de professores e apoio para a produção de material didático específico).

Todas as medidas que visam a reparar a desigualdade econômica e social da população negra são justificadas, em parte, pelos resquícios de um passado escravocrata em que o Brasil foi o último país a abolir formalmente a escravidão. Para Guimarães (2003, p. 67), as estatísticas demonstram que não apenas a herança do passado produz desigualdades, mas que "em cada estágio da competição social, na educação e no mercado de trabalho, somam-se novas discriminações que aumentam tal desvantagem"¹¹, enfim, ampliam-se as injustiças a cada momento histórico.

No âmbito desta análise acerca das desigualdades sociais, as Ações Afirmativas se constituem para o Ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. Joaquim B. Barbosa Gomes¹² um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário com vista ao combate à discriminação de todas as ordens e necessárias para corrigir ou mitigar os efeitos advindos da discriminação praticada no passado. Os objetivos são "a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens como a educação e o emprego" (2005, p. 53).

Borba¹³ (2005, p. 25) afirma que alguns estudos asseveram a emergência futura de um novo ramo do Direito brasileiro - o Direito Étnico - como mecanismo que possa "não apenas garantir políticas afirmativas, como também preservar a cultura tradicional dos grupos formadores da sociedade brasileira, em suas várias formas de expressão e modos de viver".

A realidade das comunidades remanescentes de quilombo só pode ser apreendida se observada sob o ponto de vista da complexidade que as envolve. Tem-se uma grande tarefa: fazer valer os direitos de preservação cultural, da manutenção dos costumes em um território que não é só físico, mas, acima de tudo, coletividade, memória, ancestralidade e visões/lições de/para um mundo que se orienta cada vez mais para uma lógica individual; fazer valer, igualmente, o direito às transformações que garantam a crianças, mulheres, homens e velhos quilombolas a inadiável liberdade que continuam a buscar.

¹ MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma L. Para entender o negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global: Ação Educativa, 2004.

² REIS, João José; GOMES, Flávio dos S. Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

³ Compreensão explicitada no art. 7º, & 1º, da Instrução Normativa nº 16, de 24/03/04, do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

⁴ Fonte: Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA) da Universidade Federal de Brasília.

⁵ Fonte: Observatório Quilombola Koinonia, 15/03/2007 (Informativo *on-line*).

⁶ MÁRIO, Maestri. Pampa Negro: Quilombos no Rio Grande do Sul. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁷ BASTIDE, Roger. Brasil Terra dos Contrastes: Corpo e Alma no Brasil. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

⁸ Foi mantida a escrita original do texto.

⁹ A Família Silva teve sua certidão de reconhecimento publicada em abril de 2004 na FCP, o Relatório Técnico de Identificação e Limitação em 21 de junho de 2005 e a Portaria de Reconhecimento dos limites da comunidade em 19 de dezembro de 2005. Em 27 de outubro de 2006, foi publicado pelo governo federal o decreto de desapropriação da área do Quilombo da Família Silva e, também, a verba para o pagamento de indenizações a proprietários com títulos válidos. Fonte: Quilombol@. Disponível em: www.cohre.org Acessado em: 08/09/2007

¹⁰ Designação conferida a cada um dos membros da grande família etnolingüística à qual pertenciam, entre outros, os escravos chamados angolas, congos, cabindas, benguelas, moçambiques, etc. Fonte: LOPES, Nei. Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana. São Paulo: Ed. Selo Negro, 2005.

¹¹ GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Classes, Raças e Democracia. São Paulo: Editora 34, 2003.

¹² GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do instituto de ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. In: SANTOS, Sales Augusto (Org.). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

¹³ BORBA, Carolina dos Anjos de. Desafios e possibilidades à regularização das terras de Comunidades Remanescentes de Quilombos. Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, 46 p. 2005.

Todas as imagens foram fotografadas por Georgina Helena Lima Nunes e compõem o acervo da Pesquisa "Educação Formal e Informal em Comunidades Negras Rurais", financiada pelo Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e UNESCO, entre os anos de 2004 e 2005.



Foto fornecida pela autora.

Georgina Helena Lima Nunes é Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora Adjunta da Universidade Federal de Pelotas/UNIPAMPA, Pesquisadora Consultora do MEC/SECAD entre 2004 e 2006, Coordenadora da Educação Quilombola no livro "Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais" (2006), autora de artigos na área de Educação, Mundo do Trabalho e Relações Étnico-Raciais. Pesquisa com concentração em comunidades negras rurais, urbanas e quilombolas e, também, no campo das Ações Afirmativas no Ensino Superior.

As razões do protesto negro e o resgate de direitos

Edílson Nabarro

O mito da democracia racial brasileira durante muito tempo serviu de apanágio para comprovar o espírito solidário, cristão, benevolente e justo da sociedade e do Estado brasileiro. Sob os escombros do regime escravocrata e os restos de milhares de vítimas foram erigidos os pilares da negação da barbárie e as justificativas mais hipócritas para a persistência de um regime que durante 350 anos desprezou os valores mais primários da dignidade humana. Se a escravidão, enquanto modo de produção econômico pertence ao passado, as suas conseqüências e marcas estruturaram e estruturaram as desigualdades do presente. A negação do racismo brasileiro, mesmo que possa representar um esforço simbólico das gerações atuais de reconhecimento da culpa, não tem conseguido reconciliar a história e construir uma agenda definitiva para suplantar as iniquidades da discriminação, do preconceito e do racismo.

Uma das características mais perversas do racismo "à brasileira" foi o de estabelecer um sistema de controle ideológico e de informação sobre a natureza das desigualdades sociais e econômicas entre brancos e negros. A necessidade de invisibilizar os personagens e as contradições raciais, como bem situou o cineasta Joel Zito de Araújo em seu livro "A Negação do Brasil", sintetiza o comportamento sutil e dissimulado de esconder a dura realidade.

A ausência do conflito aberto ou da institucionalização de práticas e normas discriminatórias, embora seja usada como

comprovação da inexistência do racismo ou mesmo como propaganda das virtudes do modelo de relações raciais no Brasil, não consegue suplantar um conjunto de indicadores que demonstram as profundas desvantagens étnicas que persistem na sociedade.

Se os estudos históricos e sociológicos sobre as condições sociais e econômicas dos negros brasileiros realizados por estudiosos do porte de Florestan Fernandes, Abdias do Nascimento, Clóvis Moura e tantos outros já foram suficientemente capazes, de à luz da ciência e do compromisso com a verdade histórica radiografar as iniquidades da escravidão e suas conseqüências contemporâneas, o largo inventário do cotidiano da discriminação pode ser visto a olho nu. A par disso o protesto negro, entendido como um conjunto de ações e reações frente a uma situação de subalternidade de várias naturezas e intensidade, possui raízes e justificativas.



Imagens da Comunidade Kalunga, situada entre os municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, todas no Estado de Goiás, distantes aproximadamente 300 km de Brasília. Fotos: Regina Santos/Arquivo/FCP/MinC.



Tributo a um precursor da consciência negra

Foto: álbum de família



Carlos Alberto de Souza

Na fria manhã de 28 de agosto de 2007, uma reunião do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul (Codene) aguardava a presença do presidente da Fundação Palmares, o arquiteto baiano Edvaldo Mendes Araújo, o Zulu Araújo, como é chamado. Mas devido a compromissos em Brasília, onde fica a Fundação ligada ao Ministério da Cultura, ele não pôde comparecer e foi representado pelo gerente de Comunicação Social da Palmares, o jornalista gaúcho Oscar Henrique Cardoso, de 36 anos.

O encontro ganhou em calor e emoção. Há quatro anos na capital federal, Oscar não havia ainda cumprido atividade ligada a seu cargo em Porto Alegre. Ele iniciou sua palestra, no auditório da rua Miguel Teixeira, com a voz embargada. Não era para menos: diante dele, na platéia, estavam dezenas de líderes da comunidade negra, e os mais velhos, já de cabelos brancos, em tom reverencial, evocaram a figura do avô de Oscar, Antonio Vasconcellos Marques, como um precursor na luta pela valorização dos negros no Estado, em meados

do século passado.

Apesar da atuação pioneira que teve, principalmente na cidade de Rio Grande e na zona sul do Estado, Marques é praticamente desconhecido das novas gerações. Sua trajetória, avalizam os líderes negros de hoje, merece ser resgatada.

De calceteiro a advogado

Antonio Marques nasceu em Rio Grande em 5 de setembro de 1907 – na data do centenário de nascimento, sua memória foi homenageada com uma missa pela família e amigos, em Porto Alegre. Órfão, ele foi criado por uma madrinha, dona Albertina. Carente e sem instrução, trabalhou como assentador de calçamento, carteiro e marinheiro. Mas sempre quis estudar e, aos 56 anos, depois de muito sacrifício, formou-se em Direito, em Pelotas.

Marques fundou a primeira escola noturna para adultos em Rio Grande, o colégio Marcílio Dias, onde alfabetizou durante dez anos, gratuitamente. Também dedicou-se às sociedades recreativas que congregavam os negros, estimulando o desenvolvimento cultural da juventude, com palestras, grupos de teatro, de dança, esportes e festas infantis.

“Ele honrou sua cor de pele e fez políticas afirmativas em favor do povo negro gaúcho. Na sua luta e conquista, enxergou os outros jovens integrantes de uma sociedade dominada pelas dificuldades e discriminação, sem oportunidades momentâneas ou futuras. Patrocinou e administrou cursos gratuitos de formação profissional e subiu às tribunas para discursar em favor do povo negro”, diz de Marques a sua única filha mulher, a pedagoga Franquilina, mãe de Oscar, o assessor da Fundação Palmar. Olhando a trajetória dos três, vê-se uma trindade de conscientização.

Além de Franquilina, cujo trabalho social é reconhecido na comunidade negra, Marques e sua esposa, Ivanoska, tiveram os filhos Antônio Carlos, professor de educação física, e Ângelo, engenheiro. O patriarca faleceu aos 82 anos.

Para Nilo Feijó, presidente da Ong Satélite – histórica entidade da população negra da capital gaúcha -, Antonio Vasconcellos Marques é um exemplo de vida a ser seguido pelos jovens. Mas, para que isso aconteça, sua luta tem de ser resgatada. “Porto Alegre, como capital do Rio Grande do Sul, não reverencia seus ídolos negros. Não há estátuas nem logradouros a homenagear a memória deles”, lamenta Nilo, um dos líderes presentes naquela reunião do Codene.

É possível, esquematicamente identificar as três principais fases da construção do protesto negro.

A primeira geração do inconformismo no período pós-escravidão representou resistir ao aniquilamento social proposto pela definição do lugar do negro da sociedade, principalmente quanto a “cor do trabalho”. A “eugeniação” ou branqueamento do trabalho livre, fruto da opção ideológica de substituir quase sem concessões os braços dos trabalhadores nacionais, predominantemente, àqueles saídos da escravidão, pela imigração européia, marcou a consolidação do conceito de supremacismo laboral do branco sobre os negros. A integração tardia e pulverizada dos ex-escravos e das gerações que se seguiram à incipiente sociedade de classes ou no “mundo dos brancos”, conforme a expressão utilizada por Florestan Fernandes, bem retrata o modo sistematizado de como os espaços sociais foram hierarquizados com base na origem e cor dos indivíduos.

Além das dificuldades vinculadas com a sobrevivência física e material das famílias negras saídas da escravidão esse desafio de superação (ainda inconcluso) traduz a virulência da herança escravocrata. Nada pior do que os vencedores e dominantes imporem às suas vítimas, as responsabilidades pelo seu processo de desvitimização. Não é por acaso, pois vem de longe, que creditam a uma “naturalização étnica” o fato dos negros no seu conjunto não experimentarem a mesma mobilidade social e econômica que os imigrantes europeus puderam usufruir. As barreiras colocadas para a ascensão dos negros foram exaustivamente caracterizadas pelas explicações racistas, como sendo de natureza meramente econômica ou até mesmo divina, como se a escravidão tenha sido um fenômeno fictício, fruto de uma confusão mental de negros “complexados” e injustificadamente “mal agradecidos” pela harmonia racial a eles disponibilizada.

Passado o período das insurreições negras no contexto da escravidão (Quilombo dos Palmares, Revolta dos Malês etc.) o protesto negro readquiriu as características compatíveis com o contexto histórico vigentes.

As organizações negras surgidas nesse período, emergência da industrialização da economia brasileira, enquanto ação política, reivindicava o justo acesso no sistema de emprego, no sistema escolar e nos benefícios sociais em geral. Esse ciclo do protesto negro, quando surgiram importantes entidades, como a Frente Negra Brasileira e outras tantas por todo o território nacional, culmina com a ruptura democrática imposta pelo Estado Novo.

A segunda geração do protesto negro nasce no contexto da luta pela democratização do país na década de 70, com a organização de todos os movimentos sociais, que através de ações claramente políticas e de variada coloração ideológica conduz vários setores da sociedade a se posicionarem sobre todo o contencioso social gerado pelo domínio da burguesia colonial e suas representações estratégicas e subsidiárias. Nesse contexto o movimento negro emerge sob uma forma mais contundente, rompendo com a acomodação sugerida pela democracia racial brasileira. A visibilidade da rebeldia negra caracteriza-se por ações concretas no campo da denúncia e do combate à discriminação racial sofrida pela maioria da população brasileira. Paralela-

mente, um conjunto de entidades se organizam em torno da construção de uma identidade étnica capaz de aglutinar forças políticas e realizar enfrentamentos mais consequentes com o sistema discriminatório. Estimulado por um contexto internacional de condenação aberta ao apartheid sul-africano, pela luta dos negros americanos pelos direitos civis e pela libertação das antigas coloniais africanas, emerge um movimento negro mais enérgico e ofensivo. O surgimento do MNU – Movimento Negro Unificado, em 1978, significou o marco mais importante da redefinição do protesto negro.

O novo negro nascido desse contexto tenta estabelecer uma nova agenda de luta, onde concilia o resgate da ancestralidade e identidade perdida pelo branqueamento estético, religioso e ideológico com uma pauta político-social de alteração das desvantagens no campo educacional e econômico, reivindicando participar da estrutura de poder da sociedade e das lutas gerais.

O resultado desses esforços, se não alterou o sistema de desigualdades raciais entre brancos e negros, levou a sociedade brasileira a paulatinamente enfrentar um problema até então ignorado. Não por acaso, a Constituição de 1988 estabeleceu vários dispositivos que traduzem sua confissão, cujo símbolo maior foi o enquadramento do racismo como crime inafiançável.

O encadeamento político e histórico da resistência negra no pós-escravidão culmina com o surgimento do 3º Estágio do inconformismo e da luta negra, onde o diagnóstico, a denúncia e a permanente reafirmação da legitimidade do protesto convergem para a agenda de ações afirmativas e compensatórias. As entidades negras, bem como respeitáveis grupos de ativistas dos direitos humanos, compreenderam que o discurso da igualdade racial não teria mais sentido sem a alteração da postura do Estado em relação àqueles grupos que historicamente foram oprimidos pela omissão das classes dirigentes. Políticas públicas de natureza específicas passaram a ser o instrumento de redução das desigualdades. Reserva de vagas nas universidades e em empregos públicos e instâncias públicas destinadas ao desenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombos, leis que tornam obrigatório a introdução da cultura e história negra nos currículos escolares, condenações de patrocinadores de ações discriminatórias e racistas são eventos que traduzem as possibilidades e limites da luta negra.

Se o “orgulho da raça” tem sido progressivamente reabilitado, ainda falta muito para o Estado brasileiro completar o desfazimento de um longo, inadmissível e persistente quadro de injustiças e desigualdades.



Edilson Nabarro é sociólogo, ativista do Movimento Negro há 30 anos. Foi um dos fundadores da revista *Tiçõ* e *Movimento Negro Unificado no RS*. Autor de vários artigos e ensaios sobre a questão racial. Atualmente é diretor da Divisão de Qualificação da PRORH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e membro do seu Conselho Universitário.

A magistratura e a escravidão¹

Wilson Carlos Rodycz

A magistratura imperial tinha caráter *prudencial*. Com esse adjetivo, Koerner quer significar que os juizes do Brasil monárquico eram comprometidos com as classes dominantes, refletindo, as suas decisões, freqüentemente, essa ligação. O interesse público era geralmente identificado com o interesse da classe proprietária, determinando prejuízos para os mais fracos, que não encontravam no aparelho estatal órgão isento capaz de ouvir as suas reivindicações. Essa postura era conseqüência, grandemente, de desempenharem os magistrados, até meados do século XIX, funções político-partidárias, tanto no Parlamento como no Governo.² Essas atividades enredavam os magistrados, incapacitando-os para o exercício de uma jurisdição imparcial. Por isso, foram de grande importância para a cidadania as normas editadas a partir de meados do período no sentido de restringir as atividades políticas dos magistrados.

A instituição de vedações começou em 1855, quando a lei criou “círculos eleitorais”, o que restringiu a participação dos funcionários públicos no processo eleitoral, atingindo os presidentes de províncias, os comandantes de armas, os chefes de polícia e os magistrados, que ficavam proibidos de se candidatar na área em que exerciam a função (incompatibilidade relativa). Na seqüência, outras normas dispuseram que o cargo de juiz de direito era relativamente incompatível com o de deputado geral, senador e deputado provincial. Os votos obtidos seriam considerados nulos nos distritos em que exercida a jurisdição, ou na Província – nas eleições senatoriais. A função também não mais poderia ser exercida cumulativamente, quando eleitos por outra Província, preferindo o cargo eletivo. Em 1873, foi estabelecido que os desembargadores eram incompatíveis no distrito de sua jurisdição para os cargos de senador, deputado ou membro da Assembléia Provincial, considerando-se nulos os votos que aí obtivessem. Finalmente, uma Lei de 1875 vedou aos magistrados e outros funcionários participarem das disputas político-partidárias. Em 1881, a Lei Saraiva, além de introduzir o voto direto, ampliou as restrições: os magistrados que fossem eleitos não poderiam exercer seus cargos judiciais nem receber seus salários e promoções. Essas normas determinaram o declínio da participação dos juizes no poder político: enquanto no meio do século ocupavam de 40% a 50% das cadeiras, no final do período essa participação baixou para 10%.

Essas vedações produziram importantes reflexos na jurisdição, contribuindo para modificar o padrão da carreira da magistratura, profissionalizando-a e diferenciando-a das demais funções de Estado (Koerner, 1998, p. 118). A instituição das incompatibilidades permitiu, ainda, a investidura da magistratura no papel de supervisora do processo eleitoral, que, a partir de então, foi-lhe paulatinamente outor-

gado. Entrementes, o avanço mais importante ocorreu na área jurisdicional, que se qualificou do ponto de vista da independência dos juizes e do arejamento da hermenêutica. Deixando de participar dos embates eleitorais, a magistratura pôde ir-se afirmando, gradualmente, como instituição eqüidistante da política, inevitavelmente imbricada com o poder econômico, permitindo o crescimento de uma jurisdição mais independente e imparcial. Essa evolução pode ser constatada nas *questões de liberdade*. O exame de alguns casos permite identificá-la.

Uma dessas questões envolveu a aplicação da *pena de açoites*, prevista no art. 60 do Código Criminal.³ Em 1885, no Recife, o juiz José Manuel de Freitas, afrontando a jurisprudência dominante, declarou inaplicável referida pena. Argumentou que ela estava implicitamente revogada pelo espírito da Lei de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre). Aderindo a essa orientação, seu colega de comarca, Antonio Pereira de Souza Pitanga, publicou um opúsculo expondo os argumentos pelos quais entendia revogada referida pena, defendendo a competência do Poder Judicial para estabelecer essa hermenêutica.⁴ Argumentou que a disposição do Código conflitava com a Constituição, que vedava tal pena. Ainda que estabelecida no Código, como odiosa exceção, não mais prevalecia desde 1871, pois a Lei, instituindo a liberdade do ventre, estabelecera a liberdade da raça futura. E tendo a Lei de 1885 estabelecido a liberdade para os sexagenários, a escravidão estava descaracterizada: passara a ser um conflito meramente dominial, mantido o direito de propriedade apenas por receio de uma crise econômica. A escravidão, em suma, havia naufragado. O escravo havia adquirido o direito à liberdade “em uma época determinada”: os escravos então existentes encontravam-se na condição de *statuliber*, que é aquele cuja liberdade está estatuída ou destinada a ser-lhe conferida em certo tempo, ou mediante certa condição. O escravo era alguém a quem fora outorgada liberdade, cujo gozo estava restrito pelo implemento de certa condição. Essa liberdade era tão verdadeira que era irrevogável. Por esses e outros argumentos, concluía que os escravos então existentes não mais o eram, enquadrando-se na figura do *statuliber* (*apud* Nequete, 1988, p. 18). Vale transcrever a parte final do seu manifesto, que contextualizava essa corrente de pensamento que encontrou eco em parte da magistratura:

“Não compreendo, portanto, o mérito dos que por terrores fantásticos ou zelos excessivos julgam servir à causa do direito, tomando-se de um verdadeiro fetichismo por esse simulacro de dogma jurídico: mais serviriam à sociedade, sem atentarem de sorte alguma contra o prestígio da lei, adotando a inversa hermenêutica, certamen-

te mais moralizadora e cristã.

“Sinceramente convencido da verdade que proclamo, julguei de meu dever dirigir este apelo à classe a que tenho a honra de pertencer, a fim de criar-se sobre tão grave assunto jurisprudência uniformemente humanitária.

“E se meus raciocínios não são falsos, e se a ciência do direito nos faculta a atribuição de, por um processo regular de hermenêutica, proscrevermos da jurisprudência penal essa prática feroz, saibamos exercê-la dignamente e caiba-nos, senão a glória, a serena satisfação de termos excluído do nosso regime penitencial esse meio de punição que, longe de preencher seus fins, reprimindo o crime, corrigindo o culpado e edificando a sociedade, viola as leis fisiológicas do organismo, embota a razão, oblitera e degrada o senso moral, expõe aos olhos da sociedade esse repugnante obstáculo, e que é, em suma, um atentado contra a civilização e contra a dignidade humana.” (*apud* Nequete, 1988, p. 21).

O Parlamento levantou-se contra Pitanga, que foi acusado de *prevaricação*: “O magistrado que julga ciente e conscientemente contra a lei, prevarica”. A polêmica terminou com a revogação do art. 60 do Código Criminal, através da Lei de 15.10.1886. O magistrado Freitas, entretanto, longe de obter reconhecimento pela sua postura corajosa, foi removido para a comarca de Goiás, então um lugar de difícil acesso, reservado para os desafetos do governo, a que estavam sujeitos os magistrados, por inexistente a garantia da inamovibilidade. Sendo um homem pobre, sensível e de família numerosa, passou dificuldades para se transportar para a nova comarca, tendo falecido no ano seguinte (1887), ao que diz Evaristo de Moraes, como conseqüência desse episódio (*apud* Nequete, 1988, p. 29, nota nº 15).

Outra palpitante questão diz respeito à condição de livre dos negros não levados à matrícula, como determinava a Lei de 1871, reprimada em 1885. Tudo decorria do problema de ter ou não sido indicada, no registro, a “filiação” do escravo. Argumentava-se que, tendo a Lei de 1831 proibido o tráfico, não seria lícito considerar escravo quem não restasse provado ser filho de mãe escrava pois brasileiro somente seria escravo se fosse filho de mãe escrava, importada antes da proibição. Houve muitas decisões reconhecendo essa condição, gerando protestos e críticas da imprensa, inclusive da revista “O Direito”, que acusava a magistratura de “ataque à mão armada contra a propriedade.” Quem primeiro atentou para o ponto foi o advogado João Marques, que, percebendo constar do registro “filiação desconhecida”, sustentou que, nesse caso, era presumível a condição de livre, pois somente a prova da condição escrava impunha essa restrição de direito. A Relação da Corte acolheu o recurso, seguindo-se uma enxurrada de decisões no mesmo sentido, tanto em primeira como em segunda instância. O juiz de direito de Santos, Barão de São Domingos, por portaria, mandou dar baixa em quinze mil escravos inscritos com filiação desconhecida, seguindo o mesmo caminho vários outros magistrados, chegando ao número de duzentos mil libertados antes de 1888 (Nequete, 1988, p. 207).

Essa postura é tão mais merecedora de realce porque adotada contra a política oficial, afrontando também decisões em sentido oposto, como uma da própria Relação

da Corte, de 23.09.1887, que assinalava que a Lei de 1885, assim como a de 1871, não tinha concedido expressamente a liberdade aos escravos de filiação desconhecida, e somente a lei poderia fazê-lo; ou algumas sentenças de Minas Gerais, que acolheram a alegação de ignorância da lei como causa escusável para a ausência de matrícula. A nova hermenêutica era hostilizada com o argumento de que os juízes estavam indo além da missão de julgar, que devia se restringir a aplicar a lei aos casos ocorrentes. De um modo geral, sintetiza Nequete, a partir dessa fase, quando se estava diante de um texto legal que, se fosse aplicado literalmente, conduziria a um resultado contrário à liberdade, os magistrados mais sensíveis à injustiça do cativo passaram a julgar a favor do escravo, invocando, freqüentemente, norma de hermenêutica constante das Ordenações, segundo a qual “em favor da liberdade, muitas coisas eram outorgadas contra as regras gerais do direito.” (1988, p. 195).

Essa amostra evidencia que, após a instituição das vedações para as atividades político-partidárias, começaram a surgir decisões, de alguns juízes e tribunais, nas questões ligadas à questão servil, um dos problemas mais agudos da época, menos *prudenciais*, julgamentos marcados pelas conveniências com os interesses da classe dominante, confundidos com a manutenção da ordem, como explicita Koerner (1998, p. 141). Embora esses julgamentos não tenham chegado a se constituir num movimento, suscitaram reações na magistratura e na sociedade, conquistando seguidores, assim como críticas, na imprensa e no Parlamento, mas, no extremo, contribuíram para a revogação da legislação escravista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: UFRJ: Relume-Dumará, 1996, 436 p.
- FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, 340 p.
- KOERNER, Andrei. *Judiciário e cidadania na constituição da República brasileira*. São Paulo: Hucitec, Departamento de Ciência Política da USP, 1998, 269 p.
- NEQUETE, Lenine. *O escravo na jurisprudência brasileira. Magistratura & ideologia no 2º Reinado*. Porto Alegre: TJRS, 1988, 360 p.
- PAULA PESSOA, Vicente Alves de. *Código do Processo Criminal de primeira instância do Império do Brasil com a Lei de 3 de dezembro de 1841, n. 261, e Regulamento n. 120, de 31 de janeiro de 1842, com todas as reformas que se lhes seguiram até hoje, explicando, revogando e alterando muitas de suas disposições*. Rio de Janeiro: Livraria de A. A. da Cruz Coutinho, 1882, 654 p.

¹ Este ensaio é o resumo de um dos capítulos do livro *Raízes e evolução das instituições judiciais brasileiras – Juízes e tribunais do período colonial à República*, por ser publicado.

² De acordo com dados manejados por Carvalho, na legislatura de 1826-34, os magistrados ocupavam 27% das cadeiras da Câmara, 41,66% dos assentos do Senado e 33,33% dos cargos do Ministério. Na legislatura 1838-45, os magistrados ocupavam 38,62% das cadeiras da Câmara, 43,24% do Senado e 47,83% dos cargos do Ministério. Na de 1871, a presença dos magistrados diminuíra, mas ainda era expressiva: ocupavam 22,95% da Câmara, 35,41% do Senado e 30% do Ministério (1996, pp. 79, 81, 83, 104).

³ “Art. 60 – Se o réu for escravo e incorrer em pena que não seja a capital, ou de galés, será condenado na de açoites, e, depois de os sofrer, será entregue ao seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro, pelo tempo e maneira que o Juiz designar. O número de açoites será fixado na sentença e o escravo não poderá levar por dia mais de cinquenta.”

⁴ De acordo com o art. 15, 8º, da Constituição, *fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las* era atribuição da Assembléia Geral.

Quilombolas na ilha Barba Negra

Moacyr Flores

NO século XIX, o termo quilombo designava o local onde negros escravos viviam refugiados. No século seguinte, qualquer local onde morassem negros passou a ser chamado de quilombo. O jornal *O Amigo do Homem e da Pátria*, edições de 18 de setembro e de 12 de outubro de 1829, noticiou a existência de um quilombo na ilha Barba Negra na Laguna dos Patos, junto à foz do Guaíba.

Conforme o jornal, no início de setembro de 1829, o iate de José Inácio Teixeira levantou ferros do porto de Rio Grande e velejou pela Laguna dos Patos, rumo a Porto Alegre. Ventos contrários não permitiram que entrasse no canal de Itapuã. O patrão do pequeno barco resolveu abrigar-se na ilha Barba Negra, à espera de que o vento amainasse ou soprasse noutra direção.

Teixeira mandou um batelão à ilha, com um marinheiro branco e quatro escravos, para buscar lenha. Quando estes homens estavam entregues à sua faina, surgiram mais de 30 negros armados de lanças e espingardas. Um dos marinheiros escravos se escondeu no monte de lenha, e os outros fugiram no batelão. Os negros atacantes atiraram nos fugitivos, visando mais ao branco, mas não acertaram.

Os negros correram para canoas escondidas nos aguapés e seguiram o batelão de perto. Vendo que os fugitivos se punham a salvo, os perseguidores tentaram a abordagem do iate que zarpou na direção de Bojuru, escapando dos quilombolas.

Depois de navegar pela Laguna dos Patos até conseguir vento favorável para contornar a ponta de Itapuã, José Inácio Teixeira tomou rumo de Porto Alegre, onde comunicou imediatamente às autoridades a existência do quilombo na ilha de Barba Negra.

O vigário-geral Antônio Vieira da Soledade, vice-presidente da província em exercício, ordenou ao tenente Luís Alves dos Santos Marques que preparasse uma expedição punitiva com 160 soldados de linha e mais 30 artilheiros. Quase um mês depois, a tropa estava pronta e distribuída na escuna *Doze de Outubro*, em dois lanchões e um iate.

As embarcações aproximaram-se da ilha Barba Negra e ancoraram ao largo. Um dos lanchões dirigiu-se à terra e encontrou uma canoa grande tripulada por cinco negros que, ao serem descobertos, remaram desesperadamente para a ilha, onde sumiram em desabalada carreira no meio da vegetação.

O lanchão continuou a navegar, costeando a ilha até o lado oposto, onde os soldados desembarcaram e bloquearam a fuga de seis machos e três fêmeas – conforme a notícia do jornal – que escaparam para uma pequena canoa. Intimidados a se entregar, continuaram a fuga. O comandante ordenou aos soldados que atirassem. A descarga violenta matou os negros e afundou a pequena canoa.

A expedição desembarcou na ilha Barba Negra e encontrou apenas roças de feijão e de milho, quatro casas prontas e duas ainda em construção. Infelizmente o jornal não in-

forma sobre o tipo de material empregado na construção. Os soldados arrasaram tudo.

Apareceu o escravo marinheiro de José Inácio Teixeira que havia se escondido no monte de lenha e fora depois capturado pelos quilombolas. Contou que enquanto lá esteve, foi mantido sob guarda e preso no tronco. O capataz do quilombo queria matá-lo porque era fiel a seu senhor e poderia denunciar o refúgio. Os demais escravos advogaram sua causa, salvando-lhe a vida. Narrou ainda que o capataz do quilombo, que morreu junto com os que tentavam fugir de canoa, era o assassino de um tal de José de Véstia.

Informou ainda que a expedição falhou em capturar os quilombolas porque eles estavam prevenidos do ataque e conseguiram fugir a tempo pela ponta da ilha de Canguçu. Dois dias antes do ataque, os quilombolas estiveram carneando na estância de Cabeçudas, propriedade de Dona Maria de Oliveira, irmã do cônego Salgado.

A expedição retornou sem nada sofrer; apenas o cadete Joaquim de Fonseca Pereira Pinto, que se achava na retranca da escuna, por imprudência caiu na água e pereceu afogado.

A incapacidade de os agentes repressores reunirem rapidamente suas forças permitiu que escravos da cidade avisassem os quilombolas em tempo. Segundo cronistas da época, as notícias circulavam rapidamente entre os escravos que tudo viam e ouviam porque participavam como mão-de-obra de todas as atividades dos brancos.

A expedição punitiva, com quatro embarcações e 190 soldados, não vasculhou as ilhas e as margens da Laguna dos Patos, não percorreu as estâncias da Barra do Ribeiro e de Pedras Brancas, atual município de Guaíba, em busca dos escravos fugitivos. O comandante militar deu a missão por cumprida com a destruição de roças de subsistência e de algumas palhoças.

Acredito que não era só a D. Maria de Oliveira que contratava trabalho dos quilombolas. O jornal *O Amigo do Homem e da Pátria* não se refere à proteção dada por estancieiros e charqueadores da região aos negros que se ocultavam na ilha de Barba Negra. Havia várias charqueadas nas proximidades, com trabalho mais intenso no período de novembro a março, quando o calor era mais forte, próprio para desidratar as mantas de carne expostas nos varais.

O quilombo da ilha de Barba Negra podia fornecer mão-de-obra barata às charqueadas e às estâncias. Fora das safras, os charqueadores e estancieiros não necessitavam sustentar a mão-de-obra ociosa; o mesmo não aconteceria se tivessem de comprar mais escravos para os períodos de rodeios e salga de carne, pois nos momentos de crise ou entressafra teriam que alimentá-los e abrigá-los, apesar da ociosidade.

CCJF: a arte e a aventura de criar um centro cultural

Paulo Freitas Barata

CONTA a lenda que a expressão “estou na Pindaíba” está relacionada à mais alta corte do País. Nos idos de 1907, o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Pindaíha de Matos, negociava com o Arcebispo do Rio de Janeiro a compra do prédio que a Mitra Arquiepiscopal construía na recém-inaugurada Avenida Central, atual Rio Branco. A verba disponível estaria bem aquém do valor cobrado pela Igreja, exigindo grande esforço do Magistrado para persuadir as autoridades eclesiásticas a reduzir o preço do imóvel. A bem-sucedida tarefa do Presidente do STF trouxe, certamente, economia para os cofres públicos, mas enriqueceu a mitologia carioca.

O Supremo ocupou vários prédios no Rio de Janeiro desde a sua instituição em 1890, mas a sede que ficou no imaginário coletivo foi a da Avenida Rio Branco, apelidada décadas depois de “Supreminho”. O edifício integra

o projeto de construção da Avenida Central, iniciativa do Prefeito Francisco Pereira Passos, responsável por uma ampla reforma urbana e sanitária na capital federal a partir de 1902. A inspiração era o projeto de Eugène Haussmann executado em Paris, no século anterior, sob as ordens de Napoleão III.

Na atual Avenida Rio Branco, restam poucos prédios originários da lendária Avenida Central e, entre essas jóias da *Belle Époque*, está o que sediou o Supremo Tribunal Federal. Projetado pelo arquiteto sevilhano Adolfo Morales de Los Rios, autor de mais de duas dezenas de fachadas do famoso *boulevard*, o prédio compõe o magnífico conjunto arquitetônico remanescente formado pelo Museu Nacional de Belas Artes, Fundação Biblioteca Nacional e Teatro Municipal.

O edifício é um marco histórico, político e

Fotos fornecidas pelo CCJF



arquitetônico. Inaugurado em 3 de abril de 1909, foi palco privilegiado do processo de consolidação da República brasileira. Decisões que garantiram a liberdade de imprensa, a inviolabilidade do domicílio, a nacionalidade, dentre outras, foram tomadas na Sala de Sessões do Supremo. Localizada no primeiro andar, o espaço é decorado com pinturas de Rodolpho Amoedo e magníficos vitrais, tendo piso de madeiras nobres, como peroba, guarabú e canela. O suntuoso plenário em jacarandá e imbuia impõe-se soberano aos visitantes, fazendo lembrar grandes tribunais, como Rui Barbosa.

Com a transferência do STF para Brasília, em 1960, o prédio foi ocupado pela Justiça estadual e, na década de 1970, pela Justiça Federal. Sofreu muitas intervenções e descaracterizações ao longo do século XX. As construções no entorno e as obras do metrô comprometeram a estrutura do edifício. Em 1988, foi interdito pela defesa civil.

No início da década de 90, consciente da importância da preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, princípio consagrado na Constituição Federal, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região tomou a si a tarefa de recuperar o imóvel. Depois de debates, estudos, pesquisas, projetos e negociações, a obra foi iniciada com patrocínio da Caixa Econômica Federal e coordenação do Instituto Herbert Levy.

Em 4 de abril de 2001, o então presidente do TRF, Desembargador Federal Alberto Nogueira, devolveu o prédio à sociedade como Centro Cultural Justiça Federal. Era a primeira instituição do gênero criada por um órgão do Poder Judiciário. Após a reforma, o edifício passou a abrigar amplas galerias, teatro bem equipado, biblioteca, bistrô e loja de *souvenir*. Coube-me ocupar o lugar de primeiro Diretor-Geral do CCJF, de dezembro de 2001 a março de 2007.

Programação Cultural

Nesses seis anos, construímos a programação artística, institucional e educativa do Centro Cultural, inserindo-o no concorrido circuito cultural do Rio de Janeiro. De forma pioneira, abrimos as galerias para expressivas mostras fotográficas, nacionais e internacionais, nas quais se destacam a retrospectiva de Chico Albuquerque e recortes das obras do francês radicado no Brasil Pierre Verger, do húngaro naturalizado americano André Kertész e do mexicano Manuel Alvarez Bravo. Em parceria com o Instituto Moreira Salles, apresentamos uma importante mostra em comemoração ao centenário da Avenida Central. Desde a primeira edição, em 2003, integramos a bienal de fotografia da cidade, o *FotoRio*.

No campo das artes plásticas, o CCJF exibiu artistas nacionais renomados em coletivas como *Fiat Lux*, que reuniu obras de Abraham Palatnik, Antônio Dias e Lygia Pape. A *Arte da Gravura Mexicana* mostrou pela primeira vez no Brasil gravuras de Leonora Carrington e José Luis Cueva, dentre outros. Nossas galerias apresentaram, ainda, mostras de Design, Artes Gráficas, Artesanato, Moda, Cartazes.

Um palco para diferentes eventos

Nosso teatro recebeu montagens consagradas, como *As lágrimas amargas de Petra Von Kant*; *Quem tem medo de Kurt Weill*; *Soppa de letra*; *O pequeno Eyolf* e *Cora Coralina*. Abrigou ciclos de leituras dramatizadas,

inclusive sobre a obra de Schiller, e promoveu encontros de companhias de teatro, seminários, palestras e outros eventos. Além de mais de uma centena de *shows* e algumas dezenas de concertos, abrindo suas portas para músicos e cantores renomados e iniciantes com as séries *Cartão Postal da MPB*, *Quartas Instrumentais*, *Festival Internacional de Violoncelo (Cello Encounter)* e *Música no Museu*.

Anualmente, entre o final de setembro e início de outubro, o teatro suspende sua agenda para funcionar como cineteatro e integrar o Festival Internacional de Cinema do Rio, o *FestRio*. Em janeiro deste ano, o cinema entrou para a nossa grade semanal. Em parceria com o Centro Técnico Audiovisual – CTA, órgão do Ministério da Cultura, inauguramos nosso cineclubes no teatro, apresentando curtas e médias metragens brasileiros, todas as terças-feiras, às 12h30min, com entrada franca.

Resgate da memória

O palco do CCJF também recebeu dois projetos de memória oral, ambos iniciativa do Diretor-Geral: *Vida e Cultura, uma questão de Justiça*, visando a contribuir para o resgate da memória artística nacional; e *Projeto Memória Oral da Justiça Federal*, que registrou depoimentos de ministros, magistrados, procuradores e servidores que participaram da recriação da Justiça Federal a partir de 1966.

O Projeto Memória da Justiça Federal tem uma versão documental, que está sendo desenvolvida, graças a um convênio firmado entre a Universidade Federal Fluminense, o TRF da 2ª Região e a Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Em 2003, o Tribunal instituiu a Comissão de Implementação e Desenvolvimento do Programa de Memória Institucional, que tenho a honra de presidir. No mesmo ano, foi firmado convênio com a UFF, visando à organização do acervo arquivístico.

A primeira fase do projeto está registrada no livro *Autos da Memória – a história brasileira no Arquivo da Justiça Federal*. O nosso acervo contém parte da memória da cidade e do País, reflete os grandes acontecimentos que marcaram os primeiros anos do regime republicano ao mesmo tempo em que revelam as demandas populares pelo reconhecimento e ampliação dos seus direitos.

Arte-Educação

No CCJF, criamos em 2005, o setor Arte-Educação, que se desenvolveu rapidamente, através de programas socio-educativos voltados a estudantes, professores, deficientes visuais, idosos, pessoas carentes e órfãos. A receptividade do público-alvo foi excelente e o setor tornou-se um dos orgulhos da minha administração. As ações do Arte Educação incluíam ainda oficinas de arte e apresentações de peças teatrais para professores e alunos da rede pública de ensino, jovens e adultos vinculados a entidades de inclusão social.

Ao oferecer à comunidade serviços dessa natureza e importância, através do CCJF, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região ampliou suas ações de responsabilidade social. Ainda aproximou-se da população em geral, simpática e eficazmente, sem distinção de classe, cor, raça, nacionalidade, crença religiosa, sexo, concretizando o ideal de uma sociedade democrática, aberta e justa.



Publicações e curso

Na minha gestão, editamos a revista *Atrium*, publicamos *folder* com a programação mensal e criamos o *site*, que, entre outros serviços, disponibiliza integralmente todas as edições da revista; organizamos publicações internas, como relatórios, regulamentos e manuais, e eventualmente, catálogos de exposições e convites.

No segundo semestre de 2006, abrimos as portas para o primeiro curso regular de História da Arte, antiga demanda do público. Dos 42 inscritos que iniciaram as aulas com a historiadora e professora de Arte da Universidade Estadual do Rio de Janeiro Juliana Rodrigues, nenhum desistiu nos três meses em que ela ensinou a história, a beleza e a técnica da Renascença. O curso prosseguiu – módulo II - durante o primeiro trimestre de 2007 contando a trajetória da arte ocidental.

Apoios e parcerias

O CCJF notabilizou-se em tão poucos anos graças, também, a convênios e parcerias. Firmamos convênio com os Consulados Gerais da Suécia e da República Popular da China e com a Embaixada Geral da República de Cuba. O convênio com o Consulado Geral da Suécia resultou em exposições e concertos. O Consulado da China comemorou no Centro Cultural a sua festa nacional, assim como o dos Estados Unidos e o do Uruguai.

As parcerias têm sido profícuas. Realizamos exposições em parceria com os Consulados Gerais do México, Uruguai, França e Japão; com instituições internacionais como o Instituto Italiano de Cultura, Instituto Cervantes e Aliança Francesa; entidades nacionais, a exemplo da Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos, Centro Cultural Banco do Brasil e, os já citados, Instituto Moreira Salles e CTAv. Com a UniverCidade firmamos o convênio mais amplo, envolvendo estagiários, atividades acadêmicas, culturais e artísticas.

Mas a participação das instituições do Poder Judiciário foi constante. O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, por exemplo, realizou, em 2001, o primeiro evento acadêmico no CCJF: o *Fórum sobre Arquivos e Documentos Eletrônicos*. O CEJ retornou outras vezes, fechando o nosso calendário de 2006 com o excelente seminário *Resgate da Memória da Justiça Federal* –



40 anos da Lei 5.010/66. A nossa Escola de Magistratura Regional Federal (EMARF), a Associação dos Juizes Federais (AJUFE) e a Associação dos Servidores da Justiça Federal (SERJUS) também promoveram palestras, seminários e outros eventos no CCJF.

Mobiliário do STF

Graças a entendimentos mantidos entre os Presidentes do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, e deste Tribunal, Desembargador Federal Frederico Gueiros, dando continuidade aos que foram iniciados por mim junto ao então Presidente do Supremo, Ministro Marco Aurélio, ocorreu a reinstalação do antigo plenário do STF, na Sala de Sessões, no dia 18 de setembro de 2006. A solenidade contou com a presença de nove Ministros do Supremo, inclusive de sua Digna Presidente.

Embora integrado ao circuito artístico e cultural da cidade, foi desde a chegada do mobiliário do Supremo que magistrados, servidores, advogados, procuradores, professores e estudantes de Direito passaram a visitar o CCJF com mais freqüência, emocionando-se diante do velho plenário. O imóvel, perfeitamente conservado, foi o palco onde se desenvolveu o constitucionalismo brasileiro e ocorreram relevantes julgados e atuações brilhantes de juristas por mais de 50 anos.

Na galeria anexa à Sala de Sessões, o visitante pode apreciar a imagem solene do Ministro Pindayha de Matos em um dos quadros com a composição de ministros do STF. Lendas urbanas à parte, o Supremo precisava de uma sede própria e à sua altura, sendo incontestável que o seu Presidente muito se empenhou para adquiri-la. Daqui a dois anos, o edifício completa um século, com sua importância histórica, política, arquitetônica e artística reconhecida e preservada, fruto do esforço, da dedicação e do espírito público de magistrados e servidores do TRF da 2ª Região. O resultado da luta do Ministro Pindayha de Matos atravessará mais um século. No mínimo.

Paulo Freitas Barata é Desembargador Federal no Rio de Janeiro. Diretor Geral do CCJF de dezembro de 2001 a março de 2007.



MARGS: 53 anos de Arte no centro de Porto Alegre

Cézar Prestes

IMPONENTE, no meio da Praça da Alfândega, servindo de palco para os principais eventos que ocorrem em Porto Alegre - entre eles, as Bienais do Mercosul e as Feiras do Livro -, é fácil imaginar que o Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli - MARGS - sempre esteve ali, ocupando um espaço de destaque. No entanto, a Instituição foi concretizada seguindo uma árdua trajetória - como quase todos os equipamentos culturais de que temos notícia.

Fundado em 1954, inaugurado um ano depois - em mostra na Casa das Molduras - e oficializado em 1957, no foyer do Theatro São Pedro, somente em 1978 o MARGS instalou-se no belíssimo prédio histórico que hoje ocupa (da antiga Delegacia Fiscal da União, construído em 1913), passando antes por uma sede improvisada na Avenida Salgado Filho. E foi só a partir do final dos anos 90 que o Museu ganhou força no cenário estrangeiro de artes plásticas, após um completo restauro do prédio, seguindo os padrões internacionais de museologia que o habilitaram a receber grandes mostras e propiciar ao Acervo espaços de exposição permanente, conservação e guarda adequados.

Idealizado pelo artista e professor paulista Ado Malagoli - que na época fazia parte do corpo docente do Instituto de Artes da UFRGS e se encontrava num ambiente efervescente em termos culturais, animado por grupos de artistas como o Clube de Gravura e a Associação Francisco Lisboa -, o MARGS hoje é considerado o principal museu de arte do RS e um dos mais importantes do País. Atualmente, conta com uma agenda dinâmica de exposições, eventos de extensão (incluindo concertos, seminários, palestras e oficinas de arte), espaços de lazer, projetos editoriais, de pesquisa e documentação - atividades que fazem do MARGS um museu vivo e aberto à comunidade, tal qual imaginado por Malagoli em seu projeto inicial.

Pelas galerias, salas e pinacotecas do MARGS os visitantes puderam contemplar obras de Portinari, Arthur Piza, Volpi, Danúbio Gonçalves, Dali, Lurçat, Botticelli, Picasso, Iberê Camargo, Henry Moore, Ângelo Guido, Lasar Segall, Joseph Beuys, Chagall, Dürer, Gotuzzo, Lutzenberger, Berni, Djanira, Brossa, Rodin e, recentemente, a produção completa de gravuras de Francisco de Goya - apenas para citarmos alguns nomes mais conhecidos entre as mais de mil exposições já apresentadas. Renomadas coleções nacionais - como as do Museu das Missões de São Miguel, da Biblioteca Nacional, do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e do Museu Nacional de Belas Artes - e também internacionais - como as da Estamparia Il Bisonte, do Palazzo Vecchio, do Museu Bardini e do Petit Palais de Paris - também puderam ser conferidas no MARGS, resultando em recordes de visitação e extensivos trabalhos de ação educativa.

Em termos de acervo, podemos afirmar que o MARGS é um museu voltado para a pesquisa da história da arte brasileira, com atenção centrada no desenvolvimento da arte no Rio Grande do Sul. Embora algumas das obras remontem a épocas anteriores, e estejam presentes peças de artistas europeus e de outros países americanos - como as valiosas *A Imi-*

grante, de Grady, *A Creche*, de Geoffroy, o *Retrato de Paul Heyse*, de von Lenbach, e *A Empregadinha*, de Joseph Bail -, é especialmente para o desdobramento da produção de arte no Brasil, a partir do final do século 19, que aponta nossa coleção, incluindo nomes fundamentais como Timótheo da Costa, Parreiras, Guignard, Di Cavalcanti, Segall, Portinari, Bustamante Sá e Schaeffer, entre outros.

O Acervo do MARGS é considerado um dos mais notáveis do sul do País, reunindo quase três mil obras. Dentre as suas várias seções destaca-se o núcleo de pintura gaúcha, com uma coleção de telas de Libindo Ferrás, Pedro Weingärtner, Ângelo Guido, João Fahrion, Oscar Boeira e outros precursores da arte no Estado. Importantes obras de Vasco Prado, Francisco Stockinger e Iberê Camargo - três das maiores unanimidades artísticas do Estado, de ampla projeção no cenário nacional - cobrem praticamente todos os aspectos de suas trajetórias artísticas. O acervo de obras em papel também merece destaque, com peças relevantes de todos os principais momentos artísticos locais, desde os primórdios da arte sulina, passando pelos Clubes de Gravura e de Bagé nos anos 50, pelos movimentos conceituais dos anos 60, 70 e por todas as novas correntes posteriores, até a atualidade.

Mas os 53 anos de Arte que o Museu ajudou a construir no centro da capital gaúcha, não o mantêm preso ao seu passado e sim com os olhos focados e atentos no futuro da cultura e das manifestações artísticas. Em função disso, algumas importantes ações de inovação estão em andamento, como o novo *site* do Museu - que pretende se tornar uma ferramenta mais ágil e potente em termos de pesquisa, disponibilizando *on-line* os mais de três mil dossiês de artistas do Acervo de Documentação e Pesquisa -, a inclusão de mais de 800 obras na Biblioteca de Artes Visuais (numa vultosa doação de D. Ruth Malagoli) e uma nova campanha que visa a angariar mais sócios para a Associação de Amigos do MARGS - AAMARGS. Fundada em 1982 e contando hoje com mais de 400 associados, a entidade tem papel fundamental no crescimento do Museu, apoiando a Instituição nas suas iniciativas e mantendo um sistema de voluntários que realizam visitas mediadas.

Em resumo - se é que se pode resumi-la -, esta é a história do maior Museu de nosso Estado. Um Museu em letra maiúscula, de nome inteiro, que felizmente sempre contou com amigos e colaboradores ativos e amantes da arte. Um Museu que encerra a tradição e a modernidade que geralmente são colocadas como paradoxo da cultura gaúcha. Uma Instituição para a qual é muito cara a memória, e ainda mais valorizada a construção de uma herança a ser deixada para as gerações futuras. Como diria o escritor Luis Fernando Verissimo, em texto sobre o Museu publicado nos anos 80, se você ainda não o conhece, parabéns. Ao contrário de quem já sabe que visitar o MARGS é uma experiência fascinante, você ainda tem esta descoberta a fazer no seu futuro.

Cézar Prestes é Diretor do MARGS.

artigo **Templários, os Cavaleiros de Cristo**

Voltaire Schilling

"NEKAN, ADONAI !!! CHOL-BEGOAL!!! PAPA CLEMENTE... CAVALEIRO GUILHERME DE NOGARET... REI FILIPE: INTIMO-OS A COMPARECER PERANTE O TRIBUNAL DE DEUS DENTRO DE UM ANO PARA RECEBEREM O JUSTO CASTIGO. MALDITOS! MALDITOS! TODOS MALDITOS ATÉ A DÉCIMA TERCEIRA GERAÇÃO DE VOSSAS RAÇAS!!!"

Foram essas derradeiras palavras que Jacques de Molay, o último Grão-Mestre da Ordem dos Templários, proferiu antes de começar a arder na fogueira. Acesa bem em frente à catedral de Notre-Dame em Paris, nela expiou ao anoitecer do dia 18 de março de 1314, imprecando contra o Papa, contra o Guarda-selos do rei e contra o próprio soberano da França. E tinha toda a razão em lançar sua fúria contra os três. Um sórdido conluio entre o soberano Filipe o belo e o Papa Clemente V, tendo Nogaret como executor, fora quem determinara o destino da até então mais poderosa ordem dos monges guerreiros que a Europa conheceu e que ele dirigia.

Para suprema infâmia dos Cavaleiros do Templo - aprisionados desde que os agentes do rei, num golpe de mão, invadiram-lhes as instalações na noite de 12 para 13 de outubro de 1307, na sua sede parisiense denominada *Ville Neuve du Temple* e em diversos outros lugares da França - seus últimos dirigentes, além de terem perdido tudo - a posse dos castelos e das fortalezas, o imenso patrimônio que amealharam na França desde antes de vol-

taram da Terra Santa -, foram arrastados aos tribunais reais, denunciados pelas práticas de heresia e de pederastia.

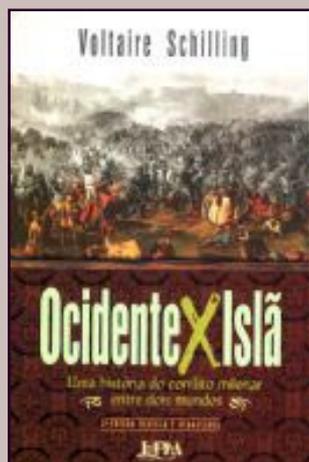
Num processo forjado, no qual os procedimentos inquisitoriais foram aplicados com toda a crueldade imaginável, acusaram-nos de serem adoradores pagãos do diabólico Baphomet, de cuspirem na cruz e de praticarem licenças sexuais uns com os outros. Arrancaram-lhes as confissões debaixo de terríveis tormentos, e, em meio aos urros de dor, com as carnes dilaceradas e queimadas, eles concordaram em dizer aos seus suplciadores o que eles queriam ouvir.

Filipe, o belo, atizado pelas declarações de um traidor, um ex-Cavaleiro chamado Esquiseu de Floyran, o Judas dos Templários, não se conformara em desmantelar a organização e confiscar os valores da Ordem, quis desonrá-la para sempre. Por isso apontou-os como sodomitas. Daí a inclusão das denúncias de homossexualismo durante o julgamento. Acusação feita a De Monay e a outros 140 Cavaleiros encarcerados.

Até poucos anos antes da catástrofe, a Ordem dos Templários era a mais prestigiada das três outras milícias de Cristo formadas no tempo em que Jerusalém ainda se encontrava sob o controle direto de príncipes cristãos. Depois da expulsão deles da Terra Santa, em 1291, os Cavaleiros Hospitalários confinaram-se na ilha de Chipre, e, mais tarde, na Ilha de Malta, enquanto os Cavaleiros Teutônicos, de volta à Alemanha, foram orientados no sentido de conquistarem as terras de poloneses pagãos.

Geograficamente mais favorecidos, os Templários, hospedados em Paris, ficaram no coração da Europa de então. Suas sedes, mais numerosas na França (um total de 704 conventos e prelazias), espalhavam-se pela Inglaterra, Itália, Espanha e por Portugal, suas propriedades européias totais, dos mais diversos tipos, somaram a mais de 9 mil. Devendo obediência apenas ao papa, sempre ausente ou distante, usufruíam da mais completa autonomia em relação aos reinos e aos bispados e baronatos que os acolhiam.

Graças ao empenho deles na causa da defesa da Cristandade, ao heroísmo e à coragem demonstrada nas batalhas contra o Islã e devido à absoluta correção como se conduziam, os prédios em que aquartelavam os monges - desde que a Ordem fora fundada em Jerusalém, em 12 de junho de 1119, por Hugo Payens - tornaram-se



Ocidente x Islã.
Editora L&PM, 248 p.

locais seguríssimos.

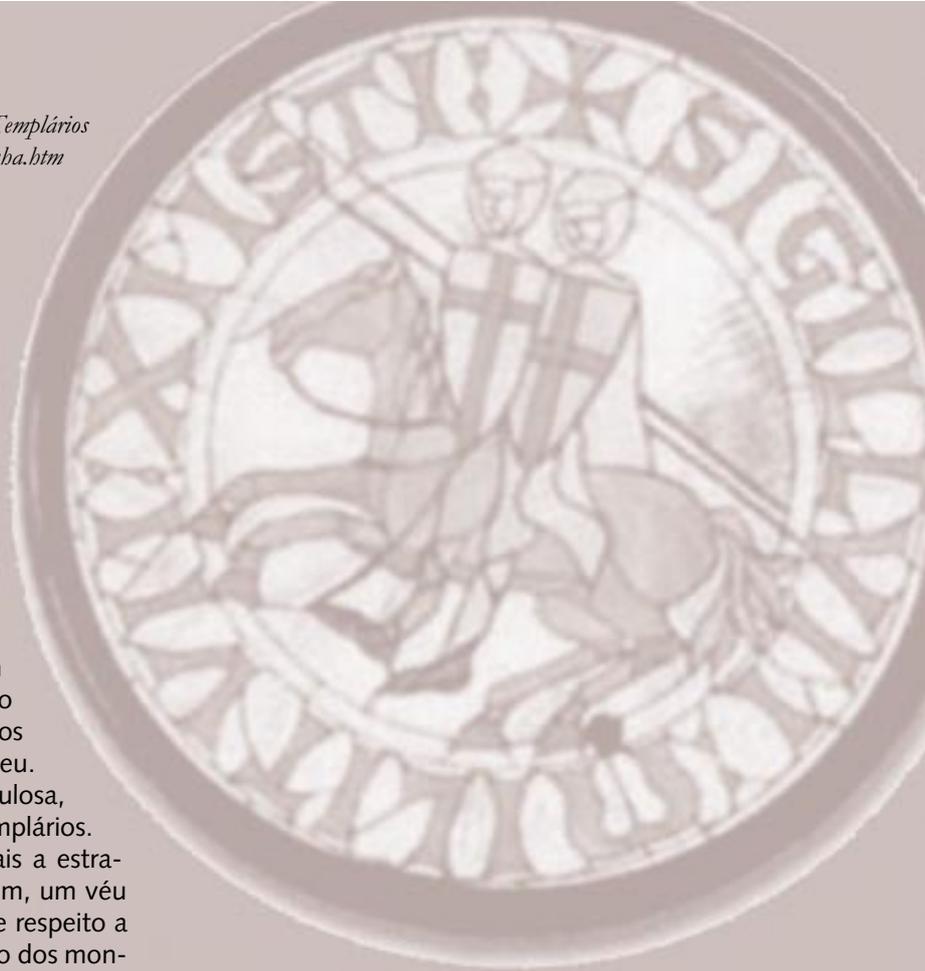
Era tal a confiança que despertavam na nobreza européia que não tardou para que seus conventos se transformassem em estabelecimentos bancários, ainda que informais, fazendo deles, entre os séculos XII e XIII, os principais agentes de crédito a quem reis e barões recorriam. Numa era de incertezas extremas, de pilhagens constantes, de guerras feudais intermitentes, acompanhadas sempre por saques, uma fortaleza daqueles monges soldados aparecia a todos os que tivessem bens sonantes como um oásis. Um cofre-forte inexpugnável. Talvez não seja nenhum exagero dizer-se que a Ordem dos Templários tornou-se o primeiro banco europeu. Assim foi que se gerou a lenda da fortuna fabulosa, mais jamais comprovada, do Tesouro dos Templários.

Aumentando e solidificando ainda mais a estranheza com que eram vistos pela gente comum, um véu de segredo parecia cobrir tudo o que dissesse respeito a eles. De fato, os rituais de admissão e iniciação dos monges guerreiros recendiam a práticas esotéricas das sociedades secretas, fato perfeitamente compreensível numa instituição fundada em território inimigo, conforme ocorrido nos primeiros tempos da Ordem dos Pobres Soldados de Cristo (designação original dos Templários). Nada se sabia do que ocorria no seu intramuros pois o voto de silêncio era obrigatório entre os integrantes da Ordem.

Todavia, a continuação daqueles ritos misteriosos em meios aos reinos cristãos somente aumentou contra eles a desconfiança geral, o que tornou plausível junto à opinião da época as incríveis e improcedentes acusações que lhes foram feitas. Ainda que Dante, contemporâneo da tragédia que se abateu sobre os Templários, tenha suspeitado da veracidade delas, o engenhoso pensador maiorquino Raimundo Lullio, o "Doctor Inspiratus", creditou-as como verdadeiras.

O declínio do ímpeto cruzado

A perda definitiva de Jerusalém, em 1244, e a ocupação de São João d'Acra pelos muçulmanos, em 1291, com a conseqüente expulsão dos cristãos da Palestina, abateu o ânimo das empresas cruzadas, espírito este já profundamente abalado desde que a Quarta Cruzada, desviando-se totalmente dos seus objetivos, terminara por assaltar Constantinopla, a capital oriental da Cristandade, em 1204. Algo que começara como um forte e sincero apelo da fé, a retomada dos Lugares Santos, desandara numa operação de traição e pilhagem como a que ocorrera com a Maçã de Prata (apelido de Constantinopla). A própria reciclagem da função da Ordem, de trincheira de cavaleiros cruzados para banco de



empréstimos, foi significativa disso. A espada que fora colocada a serviço de Deus, por força das circunstâncias, agora protegia o patrimônio dos ricos.

Deste modo, a cabeça coroada de Filipe o belo, monarca sempre carente de recursos, deu em pensar qual a utilidade verdadeira do tesouro dos Templários? Se não se prestava mais para financiar as incursões e expedições dos cristãos em território muçulmano, para que ele servia? Além disso, aquela constelação de castelos, fortalezas e conventos nas mãos dos milicianos de Cristo formava um império fora do controle do soberano: era um estado dentro do estado.

O rei, despido de qualquer constrangimento moral, agiu como um hábil jogador de xadrez. Para conquistar a "torre" do Templo, primeiro derrubou o "bispo" que lhe dava sustentação. Sempre recorrendo ao prestativo Guilherme de Nogaret, Filipe simplesmente destituiu o papa Bonifácio VIII, acusando-o de heresia. Em seguida, tramou a indicação de um arcebispo francês, Bertrand de Goth, para assumir o trono de São Pedro como Celestino V, em junho de 1305. Ora, a imunidade da Ordem dos Templários derivava da especial proteção do Papado, a quem ela devia obediência. Colocando a mitra sobre um pontífice obediente aos seus desígnios, Filipe, o belo, não demorou em obter o consentimento na supressão dela por meio de um consistório privado.

artigo O juiz do terceiro milênio

Andréa Rezende Russo

A última Constituição do final do segundo milênio no Brasil conferiu um novo sentido à cidadania, atribuindo ao povo o papel de fiscal do poder político, pretendendo despertar as pessoas para o exercício da cidadania consciente.

A par disso, do Poder Judiciário se espera o desempenho da função fundamental de defesa dos direitos do homem e da cidadania, assumindo responsabilidade na preservação de valores humanos e éticos e no próprio resguardo da democracia.

Não obstante o ideal pretendido pelo constituinte, o juiz brasileiro vive e trabalha em um ambiente social contrastante, ambíguo, marcado pelo preconceito, pela diferenciação de classe e de poder, pela ausência de valores éticos, pela marginalização e exclusão de muitos. É um juiz que se depara com as profundas deficiências na prestação dos serviços públicos e que, em muitas oportunidades, é obrigado a agir como um administrador do Poder Executivo, já que provocado diante da inércia ou incompetência dos responsáveis. Um juiz que é cada vez mais requisitado em razão da incapacidade da sociedade de resolver os seus próprios conflitos. Sociedade esta que vive uma grande transformação de seus valores, com relações profissionais e pessoais cada vez mais complexas, com o predomínio do individualismo, da alta competitividade, do poder econômico e que convive com uma grande evolução tecnológica.

O exercício da magistratura exige, portanto, ao lado de uma boa formação jurídica, melhor intelectualização, ética humanista, vocação, enfim, uma formação do magistrado em uma dimensão mais ampla do conhecimento.

Nesse contexto, espera-se do juiz contemporâneo maior investimento cultural, deixando de pretender ser o intérprete e o aplicador da vontade do legislador com base apenas no conhecimento da dogmática jurídica.

Destarte, pensar no aprimoramento do juiz do terceiro milênio é pensar na interdisciplinaridade, cuja formação inclui, além do Direito, conhecimentos de Antropologia, Filosofia, Sociologia, História, Economia, Administração, Literatura. Com esses novos conhecimentos pretende-se uma formação mais abrangente do novo juiz, do qual se espera uma outra visão do mundo, tornando-o mais sensível, mais humano, predicados extremamente importantes para o fornecimento de uma solução jurisdicional mais eficaz frente aos novos tempos. É preciso um julgador movido por sensibilidade, compaixão, solidariedade humana. Um juiz que não lê além dos livros de direito, que não aprecia nenhum tipo de produção artística, com certeza não terá a sensibilidade e o conhecimento de vida necessários para um bom julgamento, adequando a lei ao contexto social.

Em razão disso, a Vice-Presidência Cultural da AJURIS, através do Departamento de Cultura, lança mais esta edição do **Caderno de Literatura**, pretendendo contribuir para a formação e o aperfeiçoamento daqueles que escolheram a nobre arte de julgar.

Um festival como antigamente

Luiz Paulo Vasconcellos

QUANDO foram construídos os anfiteatros de Dionisos e Epidauros, no centro da *orkéstra* foi erguido um altar numa referência simbólica às origens religiosas do drama. *Orkéstra*, para quem não lembra, era como os gregos chamavam o espaço circular no qual o coro da tragédia grega fazia suas evoluções coreográficas. A essa altura, no século IV a.C., o teatro na Grécia já era uma atividade autônoma, independente da manifestação religiosa da qual se originara. O altar, contudo, permanecia lá, memorial sugestivo presente para que todos soubessem que a nova arte, o teatro, tanto quanto a religião que o precedera, tinha por função *re-ligar* os homens, a religião “re-ligando” em torno do divino, do absoluto, o teatro, em torno do humano, do perecível. E para que todos, democraticamente, tivessem acesso a esse bem comum, a organização governamental instituiu os Festivais.

Tudo começou em março de 564 a.C., quando Pisístrato, o sábio tirano de Atenas, fez vir de Icária o ator Téspis e o encarregou de produzir uma grande festa teatral a que chamaram de Grandes Dionisíacas. O nome da festividade era uma homenagem a Dionisos, deus do vinho e da vegetação, da energia vital e da fecundação, representante do espírito selvagem da contra-dição, da sensibilidade e da crueldade, da força vital e da aniquilação, essas mesmas forças de onde nascem a paixão e o crime, matéria-prima de tudo que se movimenta no palco. Téspis, que não era bobo nem nada, tratou logo de aproveitar o patrocínio estatal. Apresentando-se como solista de um coro de sátiros com quem dialogava, ele foi o primeiro ator a personificar o herói celebrado, criando assim o núcleo do que mais tarde se transformaria na tragédia.

Passados 2.571 anos, a organização governamental ainda utiliza o teatro para religar cidadãos. Em Porto Alegre, a grande aventura da convivência humana acontece em setembro, na forma de um Festival de Teatro. Bem verdade que nos palcos atuais não resta mais vestígio de altares, nem Dionisos continua sendo um deus, mas a essência da cerimônia permanece a mesma, bem como alguns aspectos de sua organização administrativa e comercial.

Naquele tempo, pelo que se sabe, a organização artística e financeira do Festival ficava dividida entre o Estado, o *arconte* e o *corego*. O corego era um empresário que patrocinava a produção de espetáculos. Sua participação era compulsória e obedecia a um revezamento feito entre os poderosos da cidade. Tal função era tida como alta honraria, com direito ao uso de coroa de louros, memória perpetuada nos arquivos da cidade e premiação, o que representava o reembolso dos gastos feitos, uma espécie de dedução do IR da época. O arconte, o principal magistrado civil de Atenas, era o responsável pela programação do Festival, bem como pela escolha do corego. Ao Estado, finalmente, cabia a manutenção dos teatros, o pagamento dos cachês dos atores e dos prêmios, assim como o subsídio do ingresso dos espectadores menos afortunados, cuja presença, aliás, era obrigatória.

Hoje, possivelmente a realização de um Festival de Teatro seja um empreendimento mais complexo, mas também mais democrático. Por trás do *Porto Alegre em Cena* estão a Prefeitura, através da Secretaria da Cultura, e uma equipe de profissionais sob a regência de Luciano Alabarse. A esse núcleo administrativo jun-

tam-se os empresários patrocinadores, neste ano de 2007, a Petrobrás, a Braskem e a Caixa Econômica Federal.

A programação desta edição do Festival é liderada pela presença de Ariane Mnouchkine, a todo-poderosa diretora do Théâtre du Soleil. Ariane costuma afirmar ser um dinossauro à espera de um meteorito exterminante. Enquanto espera, alimenta com sua obstinada determinação uma das companhias mais instigantes do teatro contemporâneo, seja quanto à temática, seja quanto à forma do espetáculo. A temática ela extrai das grandes questões do nosso tempo: a exploração do trabalho (*A cozinha*), o risco das revoluções insepultas (*1789*), o perigo das radicalizações políticas (*1793*), as dificuldades de um intelectual engajado (*Méphisto*), a condição dos imigrantes ilegais (*Noites de Despertar*), a situação dos refugiados (*A última estalagem*). Quanto à forma, descobrindo como fizeram os que vieram antes dela, Artaud, Copeau, Brecht, Villar, Lecoq, pesquisando a arte secular dos orientais, manipulando o épico, propondo o mágico, postulando o encantamento, defendendo a utopia de que o teatro pode mudar o mundo.

O espetáculo trazido a Porto Alegre se intitula *Les Ephémères*, é dividido em duas partes, cada uma delas com mais de três horas de duração. Pode ser assistido numa única sentada ou separadamente, em dias alternados. Trinta e sete atores cujas idades variam entre sete e 77 anos. O tema é a vida cotidiana, a passagem do tempo, o que o tempo faz de nós e o que fazemos dele. Instantes aparentemente banais pelos quais todos nós passamos, às vezes superamos, outras vezes, não. Um espetáculo fraterno, humanista, generoso, define a autora no programa.

É claro que as coroas de louro estão fora de moda. Mas os *coregos* de hoje que apóiam uma empreitada como esta podem ter certeza de que ficarão perpetuados na memória dos que fazem teatro e dos que a ele assistem nesta mui leal e valerosa cidade. Quanto à organização pública responsável pela administração do evento, fica por enquanto o reconhecimento da classe de artistas e técnicos em espetáculos de teatro pela corajosa prova de que a política cultural pode ser uma coisa séria. O que não é pouco, hoje em dia.

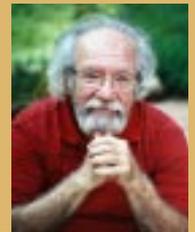


Foto fornecida pelo autor.

Luiz Paulo Vasconcellos é ator, diretor, pesquisador, poeta. Bacharel em Artes Cênicas pela UNI-Rio (1969) com Mestrado em Teatro pela State University of New York (1983). Professor do Departamento de Arte Dramática da UFRGS (1970-1995). Diretor do Instituto de Artes da mesma Universidade (1977-1981). Coordenador de Artes Cênicas da Secretaria da Cultura em duas ocasiões (1997-2000 e 2005-2008). Publicou pela L&PM o *Dicionário de Teatro* (1ª ed. 1987) e pela Editora Tabor, *Comendo pelas Beiradas* (poemas, 2006). Recebeu o Prêmio Orpo Santo da Câmara Municipal de Porto Alegre, o Prêmio Açorianos Especial e a Medalha Cidade de Porto Alegre, pelos relevantes serviços prestados ao teatro brasileiro. Atualmente, leciona História do Teatro no TEPA e Dramaturgia no Curso de Formação de Escriitores da UNISINOS. Assina a coluna de teatro da revista *Aplauso*.

Wilson Chagas e os abismos da alma

Carlos Jorge Appel

1. Wilson Chagas e sua época

Conheci Wilson Chagas aos poucos, entre as décadas de 1950/60. Lembro com nitidez, apesar dos anos transcorridos, do seu rosto jovem, dos vastos cabelos negros e do seu entusiasmo lançando seu primeiro livro, *Caminho do exílio*, em 1957, na coleção Cadernos do Rio Grande, do Instituto Estadual do Livro, então dirigido por dois escritores de talento, Santiago Naud e Manoel Sarmento Barata, seus amigos. Este seu primeiro livro havia sido premiado no concurso de ensaios, promovido, em 1956, pela Diretoria de Letras da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul.

Recém chegado de Paris onde, como bolsista do governo francês, realizara estudos na área da Filosofia, nos anos de 1950 a 1952, iniciou uma intensa participação cultural.

Sempre discreto em relação aos seus anseios, inclinações e potencialidades, mas comunicativo e participante, navegava com destreza entre o Direito, a Filosofia e a Literatura. Congressos, simpósios, seminários, cursos, comissões examinadoras de concursos contavam com a sua participação. As freqüentes solicitações eram, em geral, atendidas com prazer e eficiência, nesses seus anos de formação.

Participávamos, por vezes, dos mesmos simpósios ou mesas-redondas, mas falávamos pouco. Ele fazia parte da geração de 1945, marcada pelas questões políticas oriundas da Segunda Guerra Mundial, como a democratização do país, a liberação da sexualidade feminina, a Guerra do Vietname, a Revolução Cubana de Fidel Castro e Che Guevara. O lançamento do Sputnik russo, em 1957, e, mais tarde, a chegada do homem na lua com a Apollo-11, norte-americana, em 1967, foram os sinais mais salientes da presença do mundo eletrônico entre nós. Como observou o filósofo Gerd Bornheim na época, a tecnologia passara a ser algo intrínseco ao ser humano. A era eletrônica iniciava a mudança das plantas tecnológicas tradicionais e a realidade mostrava sinais inequívocos de mudança de costumes, com forte influência da televisão que, de modo acen-tuado, invadia nossas casas e nossos hábitos.

Em 1962, Leonel Brizola transformava a *Legalidade* num grande movimento político nacional, porta de entrada e sinal do golpe de Estado que iria ocorrer em 1964. Nesse meio tempo, no Teatro de Equipe, com Mário de Almeida à frente, intelectuais discutiam a "pasmaceira" cultural do Rio Grande do Sul. A história do Teatro de Equipe e seus personagens foi recuperada e analisada em detalhes em obra de Rafael Guimaraens, responsável, também, por

outro livro intitulado *Palco de resistência*¹, lançado há poucos dias, em que narra a saga da construção e da resistência cultural do Teatro de Arena, que ocorreu entre os anos de 1960 e 70, corporificada nos gestos e atos de Jairo Andrade, Marlise Saueressig e seus amigos. O Teatro de Arena, a partir da década de 80, se consolidou como centro de documentação e pesquisa da Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul.

Ao mesmo tempo, forte impregnação do existencialismo europeu se fazia presente em nossas mentes e corações. Respirava-se, na época, Jean-Paul Sartre, Albert Camus, Malraux, Simone de Beauvoir, Kirkegaard, Heidegger e Saint-Exupéry. Albert Camus veio ao Rio Grande do Sul e Wilson Chagas foi encontrá-lo em Canela. Também viriam Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, mas arraigados preconceitos, hoje superados, impediram que eles chegassem a Porto Alegre, sinal de conflito de idéias e de gerações.

Coexistindo com o existencialismo, chegava a Porto Alegre o teatro do absurdo. Samuel Beckett teve *Esperando Godot* encenado por Luiz Carlos Maciel, Paulo José, Pereio e outros, no Instituto de Artes da UFRGS. Lembro do impacto que essa peça produziu em todos nós. O futuro já parecia, então, uma peça de museu. Aníbal Damasceno Ferreira descobria, nessa mesma época, o teatro do absurdo do gaúcho Qorpo Santo, logo encenado por Antônio Carlos Senna e que Guilhermino Cesar viria a analisar e a divulgar com a publicação de suas principais obras². Também E. Ionesco, o romeno naturalizado francês, veio assistir, em companhia de sua mulher, à encenação de sua peça *Cantora careca*, no Curso de Arte Dramática da UFRGS. Encontrei-o, por acaso, observando e comentando, surpresa, as traduções de Verlaine, Mérimée, Proust e Balzac, na Livraria do Globo.

2. A geração de 45

O existencialismo marcaria, juntamente com as mudanças sociais, culturais e políticas que já apontavam no horizonte, e de modo significativo, as aspirações de uma geração inquieta e renovadora, entre os quais figuravam poetas, ficcionistas, historiadores, críticos literários e sociólogos. Despontavam os nomes de Guilhermino Cesar, recém chegado de Minas Gerais e que daria uma contribuição decisiva à cultura gaúcha, Wilson Chagas, Paulo Hecker Filho, José Paulo Bisol, Décio Freitas e Raymundo Faoro, entre tantos outros.

Wilson Chagas foi um dos fundadores do Grupo

Quixote, que iria mostrar a que veio com a publicação de *Poesia Quixote*, editado pela Livraria do Globo. Os poetas, que integram a antologia, seus propósitos e os rumos do grupo foram apresentados por Raymundo Faoro.³

Participaram da edição nomes hoje consagrados, como Heitor Saldanha, Vicente Moliterno, Sílvio Duncan, Pedro Geraldo Escosteguy, Walmor Marcelino, Manoel Walter, Fernando Castro e Luiz Carlos Maciel. No estudo introdutório, Raymundo Faoro observa: "A luta foi longa e arduamente travada. Combateu ele (o Grupo Quixote) em dois flancos: partindo do Movimento Modernista e desenvolvendo suas potencialidades criadoras. Aquele, posto que tivesse penetrado no Rio Grande do Sul, não alcançou derubar as muralhas acadêmicas, expressando sua concepção estética na plenitude dos movimentos renovadores. Foi necessário repetir a revolução, libertando, novamente, o ritmo das medidas estreitas da rima; outra vez quebrando os moldes e praxes da obra poética, em busca das fontes puras da criação. A poesia catalogada e aprisionada ce-deu lugar ao ritmo novo, filho de outra concepção e de outro sentimento artístico. Essa foi a primeira missão do grupo *Quixote*, forçado a completar a tardia demolição, há muito abandonada, e sobre cujas ruínas o edifício antigo teimava em manter-se. Não permaneceu, todavia, na simples revolução. Outra tarefa mais alta - e verdadeiramente a sua tarefa - reuniu-o em trabalho de maior envergadura, proclamando a manifestar sua própria visão do mundo e da vida."⁴ Nesse prefácio, Raymundo Faoro faria um retrato falado e circunstanciado das tendências estéticas e preocupações existenciais de uma geração.

Wilson Chagas expressaria, mais de uma vez, que comungava das mesmas idéias. Mas sua atividade, na área do Direito, o afastaria de Porto Alegre, e da convivência dos seus amigos, por um longo tempo.

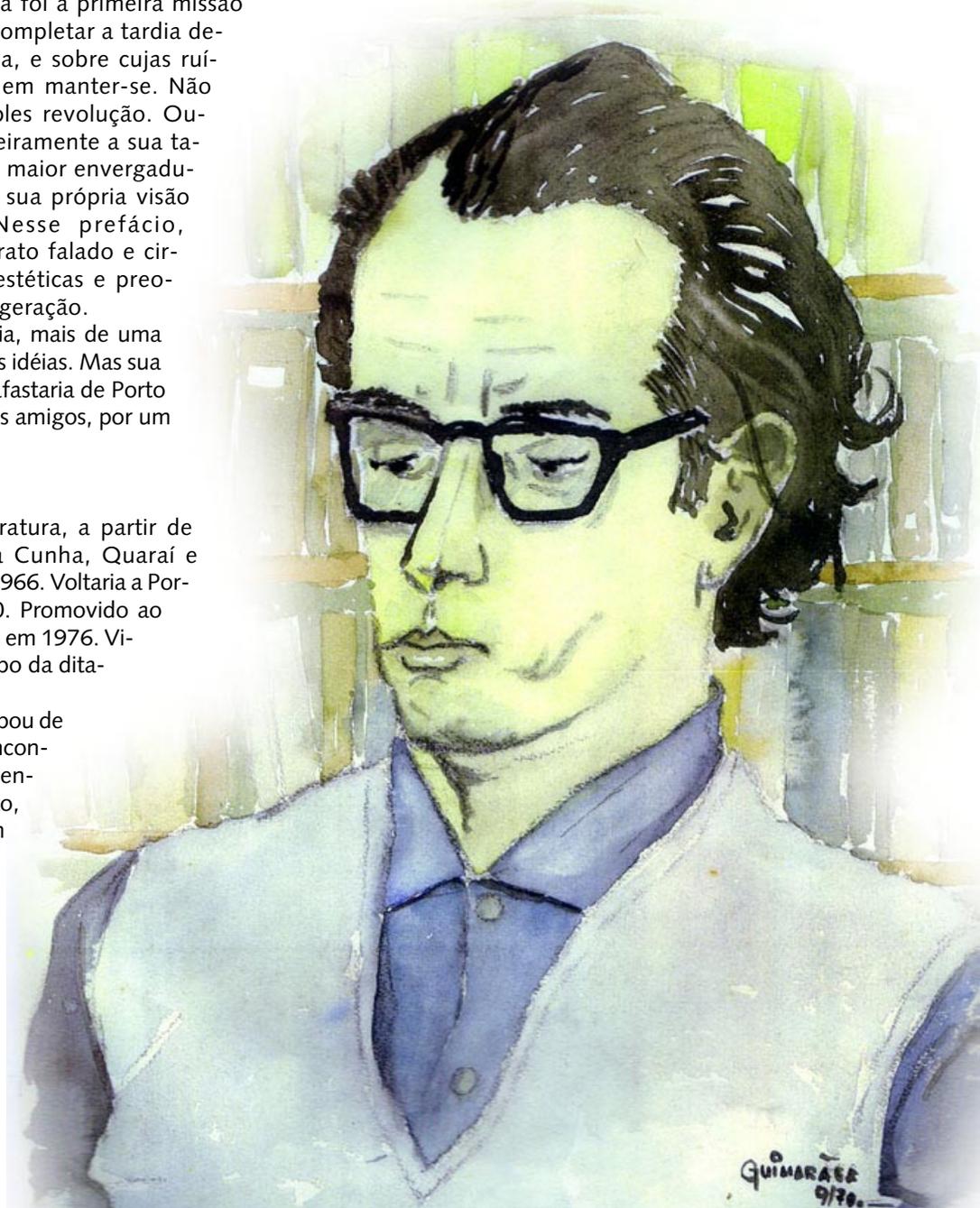
3. Caminhos cruzados

Os caminhos da magistratura, a partir de 1958, levaram-no a Flores da Cunha, Quaraí e Pelotas, onde permaneceria até 1966. Voltaria a Porto Alegre já na década de 1970. Promovido ao Tribunal de Alçada, se aposentou em 1976. Vivíamos, então, os anos de chumbo da ditadura instalada no Brasil pós 64.

Nesse meio tempo, participou de vários congressos, simpósios e encontros Brasil afora. Falava com desenvoltura sobre questões do Direito, da Filosofia e da Literatura. De um lado, palestrava sobre "A neces-

sidade da Filosofia", em seguida, sobre "O direito em construção" ou "Antonio Candido e o nacionalismo literário". Harmonizava com maestria essas três vertentes culturais. A opressão e a censura batiam à porta.

Também por essa época, de intensa atividade, Wilson Chagas manteve uma coluna no Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*, intitulada *Crônica de Porto Alegre*. Nesses artigos, analisava o movimento literário no Rio Grande do Sul, no que fazia um contraponto com os meus artigos, publicados no Suplemento Literário do *Correio do Povo*. Wilson Chagas colaborava, também, na revista *Província de São Pedro*, editada pela Globo, onde assinava, juntamente com Guilhermino Cesar e Moysés Vellinho, seu diretor, a seção "Livros & Livros". Paulo Hecker Filho, seu amigo de todas as horas, na apresentação de *O curso do mundo*⁵, observa: "Estou gostando que saia este livro de Wilson Chagas. Primeiro, porque meu amigo de priscas eras, desde que entrei na Faculdade de Direito. Ele já ia para o segundo ano, mas ficamos amigos



Retrato de Wilson Chagas realizado pelo grande artista plástico Nathaniel Guimarães, que foi Desembargador no Rio Grande do Sul.

diários. A literatura, a literatura: descobríamos um mundo. Em seguida, ele escrevia para imprensa e ia bater os artigos lá em casa. Discutíamos quase cada parágrafo. (...) O Wilson vai por ele, fiel ao que lê, da forma em que lê. Pode-se acreditar no que diz, ele anda atrás da sua verdade. E a expõe com uma clareza que chega a ser didática, vantagem importante para quem lê crítica literária, geralmente promessa de escritor."

Em 1962, já como professor de Literatura Brasileira na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, participei com Guilhermino Cesar, de quem era assistente, na organização de um simpósio de literatura brasileira feito em convênio com a Universidade de Wisconsin (EUA). Compareceram, entre outros, o crítico literário Wilson Martins, Alberto da Rosa, português radicado nos Estados Unidos, autor de um controverso livro em que comparava Machado de Assis e Eça de Queirós, Erico Verissimo, o próprio Guilhermino Cesar, Henri Benac, A. Ricci, João Francisco Ferreira, Paulo Hecker Filho e Wilson Chagas, entre outros. Desta vez, durante os intervalos das palestras, tivemos tempo de conversar e acertar nossas discrepâncias sobre autores, idéias, diversidade cultural e conflito de gerações. Foi nesse encontro que Wilson Chagas conheceu, pessoalmente, o crítico Wilson Martins, uma admiração que cultivou vida afora, conforme registra em sua última obra, *Notebook*. Em vários momentos, exalta-o como um dos mais extraordinários críticos literários do país.

Também aconteceu a rara oportunidade de não só ouvir um depoimento de Erico Verissimo, como de conversar com o então já consagrado escritor gaúcho, que iniciara a publicação de sua obra-prima, *O tempo e o vento*, em 1949. Erico Verissimo falou sobre sua experiência como diretor do Departamento de Assuntos Culturais da União Pan-Americana, em Washington, do seu papel como escritor brasileiro, da sua obra, e do seu conhecimento da literatura norte-americana. Vários escritores norte-americanos seriam publicados, em consequência, pela Globo, onde Erico Verissimo trabalhava.

Da sua estima pessoal por Erico Verissimo e do entendimento de que sua obra é uma das mais importantes da literatura brasileira e universal, surgiria *Mundo velho sem porteira*⁶, uma análise abrangente de toda a obra do autor, que Wilson Chagas publicaria por ocasião do 50º aniversário da publicação de *O continente*.

Em relação a sua atividade profissional, Wilson Chagas faz uma espécie de ajuste de contas, em *Notebook*⁷, seu último livro: "Pensando, com melancolia, nas profissões que segui na vida: juiz e professor. Sem vocação para nenhuma delas. Mas afinal, faz 20 anos que estou aposentado. Não posso me queixar - senão para mim mesmo".

Apesar das auto-restrições que faz no fim da vida, Wilson Chagas consagrou a imagem de juiz de respeito e, sobretudo, notável pelo seu trabalho na cena judiciária. A que se acrescentaria o pensador e o ensaísta, de que são testemunho as dez obras que escreveu, de 1957 a 2002.

4. O escritor e sua obra

Wilson Chagas tinha, por sua formação, em que harmonizava Direito, Filosofia e Literatura, um modo calmo, feito de parcimônia e discrição, de ver as pessoas e

sua circunstância. Num Estado tão marcado pelas lutas partidárias e pelo acirramento político, por um acentuado irredentismo, ele preferia ver de maneira humorada e com certa distância as lutas provincianas, os seus preconceitos e avatares. Tinha consciência de que o pensamento crítico brasileiro carecia de rigor teórico na formulação e contextualização de seus pressupostos. E que a assimilação mimética de teorias - no Direito, na Filosofia ou na Literatura - revelava uma defasagem crítica em relação à cultura dos países hegemônicos. Isso ele pôde constatar durante sua estada em Paris.

Caminho do exílio, seu primeiro livro, é fruto de sua presença na Europa, onde conheceu Monique, com quem se casaria mais tarde e que foi o fato marcante em sua vida e sua trajetória como juiz e escritor, conforme observação sua durante uma de nossas tantas conversas, já mais para o fim de sua vida.

Extraordinário leitor, com sólida formação humanística, versado nos clássicos greco-latinos, soube deslindar e analisar com clareza as questões nucleares pós II Guerra Mundial (1939 - 45) que envolviam os intelectuais de todo o mundo, na Europa e no Brasil. Sua presença num país que ainda se recuperava dos traumas da guerra, mas com uma cultura pujante e cujas propostas e idéias eram debatidas por intelectuais de todo o mundo, deixou marcas nesse seu primeiro livro. O existencialismo europeu daria o tom a sua tentativa inicial de entender o que acontecia no mundo e em países periféricos como o Brasil. Wilson Chagas começa a desconfiar que o mundo está um pouco além de *O ser e o nada* de Sartre, onde a questão central é o indivíduo. Mais tarde, com *A crítica da razão dialética*, Sartre vai centrar sua preocupação na questão da liberdade, quando só uma abordagem histórica é capaz de explicar o homem. Wilson Chagas afirmaria, mais de uma vez, ao longo de sua obra, que a nossa existência só adquire pleno sentido na sua relação com o outro.

Se traçarmos uma linha imaginária dos seus principais livros voltados às questões filosóficas, de *Caminho do exílio* (1957), passando por *Diário de um aprendiz de filósofo* (Globo, 1961), *Mundo e contramundo* (UFRGS, 1972), e *O curso do mundo* (IEL/RS, 1997), observaremos que, durante esses quarenta anos de análises filosóficas, o caminho de Wilson Chagas vai, cada vez mais, insistir na criação de uma perspectiva ontológica do ser humano, em que pese a presença do marxismo. Nesses dois últimos livros citados, se revela um crítico consciente da necessidade de incorporar a produção artística dentro de um movimento universal. Isso implica, simultaneamente, para ele, a conscientização da nossa dívida para com as culturas dominantes e a superação antropofágica do seu legado cultural.

Já em *A inteira voz* (PUC, 1971), ao lado de *Mundo velho sem porteira* (Movimento, 1985), *A fortuna crítica de Machado de Assis* (Movimento, 1994), finalizando com *Notebook* (Movimento, 2002), temos o leitor Wilson Chagas avaliando as obras dos principais ficcionistas, com destaque para os europeus dos séculos XIX e XX, poetas e críticos literários, em especial O. M. Carpeaux, Wilson Martins, Augusto Meyer, Antonio Candido, José Guilherme Merquior, além dos gaúchos Flávio Loureiro Chaves e José H. Dacanal.

Para entendermos o pensador W. Chagas, convém

acompanhar o que ele propõe em *O curso do mundo*: "Tendo lido o livro de Ernest Jones sobre Freud, eu me dou conta, mais uma vez, quão refratário sou ao espírito de sistema, ou melhor, à adoção de determinadas teorias, que aceito sempre como fonte de enriquecimento da minha visão, jamais como chave explicativa de todos os problemas. Vejo nisso um poder de elasticidade do meu espírito, aliado à crença do poder transfigurador da imaginação - numa palavra, no poder criador do homem como agente da cultura. E é isso, concluo, que me habilita a procurar a visão de mundo do autor presente em cada livro que leio, com intenção crítico-interpretativa".

Para ele, as mais importantes contradições sociais, políticas, morais e psicológicas de uma época se articulam em uma unidade viva.

Como quem se apalpa e descobre, a cada momento, as surpresas do próprio corpo, o autor desconfia de quaisquer esquemas interpretativos prévios. Rompe, a cada instante, com o pensamento formalista; prefere captar o objeto na sua complexidade de existência. Em *Notebook*, adverte: "Pela minha ótica, que não é a do crítico literário propriamente dito, não se trata de explicar uma obra, de analisá-la em seus diversos elementos, e sim de tirar algumas reflexões paralelas. Como que passando a pensar por conta própria".

É com esse espírito que ele faz a leitura da obra de Erico Verissimo. Por ocasião do lançamento do livro, escreveu: "*Mundo velho sem porteira* é o título que Wilson Chagas deu a este livro. Como ele assinala, o próprio Erico lembra, em suas memórias, que conhecia essa expressão desde menino, e que todos pareciam usá-la para descrever um mundo que se lhes afigurava não só incomensurável como também misterioso, absurdo, sem pé nem cabeça..."

Tendo como fio condutor esse tema-título, empreende o ensaísta uma recriação crítica da trajetória literária de Erico Verissimo, desde o ciclo de *Clarissa* até o último romance que publicou, *Incidente em Antares*, passando pelos livros de viagens e as memórias de *Solo de clarineta*. E o leitor tem a oportunidade de percorrer com ele os caminhos da ficção e realidade de uma dos maiores representantes do romance de 30 no Brasil.

E concluí deste modo: "O texto de W. Chagas se distingue pela clareza e nitidez dos conceitos. Estamos diante de um livro que não foi escrito para iniciados, mas para os leitores em geral - em particular para o leitor de Erico Verissimo."

A fortuna crítica de Machado de Assis (1994) revela um leitor compulsivo da obra machadiana, assim como dos críticos e biógrafos de Machado de Assis. Wilson Chagas selecionou vários títulos para construir um mosaico diferenciado e significativo da obra crítica sobre Machado de Assis. De Augusto Meyer a John Gledson, passando por Moysés Vellinho, Agrippino Grieco, Raymundo Faoro, Lúcia Miguel-Pereira, Alfredo Jacques, Alfredo Bosi, Luís Vianna Filho, Raimundo Magalhães Júnior, Barreto Filho, Eugênio Gomes, Mário Matos, Miécio Tati, Sílvio Romero, José Veríssimo, Jean-Michel Massa, Astrogildo Pereira, Brito Broca, Graça Aranha, Joaquim Nabuco, Dirce Cortes Riedel, Afrânio Coutinho, Ivan Teixeira, Sônia Brayner, entre outros, o autor procurou colocar em perspectiva as análises

que várias gerações realizaram sobre o conto, o romance, a poesia, o teatro e o ensaio de Machado de Assis. Por esse trabalho de W. Chagas podemos nos certificar do crescimento da obra machadiana, sinal de sua permanência e perenidade.

Notebook é um livro de ensaios, em que Wilson Chagas relê seus clássicos preferidos, os franceses, ingleses, alemães, russos, italianos, portugueses, espanhóis, norte-americanos e brasileiros. Mas faz isso à sua maneira, como refere na página 160: "Ora, se não é compondo artigos que eu me revelo, e sim em notas avulsas sobre as leituras que faço, isso mostra que estou fora da crítica e história literária, quero dizer, os meus parâmetros de apreciação são outros, libertos de qualquer metodologia. Posso, por isso, me movimentar com inteira liberdade nesse domínio, por mim mesmo criado, em que por assim dizer sou eu que dito as minhas próprias leis. E é isso, afinal, o que caracteriza o gênero ensaio. Dele me afasto nos livros que publiquei, anteriormente a *O curso do mundo*."

Wilson Chagas alerta que a profissão do crítico deve ser a luta constante contra a dependência interna e externa: não é uma "profissão de rosas", como já sentenciava Machado de Assis.

Notebook identifica suas melhores qualidades: moderação, urbanidade nas suas observações e conclusões, mas exigência em relação aos níveis de interpretação e coerência quanto às idéias.

E, como se estivesse falando consigo mesmo, confessa: "a cada dia, a cada momento, em face de situações que se apresentam, reformulamos nosso planos, ou os completamos. É como se a vida, no dia-a-dia, estivesse sempre a nos dar lições. Seremos coerentes conosco mesmo se as seguirmos, sendo fiéis à lição da experiência. Os outros estão sempre a nos orientar no caminho da vida. Por isso precisamos estar de ouvidos atentos. Teremos sempre o que aprender."

Wilson Chagas, através da imaginação e da recriação da palavra, conseguiu ultrapassar os limites do saber, em busca da transcendência, dos abismos da alma.

¹ *Palco de resistência* - Rafael Guimaraens. Porto Alegre, Libretos, 168 páginas.

² *Corpo Santo - As relações naturais e outras comédias*. Co-edição UFRGS/IEL/Movimento, Porto Alegre, 1975.

³ Como a edição de *Poesia Quixote* não traz a data da impressão, importa verificar que o prefácio de Raymundo Faoro é de fevereiro de 1956.

⁴ *Poesia Quixote*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1956, p. 9.

⁵ *O curso do mundo* - Instituto Estadual do Livro, RS, Porto Alegre, 1977.

⁶ *Mundo velho sem porteira*. Movimento, Porto Alegre, 1985, 168 p. Segunda edição em 1999.

⁷ *Notebook*. Movimento, Porto Alegre, 2002, p. 167.

Álamo Oliveira

OS Açores deram ao mundo, no campo da literatura, o prodigioso Antero de Quental. Porém há mais por saber. Os sismos que conformaram aquelas nove porções de terra no meio do Atlântico, por certo, impulsionaram milhares de açorianos para as Américas, permitindo que Porto Alegre, então Porto dos Casais, iniciasse sua história com a presença marcante desses ilhéus, e que em outras terras brasileiras fossem lançadas sementes que nos deram um Machado de Assis ou uma Cecília Meireles, filho e neta de açorianos. Contudo não impediram que uma pátria açoriana se consolidasse, especialmente a partir de sua cultura, e que outros filhos dessas rochas negras e sulcadas, mas coloridas pelas hortênsias e enredadas pelo profundo azul do mar, lá permanecessem para honrar, também através da escrita, a história dessa gente.

Refiro-me a ÁLAMO OLIVEIRA, cujo percurso nas letras está para completar 40 anos e soma, ao menos, 14 livros de poesia, 10 peças teatrais, 4 romances, 2 livros de contos e outros tantos ensaios. Nasceu em 1945 na Freguesia do Raminho da Ilha Terceira. Com seu talento, poderia ganhar o mundo, mas escolheu ser, deliberadamente, açoriano. Recebeu sua forma-

ção acadêmica no Seminário de Angra do Heroísmo e também ali deu seus primeiros passos na dramaturgia. Vivenciou, como soldado, a guerra colonial portuguesa na Guiné-Bissau e desta experiência sublimou contos, poemas e um de seus romances, o premiado "Até hoje (Memórias de Cão)".

O domínio da técnica e a preocupação estética, na sua obra, se aliam à opção política de se postar contra todas as injustiças sociais, como se vê em inúmeros poemas e de modo especial no romance "Burra Preta com uma lágrima". Nessa jornada, tem sido colaborador e participe constante de inúmeras iniciativas de índole cultural dentro e fora dos Açores, contribuindo para a preservação e a difusão dessa cultura. Assim, creio que o nome literário adotado, sem que o soubesse, acabou por definir a natureza de seu destino. Como as árvores, sua obra e seu talento nos oferecem muito. Por isso, honramos com um texto especialmente escrito para este **Caderno de Literatura** e poesias por mim escolhidas.

Beatriz de Lima Pereira

Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - São Paulo

Angra do Heroísmo - Ilha Terceira - Açores.

Foto: Eduardo Tavares.



Açores e Brasil: os afectos da arte*

Álamo Oliveira

Açores e Brasil, em diálogos culturais e literários, fazem-me lembrar que sempre declarei o Brasil como pátria, - não como outra pátria, mas pátria de facto. Desde a infância que o Brasil não é apenas um sotaque em português, mas, sim, a casa de familiares, de amigos e vizinhos. A aventura da emigração dos meus irmãos começou pelo Brasil; os seus filhos são brasileiros por nascimento e afecto. Daí que venha a perseguir este país como forma de afirmar a minha própria identidade, aprendendo-o e apreendendo-o através dos seus poetas, dos seus romancistas, dos seus artistas de todas as áreas e até das suas telenovelas. Ao contrário do que aconteceu com a minha primeira visita aos Estados Unidos da América - onde as decepções se foram acumulando num desatino e só desaccumularam com o decorrer dos anos -, a primeira vez que vim ao Brasil foi um entrar em casa pela porta da intimidade. Depressa dei por mim a degustar esse falar líquido de tonalidades exóticas, essa miscigenação de corpos e almas, de que deriva essa forma saudável de estar vivo porque se investiu muita esperança no futuro. Com os anos, o Brasil nunca me esteve ao lado. Esteve comigo. E esteve comigo não só por causa do Manuel Bandeira, do João Cabral de Melo Neto, do Carlos Drummond, do Jorge Amado e do Machado de Assis; ou, mais recentemente, por causa do Assis Brasil, da Ana Miranda, do Moacyr Scliar, do Almir Caldeira e tantos outros; ou por causa do Vinicius, da Bethânia, do Chico Buarque, da Elis Regina, do Ney Matogrosso, mas porque, desde criança, tive, como indesejáveis, os diálogos férteis entre os dois lados do Atlântico, que me foram sujeitando a escrita a influências temáticas e técnicas. Quantas vezes li *Jubiabá* e *Morte e Vida Severina*?

Não conheço muito o que os criativos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina têm produzido nas áreas da ficção narrativa e da poesia da actualidade. Conheço, razoavelmente, a obra incontornável de Assis Brasil e de alguns poetas catarinenses. Prometo que, no futuro, estarei mais atento a livros de outros nomes. Na verdade, os nossos diálogos podem ser maiores, mesmo que pareçam vestidos de silêncio. A partilha da nossa história comum tem acontecido de forma continuada e serena. Temos uma base sólida nesses abraços de união. Erico Verissimo e Vitorino Nemésio deixaram-nos um vasto lastro de afectos. Há que saber rumar sobre o chão da açorianidade migrante, pois a brasilidade assumiu-a sem reservas. Por isso, a partilha é natural. Resta respeitar a liberdade criativa do escritor.

De qualquer forma, devo declarar que escrever a ilha é a melhor forma de a amar (O mesmo dirá um criativo continental sobre o seu próprio chão). O escritor ama a ilha sem se ater nas razões da Razão. Este amor não paraleliza com os denominados amores pátrios. E é este entendimento de amor pela terra onde nasceu, ou de que descende, que o predispõe a desenvolver o seu poder criativo, para



Ilha Terceira - Açores.

Foto da autora.

cumprir uma escrita emocionada pela teluricidade da ilha e, sobretudo, por aquilo que ele possui de mais íntimo: o imaginário fantástico de um povo que tem, pelo mar, um fascínio de caminho a percorrer e onde lhe é permitido ousar a palavra Liberdade. Na ilha, até a solidão se curva perante um cantar de melro. A alma como que se desbarreta perante a ara sagrada que a ilha é. A dispersão dos açorianos reforça a corrente dos afectos.

Os escritores, ao assumirem a sua açorianidade, abrem desafios para a redescoberta das ilhas, através de viagens no mar das intuições, rumadas, com atenção e persistência, na pesquisa do real e do poético, desfibrando cada ângulo e cada imagem de dentro. O saber olhar os Açores obedece a fruições que captam e fixam o mítico e o prosaico, o inefável e o violento, o poético e o supérfluo, o pitoresco e o folclórico, o fantástico e o comezinho. Os Açores não são a reserva do paraíso, mas também não são o sepulcro da inocência. Por isso, são ilhas que, não enjeitando diálogos, devolvem a capacidade de sonhar com os espaços da utopia, subvertendo os nevoeiros do fantástico e desvendando os segredos dos homens que as manhãs declinam no horizonte.

Raminho, 2007.

* Foi mantida a grafia dos Açores.



Foto: Jornal Diário Insular
site: januagostodochocobates.com

poemas de Álamo de Oliveira

rimance da baleia

estava dona baleia
a regar o seu jardim
com seu repuxo de prata
e sorriso de alfenim
quando o foguete estalou
lá do alto da vigia
anunciando a caça...
(que susto santa maria!)
dona baleia – coitada! –
logo parou de aguardar
as algas que floriam
bem à tona do mar.
é então que a tristeza
o medo e a aflição
saltam do cais dos olhos
aos ombros do coração.
um grito aberto se ouviu
em eco de mar perfeito:
- baleia à vista! Baleia!
pão-nosso de qualquer jeito!
e lá vai dona baleia
fugindo pra não morrer.
- deus a salve do arpão!
deus a queira proteger!

ai pobre dona baleia
como te custa viver!

mar manso todo rasgado
baba de espuma à quilha.
dona baleia procura
escapar da armadilha
que é o arpão voador
anjo de ferro esguio.
- foge foge meu amor
até às águas do frio!
só aí te sei segura
a regar o teu jardim
com o teu repuxo de prata
e sorriso de alfenim.
mas a canoa da morte
corre depressa demais.
daqui lhe aceno a vida
feito pedrinha do cais.
e grito seu nome d'água
(seu matador quem será?).
- procura quantos te amam:
jonas deus iemanjá!
de nada lhe serve o grito.
nada mais posso fazer.
o arpão lá vai direto
no seu peito embater.

ai pobre dona baleia
como te custa viver!

morreu dona baleia
arpada de ódio velho.
todo o silêncio do mar
ficou tinto de vermelho.
gritam as garças ao vento.
os peixes choram também.
envolta em lençol de sangue
dona baleia lá vem
arrastada até o cais.
seu corpo esquartejado
nas caldeiras derretido
dá o pão amargurado.
e alguém há-de gravar
nos seus dentes de marfim
o barco que a perseguiu
o arpão que lhe deu fim.
no céu as aves e as nuvens
correm do sul para o norte.
sobre o mar e sobre a ilha
paura o silêncio da morte.
e há um poeta branco
à minha porta a bater.
não vou abri-la não vou!
já sei o que vem dizer...

ai pobre dona baleia
como te custa viver!

à costa como um poema
a desfazer-se na areia
vieram cinco marés
chorar a dona baleia.
duas choravam espuma
- branca nuvem de verão.
traziam como homenagem
um búzio em cada mão.
as outras duas chegaram
fracas de tanto chorar.
tanto sal nas suas lágrimas!
tanto sal e tanto mar!
a quinta maré não chora.
traz apenas no regaço
um grande ramo de algas
amarrado com um laço.
deixa-o deposto na costa...
de seguida reza e canta.
são cantigas de saudade
versos presos na garganta.
desfeitas são as marés.
eram cinco sois a arder
cinco talhadas da lua
que deus lhe quis oferecer.

sede regressada

vou voltar à terra:
saber dos milhos deste sossego de sono
sujar as unhas no chão de nós.

vou voltar à terra:
saber da voz plantada pelas faias dentro
do sino da igreja
saber quem toca viola vestido de anjo
durante a missa.
olhar para o meu povo e vê-lo triste
e em cada calo seu encontrar o teu silêncio
e em cada arado seu lavrar a tua ausência.

vou voltar à terra:
saber de ti
a casa lá embaixo como um búzio
na canada das hortênsias
que também dá girassóis – tão miúdos
por ti que de amarelo magoam.

e na terra voltando à tua casa
com a porta ornamentada pelo canário
que dizem ver-te da gaiola
eu entro como bravo
e choro como manso
aquele teu lugar sempre sempre vazio
e deixo o tic-tac do relógio bater-me
a tua voz
para tua mãe bordar
tua irmã tecer renda
e teu pai – sem regresso – ouvir
os teus dedos incendiados no bandolim
que a casete (para nos doer) toca ao infinito.

sei lá de mim!...
nos teus quintais há trevo branco
depois haverá batatas mais silêncio
o medo e a saudade fechada numa carta.

Não há ramo nem raminho
porque tu não estás...
volto a ver o teu lugar vazio:
teu pai e tua mãe não dizem nada
e vejo dos seus olhos aquele fio de água,
que agüento em minhas mãos e é cristal.

Por isso vou voltar à terra...
de ti já tenho sede...

MANUEL, seis vezes pensei em ti

Manuel,
quando pensei em ti, pela primeira vez,
usavas um bibe de sorrisos
atado com dois laços incertos,
quase sempre rotos e sujos
porque a tua mãe não ganhava para sabão.

Quando pensei em ti, pela segunda vez,
vi-te correr, suspenso a uma borboleta,
como um anjo de altar barroco.
ainda nu de preconceitos,
com calções de idéias curtas,
sem dúvidas nem venenos.

Eras a vontade dos pássaros
na tua liberdade que desconhecias.

Quando pensei em ti, pela terceira vez,
já tinhas mastigado a terra dos milhos
sugado, com a ponta da inteligência,
o teu suor e o suor dos outros,
num cálice talhado de rocha negra.
Banhavas o cérebro e os desejos
num avião da pan-américa.
Começavas a sentir a ilha no pescoço,
como uma coleira de cão.

Quando pensei em ti, pela quarta vez,
eras o contrário do movimento.
Um sexo enorme devorava-te, Manuel;
e a tua adolescência, ultrapassada,
estava resumida nas tuas calças de ganga
e numa camisa despovoada
que ratinhos inconformistas ruminavam
até te espetares na margarida
_ uma flor que nem sequer tem espinhos.
Os teus pés descalços eram o retrato do teu povo.

Quando pensei em ti, pela quinta vez,
ias com a margarida dos prazeres
num passo solene de moldes rudes;
e o padre deu-te duas ou três palavras
que pagaste com uma só.
Então, percebi-te nos olhos a certeza da força
e não me foi fácil ver
que a américa da tua adolescência
estava longe...
Tão longe..., que os teus sonhos, esticados,
já não lhe chegavam.
Levavas, nos dedos,
o cordão umbilical do teu casamento.
A ilha era a tua cama (e a dos outros)
e tu tinhas a certeza de que eras incapaz
de desflorar a margarida
na tua ilha de parasitas e insectos;
na tua ilha sebenta e recheada de pobres
_ de pelo e de espírito –
como tu e como eu e como...
como o nosso deus feito ilhéu.

Quando pensei em ti, pela última vez,
tinhas três filhos gerados nos teus olhos
e um cacho de esperanças murchas
pendurado no alpendre da tua fantasia.

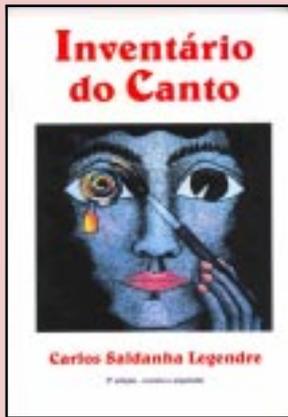
Manuel,
o melhor é nem pensar
nos rebuçados que não comeste na infância.

Pensar na ilha é perder
a força de a cantar.
Manuel está sempre a nascer,
mas, anda sempre a ficar
num canto do seu cerrado,
em pleno sol da manhã,
vivendo preso ao arado,
buscando um pouco de pão.
Manuel tem uma história
de soluçar e mascar
e arquiva na memória
a sua esperança no mar...,
e guinda mesmo às estrelas
um pouco do seu sorrir.
Nas suas veias vermelhas,
há sempre um sonho a ruir...
E muita coisa lhe querem
e sempre nada lhe dão.
Mais vale não ter primavera,
mas ter arma na mão
de explodir e gritar
a sua eterna aflição,
pois não se deve emigrar,
mas, ter direito a mais pão;
que a vida não é um jogo
onde se aposta na morte...
Há sempre um cântico novo
que torna a ilha mais forte.
Ninguém nasceu só p'ra ver
o seu parceiro trepar:
todos nascem p'ra viver,
mas todos devem lutar...
que a ilha é linda e grande
e todos podem caber;
se nela existe quem mande
também vai obedecer.
A ilha é barco e é fogo,
é carne, é pão e é mel!
Açores! Açores! meu amor!
Meu amigo! meu povo!
Manuel!

Dezembro de 1976
Angra do Heroísmo

Carlos Saldanha Legendre e seu canto inventariante

Alberto Crusius



O tempo é a medida das coisas? Responder a si mesmo é o teste supremo. Então, vamos lá: é evidente que há para cada tempo o seu devido possível.

Por exemplo, ainda não li o novo livro de poemas de Jorge Adelar Finatto*, e também não li seu primeiro livro, por esgotado. Só os poemas publicados no prestigiado **Caderno de Literatura** da Associação de Juizes do Rio Grande do Sul, excelentes, e posso, portanto, me questionar

sobre qual o meu livro favorito de poesia sem bater de frente com um candidato que certamente empataria com qualquer outro, e que de momento não é elegível porque não estou, como vêm, com a leitura de seus livros de poemas completa.

"Livro favorito" é uma expressão exata, porque fora dela tudo é bruma: "O melhor", nestes tempos de *pan* e imagens de atletismo contínuo, é algo tentador, mas rejeitável por definição. Num dia se ouve o locutor de uma rede nacional de televisão dizendo ser o esporte um modelo de comportamento para a sociedade, e, no dia seguinte, vemos dois jovens vultos de quimono e capacetes protetores trocando pontapés até que um dos dois cai, em contorções, atingido pelo pé do outro por baixo da proteção do tórax. Ora, até empresas já substituíram competição por motivação, mas eu ia apontar meu livro favorito de poesia. A cisma é algo que não se pode interromper, e cismamos também sobre o que nos propomos como interdito: Como assim, o melhor? Nunca aceitaríamos participar de um conclave poético em tal sentido, muito menos como árbitro, mas... na impossibilidade do julgar sempre com certeza, é forçoso admitir certo comportamento arbitrante, é o que esperam todos de todos, nos afetos, nas profissões, nos desafetos, nos afagos, nos desafagos.

Critérios existem: não elegerás como melhor algum de que participaste na confecção com opiniões, nem algum que seja de autor sobre o qual, de alguma forma, opinaste na hora longa e difícil da confecção, nem de parentes, nem de geração seguinte à tua, da qual não estás obrigado a vislumbrar futuros possíveis. Nem de poeta que sabes trabalhando em obra que terá ressonância indiscutível e sobrepunará seus livros atuais... Bem, já está um pouco diminuído teu quadro de escolhas.

Mas em termos de escolha pessoal, o favoritismo,

mesmo estético, é matéria personalíssima, inclusive quando amplamente amparada em estética rigorosa. Como em tudo que é pessoal, há sempre o episódio, não?

Sim, há o episódio, a coisa do tipo enredo, estória, os fatos ou algum fato, da vida, do quotidiano (não use jamais a expressão vida quotidiana: não existe vida que não se dê no quotidiano), e o eco interno, paradoxalmente, o único eco realmente objetivo em se tratando de construção da cultura poética. E se o episódio foi significativo para ti, por que guardá-lo exclusivamente como lembrança tua? Sendo humano, é de supor que tua descoberta pessoal possa ser comum a todos na tua condição. O resto é, afinal, complementar. Pronto. Venceste, com o raciocínio, a trava do viver subjetivo.

O episódio não podia ter, como ambiente, nada mais trivial, mas muito agradável. Um coquetel de mais um lançamento de algum número do **Caderno de Literatura**, no qual tiveste o prazer de ver algum texto teu publicado e de reencontrar a figura serena do poeta Carlos Saldanha Legendre, e o comentar, da tua parte, que alguns versos seus estão certamente entre os teus favoritos, entre os que nunca esqueceste, e provar isto recitando, para o próprio autor, numa hibernal noite sulina, com nostalgia evidente de calor e verão: *Em mil milhas do mar o azul verte em bilhas. (...)*

A admiração, afinal, decorre, freqüentemente, do obtido por outro em seara em que nossa tentativa nunca foi, por vezes, sequer esboçada. Legendre, atento e satisfeito, para meu espanto, corrige as estrofes. Eu as recitava para mim mesmo desde 1971, eu as procurava desde muito longe na minha infância em praias, quando ainda não existiam, olhando, de Arroio do Sal a Xangri-Lá, aquelas mil, milhares, milhas de espumas em franjas, tão arrumadas em pequenos leques brancos que nunca eu conseguia cometer poema mimetizando-as em mesma concisão do espaço visual a cada uma adstrito e na relação deste espaço com o seu maior, o mar. Eu não posso ter-me equivocado, aquele é um dos meus momentos de leitura e enlevo favorito de poesia. Mas ele, o autor, corrige com aquela sua serenidade sábia e mansa desde a voz:

Em mil milhas do mar no azul vertem bilhas. (...)

Aquilo parece impossível. Estávamos em pleno ano 2000, os algarismos do sonho de um milênio, passei os últimos vinte e nove anos recitando aquelas palavras, retornando a elas quando as esqueço, reencontrando nelas toda a pureza satisfatória da leitura original, eu não as esque-

* *Memorial da vida breve*. Editora Nova Prova, 2007.

ceria. Constrangido, apelo para a franqueza absoluta, “olha, não quero te iludir, eu ainda ontem reli os versos, palavra por palavra, pausa por pausa”. O poeta sorri, pede licença, vai até seu carro, no estacionamento, e volta portando exemplar com o brilho do que é novo, de uma reedição de seu *Inventário do Canto* que me autografa, uma edição maior e ainda mais bela do que a original, de 1971.

A leitura desta versão foi fascinante. Desapareceram poemas, compareceram novos, foram reescritos outros, foi acrescido um nome nas dedicatórias, Pound foi substituído por Murilo Mendes e Mário Quintana como epígrafes. Mas conferi e fiquei tranqüilo: lá está A TORRE SEM DEGRAUS, DE DRUMMOND, no mesmo título, até no mesmo negrito, e que reflete, desde o título, o mesmo uso do “r” de Carlos Drummond de Andrade. As duas ou três alterações mínimas que tem, uma inversão de palavras na mesma parte em que uma citação passa a constar entre aspas e mais próxima ao parágrafo anterior, uma letra “n” e uma “a”, em acréscimo de sonoridade quase imperceptivelmente aperfeiçoada às palavras de outro dos vinte parágrafos, e o acréscimo de poemas depois do final do mesmo: tudo apenas confirmatório. E um mundo para reler, agora acrescido dos elogios de Cassiano Ricardo, Carlos Nejar, Ledo Ivo, e a suprema glória de uma carta a Legendre por parte de Antônio Houaiss: “Se só venho agora agradecer o seu *Inventário do Canto* é porque, no meio tempo, o li, reli, transli várias vezes. Isso bastaria para significar-lhe o quanto ele foi, é e será assim.”

Sim, escritores redigem aquilo que de repente percebemos ser exatamente o que diríamos numa determinada circunstância, e Antônio Houaiss é, evidentemente, um escritor – e um escritor como poucos. De quebra, a citação final de um trecho de Robert Frost sobre poesia, por sua vez afirmando algo que nunca aceiteste reconhecer publicamente, mas que sabes verdadeiro: “É absurdo pensar que o único meio de saber se um poema é imortal seja aguardar que ele perdure. Quem sabe ler um bom poema deve poder dizer, no momento em que é por ele atingido, se recebeu ou não um golpe de que nunca mais se curará (...)”.

O mesmo ocorre com os livros. Existe um tipo de gosto poético extremamente cultivado, que não teme o experimentalismo, que só a leitura dos livros de João Cabral de Melo Neto, Murilo Mendes, Paulo Mendes Campos, Jorge de Lima, Walmir Ayala, Heitor Saldanha e, também, de Dimitri Sigalinos pode satisfazer.

Mas neste pequeno e seletivo caudal de cabeceiras, o meu livro favorito é *Inventário do Canto*, de Carlos Saldanha Legendre. Em qualquer das duas edições. Aquela de 1971, que documenta uma busca típica de uma época, e a de 2000, que nos ensina ser a perfeição algo atingível. Reescrever por quase três décadas um livro de poemas é uma das mais dignas tarefas a que um homem pode – e deve – se dedicar. Um grande poeta é, afinal, um homem que se dedica à obra de poesia, esta, aqui, agora, de forma absoluta, definitiva: para todo o sempre. “...a perenidade, em poesia (...) não necessita de ser provada pelo tempo: aprende-se instantaneamente (...)”, prossegue o texto de Robert Frost. E realmente estamos diante de um dos mais belos inventários já feitos dos limites a que se possa chegar em poesia praticada com técnica exímia, concisão extrema e domínio absoluto do uso da palavra como sonoridade e

A galinha

Próximo, ouço
bater o bico
no pasto
rico.

- A galinha
obra na manhã!

Cavouca arisca,
cisca o sujo,
a sobra.

Desplanta
mínima planta,
milho, minhoca.

Severa, escama
o seco da bosta.

Arrosta afoita
cada inseto
inserto na lama.

Mercado de fomes
profundas, impuro
oceano de pedras,
a cidade assiste
à dura faina.



Carlos Saldanha Legendre.

Labuta,
escrava,
esfarinha.

Lento começa
a avultar o gordo
sob as penas.

A galinha
passa-me rente,
segue adiante
em luta
semelhante
à minha:

enquanto canto,
cisco
chão insubmisso,
transcendente.

imagem, que vêm desde seu primeiro livro de poesia, *Canto ao mar de Piriápolis* (1962), e que será pelo menos mantido, ou quem sabe superado, o que será quase incrível, em sua *Elegia à Lesma*, pelo que dele já lemos ou ouvimos o poeta declamar.

A mesma qualidade nos embevece em seus excelentes poemas por ora esparsos, e com a qual a revista de literatura da AJURIS, por exemplo, tem brindado a grande quantidade dos leitores aos quais é distribuída gratuitamente, e do que testemunham cartas por vezes tocantes chegadas de remotas localidades, escritas por desprivilegiados professores de longínquos sertões. É mais um ato de comovedor humanismo do poder por excelência onde o homem usa a palavra pela construção de um mundo melhor para sua espécie através do uso jurídico do instrumento maior da humanidade: a sentença, essa manifestação de linguagem comum ao fazer literatura e ao fazer justiça, o que, de alguma maneira que apenas vislumbramos, é a mesma matéria.

Alberto Crusius. Escritor publicado em vários veículos de literatura do País, esclarece que não faz parte do Poder Judiciário, não sendo juiz nem advogado. Acha difícil, mas às vezes necessário, falar de si mesmo na terceira pessoa...

Xico Stockinger: uma vida dedicada à arte

Lisiane Mello Oviedo

FRANCISCO Stockinger está feliz da vida, satisfeito por aliar longevidade e saúde, no alto dos seus 88 anos. Mantém uma rotina de trabalho intensa, dando expediente todas as tardes em seu atelier, na Vila Nova, zona sul de Porto Alegre. Não abre mão de, duas vezes na semana, praticar ginástica com o auxílio de um *personal trainer*.

No local, conta com a companhia da escultora He-loísa Tregnaco e do ajudante Ricardo, além da gata carinhosamente apelidada como Xica. “Conheci Helô há 17 anos, ela nunca deixou de manter contato. Hoje, somos colegas de trabalho e eu a quero como uma filha. Inclusive, no dia em que eu morrer, esse atelier será dela, já registrei em cartório a minha doação”, revela.

O ajudante Ricardo fica sempre em volta do patrão, ajudando, principalmente, na comunicação, já que Xico tem a audição limitada. “O seu Xico é uma pessoa muito tranquila, é fácil de trabalhar com ele. Sem falar que aprendemos muito. E não falo só de arte, falo de lições de vida”, diz Ricardo.

A opção pela escultura

O desenho foi a primeira descoberta artística de Xico Stockinger. “Sempre gostei de desenhar”, conta ele que, no quarto ano primário do colégio Mackenzie, em São Paulo, foi aluno da pintora Anita Malfatti. “Essa feliz coincidência foi uma entre as várias situações do destino que me levaram para o caminho da arte”, acredita.

Por causa da habilidade para desenhar, todos o incentivavam a estudar pintura e aprofundar o conhecimento em traços. O caso é que Xico já havia escolhido outra arte como a sua preferida. “Eu me apaixonei pela escultura sem antes saber que era assim que essa arte se chamava. Diziam que eu tinha que saber pintura, mas eu dizia: “escultura”.

Ao concluir os seus estudos fundamentais em São Paulo, em 1937, mudou-se para o Rio de Janeiro. Lá, Xico ingressou no Aeroclub do Brasil. Mas a aviação estava com os dias contados na carreira de Xico, porque, em 1939, estourou a Primeira Guerra Mundial. Por ser austríaco, Stockinger foi proibido de comandar aviões brasileiros. Embora estivesse morando no Brasil desde os seus dois anos de idade (ele se naturalizou brasileiro apenas em 1956), o seu comandante entendeu que mantê-lo entre o corpo de pilotos poderia ser perigoso.

Como saída para o trauma, diplomou-se na primeira turma de nível superior do curso de meteorologia do país. “Realmente, era uma profissão de futuro na época. Mas o caso é que é muito chato ser meteorologista”, declara ele.

Em 1946 resolveu, enfim, se dedicar aos estudos artísticos. Matriculou-se no Museu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. “A partir daí, foram três anos só se dedicando à escultura. Puro prazer!”. Paralelamente, passou a trabalhar no atelier do artista e amigo Bruno Giorgi. Precisava de dinheiro e começou a trabalhar no Diário Carioca e, mais tarde, no Cangaceiro, como caricaturista. O Cangaceiro era um jornal sensacionalista, sem respaldo algum às boas práticas jornalísticas. “Nunca me esqueço, inclusive, do nome do cronista social: Jacinto Dores Aquino Rêgo”, diverte-se ao lembrar.

Oito anos após iniciar seus aprimoramentos em escultura, Xico Stockinger mudou-se para Porto Alegre. “Casei no Rio de Janeiro, mas minha esposa é gaúcha e quis voltar para sua terra para ter e criar os nossos filhos”. Seu primeiro emprego foi no Diário de Notícias. Além de caricaturas, trabalhou com xilogravuras e diagramação.

Não demorou para que os gaúchos reconhecessem em Xico Stockinger um grande artista. Ele foi presidente da Associação Rio-grandense de Artes Plásticas Francisco Lisboa, fundou e foi o primeiro diretor do Atelier Livre da Prefeitura de Porto Alegre, tornou-se diretor da Divisão de Artes do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, além de diretor do Museu de Arte do Estado. “Porto Alegre me acolheu e sempre me tratou com muito carinho”, afirma Stockinger que se declara um apaixonado pela Capital.

Família

Como a maioria das pessoas, é na família que Xico Stockinger encontra motivação para manter a sua carreira profissional ativa e a sua saúde permanentemente em dia. “Eles me cobram para que eu permaneça vivo. E digo vivo não no sentido de respirar, mas sim no sentido de viver com plenitude”.

Casado há mais de 50 anos com Yedda Stockinger, Xico é pai de um casal de filhos. Francisco Antônio Stockinger, o primogênito, é fazendeiro, mora em Porto Alegre e mantém negócios em Bagé. Jussara Stockinger trabalha e reside em Tapes. No total, são três netos. Francisco Tiago é advogado, Leonardo estuda Belas Artes na Austrália. “Vai ser escultor! Leonardo tem o dom”. Alexandre, filho de Jussara, é veterinário e mora com os avós na ampla casa no bairro Cristal.

Stockingeri e Xicoii

Em meados da década de 1970, ocasião em que foi operado das coronárias e, posteriormente, contraiu uma hepatite que o deixou durante oito meses de cama, Xico descobriu mais uma paixão: colecionar cactos. “A leitura estava me entristecendo. Foi então que minha esposa me mostrou um folheto que falava sobre cactos. Me interessei pelo assunto e passei a pesquisar, falando com cultivadores da Alemanha e em livros importados.

Restabelecido da hepatite e já se considerando um razoável conhecedor dos cactos, Stockinger começou a viajar em busca das mais de duas mil diferentes es-

pécies existentes dessa planta. “Me tornei um caçador de cactos. Fui até para a Argentina e Bolívia atrás deles. Mas foi em Estrela, aqui no Rio Grande do Sul, que encontrei várias das principais espécies que buscava”, ressalta.

Hoje, Xico tem mais de quatrocentas mudas de cactos, divididas entre o atelier e a sua casa. “Já tive muito mais. Estou começando a cansar, acho que é a idade”, caça ele. Sobre o segredo de manter tantas e tantas plantas, ele fala com simplicidade. “Os cactos não são exigentes. Basta regar no verão e deixar que repousem no inverno”.

A dedicação aos cactos rendeu a Xico o direito de batizar três espécies até então desconhecidas da planta e que ele descobriu. Duas são do tipo Nonocactus: *Stockingeri* e *Xicoii*, e uma da categoria Fraileia, também batizada de *Stockingeri*. Os Nonocactus inéditos foram encontrados por Xico nos municípios de Herval do Sul e São Luiz Gonzaga. E a Fraileia foi localizada em Pantano Grande. Hoje, as três espécies estão registradas nos principais catálogos de cactos.



Foto: AJURIS.

Lisiane Mello Oviedo é jornalista do Departamento de Comunicação Social da AJURIS.



Populário Musical no Sul II

Segunda metade do século XX, fase pré-festivais: Irmãos Bertussi, Paulo Ruschel, Barbosa Lessa e Paixão Cortes

Irineu Mariani

EM *Populário Musical no Sul I, Caderno de Literatura* nº 12, Ano VIII, focamos a 1ª metade do século XX, destacando Lupicínio Rodrigues, Pedro Raymundo, gaita, radiofonia e trova. Lupi talhou a música popular gaúcha urbana, e Raymundo a rural, chamada *gauchesca*. Ainda com base nos 30 volumes de *O Som no Sul*, de Henrique Mann, retornamos, agora focando a 2ª metade do século XX, fase pré-festivais. As fases da história não têm data marcada para iniciar e terminar, e sim marcantes que determinam o início de uma e o início do fim de outra. A que vem não surge de repente, nem de repente desaparece a que vai. Elegemos, então, a fundação do *35 CTG*, em 24-4-1948, como início de nova fase do *populário musical gaúcho*, mas as personagens e influências continuaram presentes, apenas não predominando. Elegemos, agora, como final, o início dos festivais, em 1971, o primeiro, mais famoso e marcante: o *Califórnia da Canção Nativa*, de Uruguaiana.

Feitas essas achegas, despontam **IRMÃOS BERTUSSI** no cenário musical do RS. João Bertussi Filho veio da Itália, em fins do século XIX, indo a Criúva, serra gaúcha. Começou a importar gaitas. Seu filho, Fioravante, aprendeu a tocar para demonstrar e vender. Era também clarinetista e conhecedor de teoria musical. Casou-se com Juvelina Siqueira. Quatro filhos: Honeyde (1923), Walmor (1925), Wilson (1927) e Adelar (1933).

Todos revelaram musicalidade. Formou-se uma *minibanda familiar*, mas apenas Honeyde e Adelar seguiram a carreira. O primeiro sinal da dupla ocorreu em 1942, ano em que Honeyde, já adestrado no violão, comprou uma gaita Todeschini 80 baixos. Em maio, uma enchente no rio Mulada impediu a orquestra de tocar num baile de casamento. Honeyde, 19 anos, foi chamado, e Adelar, 9 anos, fez um chocalho com uma lata. Honeyde era carpinteiro. Ganhava 3 mil réis por mês. No final, ganhou 20 mil e foi contratado para tocar noutro baile por 30 mil. "*Daquele dia em diante – disse –, nunca mais parei.*"

Em 1946, terminando a minibanda (Walmor e Wilson foram ser caminhoneiros), Honeyde começou a se apresentar na Rádio Caxias do Sul, época em que compôs o famoso bugio *Casamento da Doralice*; em 1948, conseguiu um programa com o nome *Cancioneiro das Coxilhas*.

Em 1949, surgiu a dupla *Irmãos Bertussi*, com Adelar e Honeyde. Em 1952 e 1954, foram a SP para gravar. Não conseguiram. Foram ao RJ, onde Mário Mascarenhas os encaminhou a David Nasser, da revista *O Cruzeiro* e este a Emílio Vitale, da Gravadora Copacabana. Foi assim que, em 1955, gravaram o LP *Sangue de Gaúcho*. Adelar assumiu programa na Rádio Mairynk Veiga (RJ), e Honeyde, emprego na Academia Mascarenhas. A partir de então, lançaram

os LPs *Cancioneiro das Coxilhas*, 1956; *Só para Você*, 1957, ano em que Adelar assumiu programas na Rádio e na TV Tupi (RJ); *Nos Pagos do Sul*, 1958, quando também tiveram programa na Rádio Gaúcha; *Passeando nos Pagos*, 1960; *Que Linda é a Vida*, 1961; *Oh de Casa*, 1962, contendo a música que deu nome ao LP, um dos maiores sucessos da dupla, e *Irmãos Bertussi*, 1963.

A partir de 1964, passou a existir **OS BERTUSSI**, com Daltro, filho de Honeyde, também exímio acordeonista. Em 1967, passaram a produções individuais. Honeyde e Daltro, 8 discos, e Adelar e o filho Gilnei, 22. Em 1977, Fioravante gravou, com seu clarinete, *Relíquias do Passado*, documento de grande valor histórico. Em 1996, faleceu Honeyde, deixando, computada a produção com a dupla, em torno de 40 LPs, 6 compactos e 10 CDs.

Não por acaso, fala-se em *Escola Bertussi* e em *Música Bertussi*. A família, mas em especial Adelar e Honeyde, muito contribuiu ao populário musical do RS. Escolarizados em teoria musical, faziam arranjos, explorando tecnicamente a riqueza das melodias. Antes, música rica em ritmo, mas pobre em harmonia; a partir deles, rica também em harmonia, arranjos e instrumentos com mais recursos, especialmente a gaita 120 baixos, tocada a quatro mãos *virtuosos*. Antes, predominavam temas tristes, sombrios; a partir deles, a chamada *música de baile*, que transmite alegria, marca do povo italiano.

PAULO RUSCHEL: atleta em natação (bicampeão estadual e vice-campeão nacional), aviador, cantor, compositor, escultor, ator e produtor de rádio e TV. Nasceu em Passo Fundo em 11-5-1919 e faleceu com apenas 55 anos (ataque cardíaco), em 6-6-1974.

Criou a *Calhandra de Ouro*, premiação máxima da Califórnia da Canção Nativa, de Uruguaiana, convidado, em 1970, por Paixão Cortes, Presidente da Ordem dos Músicos/RS. Também trabalhou como cenarista do filme *Luta nos Pampas* (1961), considerado inaugurador do *Ciclo da Bombacha* no cinema nacional, abrindo caminho aos filmes de Teixeira e José Mendes, até *Um certo Capitão Rodrigo*, de Erico Verissimo.

Na música, foi integrante do *Quitandinha Serenaders*, catapulta de Lupi, em 1946, quando o grupo apareceu num filme da Atlântida cantando *Felicidade*. Em 1948, afastou-se do *Quitandinha*, aquerenciando-se em Cruz Alta, onde compôs *Charqueadas* ou *Os Homens de Preto*, imortalizada em 1959 pelo grupo *Os Gaudérios* e eleita, em 2000, numa enquete do jornal Zero Hora, como uma das dez músicas do século XX no Rio Grande do Sul. Voltou a São Paulo em 1950, onde criou *Quebre o Disco* na TV Paulista, copiado por Flávio Cavalcanti. Há outras can-

ções integradas ao populário, em especial a partir de 1957, quando o Coral da UFRGS fez turnê incluindo-as no repertório e, na década de 1970, no Festival de Coros no RS. Alguns exemplos: *Roda Carreta*; *Iemanjá* e *Minha Terra*. Em 1970, compôs, com Airton Pimentel, a trilha sonora de *Um certo Capitão Rodrigo*; em 1972, *Morada*, melhor arranjo da Califórnia da Canção Nativa.

Abro agora as porteiiras a duas figuras realmente exponenciais: BARBOSA LESSA e PAIXÃO CORTES, pontas-de-lança do movimento tradicionalista. Henrique Mann escreve: "*Folclorista é a palavra mais usada para definir Paixão Cortes. (...) Sua história tem origens semelhantes à de Barbosa Lessa, no que se refere à obstinação em revigorar a cultura gaúcha e seus símbolos. Os motivos e o período histórico são os mesmos. (...) Enquanto Lessa é um teórico e multimídia que buscou circular nacionalmente, Paixão desbravou os interiores do Rio Grande do Sul palmo a palmo. (...) Ao lado do parceiro Barbosa Lessa, é o responsável direto pelo movimento tradicionalista e toda a nossa cultura posterior a ele. (...)*". (O Som no Sul, vol. 3, p. 11).

Luiz Carlos BARBOSA LESSA, compositor, poeta, escritor, publicitário, atuante em rádio e TV, cinema e teatro. Autodenominou-se *multimídia*. Nasceu em 13-12-1929 em Piratini, capital Farroupilha, e faleceu em 11-3-2002 em Camaquã, onde morava desde 1987. De 1978/83, foi Secretário Estadual da Cultura. Conseguiu transformar o Hotel Magestic na *Casa de Cultura do Rio Grande do Sul*, mais tarde *Casa de Cultura Mario Quintana*.

Após Pelotas, em 1942, onde criou o conjunto *Os Minuanos*, veio a Porto Alegre em 1945, matriculando-se no Colégio Júlio de Castilhos, aí encontrando um grupo que revolucionou a cultura gaúcha, destacando-se dentre eles Paixão Cortes. Em 1947, foi convidado por Paixão a fundar o Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil do Julinho, que originou o Movimento Tradicionalista. Cavalgaram pelas ruas de Porto Alegre, realizaram a Ronda Crioula e a Semana Farroupilha. Em 24-4-1948, Lessa, Paixão e 22 jovens fundaram o *35 CTG*, evento que definiu nova fase do populário musical, ano em que compôs *Negrinho do Pastoreio*, um clássico do cancionero gaúcho.

Em 1950, comandou o programa *Querência*, na Rádio Farroupilha, que fazia concorrência com *Campereadas*, de Lauro Rodrigues, na Gaúcha. Ainda, Lessa e Paixão começaram a fazer pesquisas por todo o RS, garimpando danças gaúchas, temas musicais e indumentárias. Em 1951, publicou *As Mais Belas Poesias Gauchescas*, iniciando-se como escritor, o que o levou, após 49 anos, em 2000, já com mais de 60 livros de história, folclore, cultura e arte, também em âmbito nacional, a ser eleito Patrono da Feira do Livro de Porto Alegre.

O *Conjunto Farroupilha* foi grande divulgador das músicas de Lessa. De 1953-55, gravou diversas. Além de *Negrinho do Pastoreio*, também *Carreteiro*, *Me dá um Mate*, *Rancheira de Carreirinha*, e em parceria com Paixão, *Balaio*, *Chirimindé* e *Tatu*. Também foi lançado o LP *Danças Gaúchas*. O acervo que Lessa nos deixou como compositor é tão vasto quanto como escritor. Foram contabilizadas 52 músicas, gravadas por vários intérpretes gaúchos e nacionais e até coros internacionais. Se considerarmos as gravações por diferentes músicos, são aproximadamente 200, em vários países, como Argentina, Holanda, Dinamarca, Ale-

manha e Áustria. Por exemplo, a canção *Negrinho do Pastoreio* já foi gravada 22 vezes, e não muito longe está outra obra-prima: *Balseiros do Rio Uruguai*, 1963. A respeito das atividades com Paixão Cortes, disse: "*Íamos um para cada lado nos fins de semana e juntos nas férias. Eu achava um pedaço da letra ou da melodia em Passo Fundo, o Paixão achava outros pedaços em Dom Pedrito, alguém dava uma dica da coreografia em São Sepé. Aí a gente juntava tudo e recriava a dança. A única dança que encontramos completa foi o 'Pezinho', em Palmares. Tínhamos as citações de autores, como Cezimbra Jaques, que falavam em ter havido aquelas danças, mas só conseguimos as melodias e coreografias quando fomos atrás delas.*"

João Carlos D'Ávila PAIXÃO CORTES é, junto com LESSA, o maior monumento em termos de pesquisa de folclorismo do povo gaúcho. Nasceu em 12-7-1927, em Santana do Livramento, onde comemorou 80 anos em 2007. Estudou em Uruguaiana e continuou em Porto Alegre, no Colégio Júlio de Castilhos. À época, havia resistência à cultura regional, resultado da ditadura Vargas (1937-45), que, a pretexto de promover a unidade nacional, queimou as bandeiras dos Estados.

Em 1947, Paixão Cortes, com outros colegas, entre eles Lessa, deflagrou ações para resgatar a cultura regional, começando pela fundação do Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos. Foi pioneiro na criação de várias solenidades cívicas e culturais, como a *Chama Crioula*, acesa no *Fogo Simbólico da Pátria*, desfile de cavalarianos tipicamente trajados na Semana da Pátria, baile gauchesco, concursos de indumentário, fotográficos e literários. Esses eventos integraram a *Primeira Ronda Crioula* que originou a *Semana Farroupilha*, oficializada em 1964.

Em 24-4-1948, liderou a fundação do *35 CTG*, sendo seu 1º Patrão, entidade que deu origem ao Movimento Tradicionalista Gaúcho, ponto inicial dos mais de 3.700 Centros de Tradições Gauchescas espalhados pelo mundo, o mais expressivo culto aos temas populares nativos da América do Sul. Desde então, começou a percorrer o RS, recolhendo riquíssimo acervo folclórico em músicas, danças, indumentárias, histórias, peças de montagem e utensílios diversos. Vários gêneros e ritmos seriam perdidos não fosse o seu trabalho e o de Lessa. Em 1952, lançou disco, gravado pelo *Conjunto Farroupilha*, contendo temas gaúchos recolhidos com Lessa. Em 1953, fundou o *Conjunto Folclórico Tropeiros da Tradição*, dando caráter profissional, isto é, montagens de grandes espetáculos musicoreográficos com 45 danças típicas e esmerada indumentária.

Em 1955, criou o famoso *Grande Rodeio Coringa*, na Rádio Farroupilha, convidando Darcy Fagundes para dividir a apresentação. Em 20-9-1958, foi inaugurada a *Estátua do Laçador*, de Antônio Caringi, para a qual serviu de modelo vivo e consultor de indumentária, na Praça do Bombeador, principal entrada de Porto Alegre, transferida, após quase 49 anos, em 11-3-2007, para o Sítio do Laçador, em frente ao antigo terminal do Aeroporto Salgado Filho, longe 600m do lugar original. Paixão, hospitalizado devido ao estado emocional, não pôde estar presente na solenidade. O deslocamento ocorreu para que o monumento não perdesse a visibilidade por causa da construção de um viaduto que levará o nome de Leonel Brizola, falecido em 21-

6-2004, casualmente eleito governador em 1958, mesmo ano da inauguração.

Até 2001, já eram 41 obras literárias com temas ligados à história, ao folclore, manifestações artísticas, hábitos e costumes do gaúcho.

Na área da música, investigou em todas as direções, por exemplo, *Terno de Reis – Cantigas do Natal Gaúcho*, 1960; *Reses – Cânticos do Ciclo Natalino Rio-Grandense*, 1979; *Festas Juninas e dos Santos Padroeiros*, 1980; *Os Reses no Natal Gauchesco*, 1981; *Folias do Divino e Folclore Gaúcho – Festas, Bailes, Música e Religiosidade Rural*, 1983. Lançou 8 discos, dentre eles, *Folclore do Pampa*, 1962; *Tradição e Folclore do Sul*, 1964; *Paixão Cortes*, 1970, ano em que também participou do filme *Um certo Capitão Rodrigo*, no papel de Pedro Terra, além de ser consultor de costumes e revisor de texto; *Do Folk aos Novos Rumos*, 1974; *Cantando e Bailando e Cantares e Sapateios Gaúchos*, ambos em 1982. Foi Presidente da Ordem dos Músicos, Seção do RS, gestão 1971-73, o que se repetiu em 1979. Digna de registro é também sua pesquisa a respeito da casa A Elétrica, a segunda gravadora da América Latina, estabelecida em Porto Alegre em 1913, onde, segundo suas conclusões, foi gravado o primeiro tango no mundo, *El Chamuyo*; conseguiu recuperar várias preciosidades, inclusive a prensa de discos, que servia de cocho num galinheiro.

Em depoimento a Henrique Mann, disse: "*Recolhi mais de setenta danças, um número de músicas e indumentárias que nem posso precisar a quantidade. Fui a Londres buscar peças originais de 1558. Durante cinqüenta anos, visitei quase todos os municípios do RS, entrevistei, filmei, gravei, documentei, publiquei e assinei as minhas pesquisas*". É sua a frase, inclusive escrita no LP *Paixão Cortes*: "*Nada mais universal que o folclórico, nada mais regional que o folclórico. São universais os elementos, são regionais as combinações.*"

Mas retornemos a 1947. Após acompanhar o traslado dos restos mortais do general farroupilha David Canabarro, Paixão foi a cavalo até a av. João Pessoa, em Porto Alegre. Apeou para apertar as cilhas. Vestia um chiripá (espécie de avental de lã ou de couro cru, até um pouco abaixo dos joelhos). Alguém o chamou de palhaço. Paixão montou e saiu riscando o lombo do tal sujeito a relhaços por uns 200 metros. "*No início do movimento – escreveu em Origem da Semana Farroupilha – tinha que ser assim, não havia oportunidade para explicação nem catequese.*" Pois bem, a *Estátua do Laçador*, para a qual serviu de modelo vivo, portava na mão esquerda as boleadeiras. Foram furtadas! Em 1993, houve uma reforma, e um relho foi colocado naquela mão. Mera coincidência com o episódio de 1947? Historicamente, o relho diz mais. Passados 45 anos, em 20-9-2002, o episódio de certo modo se repetiu quando, a relhaços, a gauchada expulsou do desfile da Semana Farroupilha a figura ridícula de alguém que se intitulava *Capitão Gay*, não pela condição em si, mas pela extravagância, desrespeitando a solenidade. É como disse Paixão Cortes: em certos momentos, não há tempo a explicação nem catequese.

Paixão Cortes salvou o Rio Grande do Sul da amnésia. Ele é o próprio monumento imortalizado na *Estátua do Laçador*. É o símbolo do gauchismo. Escapam-me voz e escrita, quão grande é a sua importância para a nossa Histó-

ria. Por isso, fechando as porteiras, nelas escrevo apenas duas palavras, as quais dizem tudo: *PAIXÃO CORTES!*

Fotos:
Irmãos Bertussi
Paulo Ruschel
Barbosa Lessa
Paixão Cortes

Irineu Mariani é autor de livros, compositor, maestro do Coral da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, ex-aluno do curso de Composição e Regência da Faculdade de Belas Artes da UFRGS, Desembargador do Tribunal de Justiça do RS, Professor de Direito Comercial na Escola Superior da Magistratura do RS.

Do Direito, da literatura e da vida

Jaime Cimenti

QUANDO ingressei no Direito da UFRGS, lá pelo século passado, em 1974, nos primeiros dias os professores me ensinaram que “ubi societas, ibi jus”, ou seja, se não houver regras, as pessoas acabam derrubando as cercas, cruzando os sinais vermelhos, roubando e matando, e a espécie humana vai para as calendas gregas. Hoje, nestes tempos ditos pós-modernos, as regras e a tal da ética andam, por assim dizer, com os limites (?) elásticos. Mas não esqueço do velho brocardo aprendido nos bancos da vetusta e elegante Casa de André da Rocha e acredito, sim, em regras, em bom convívio e boas leis e em textos mais ou menos estruturados, como o que estou escrevendo agora. Confesso que não sou muito chegado em algumas coisas “alternativas” radicais que andam por aí. O casamento é meu esporte mais radical. Não gosto muito de certos operadores jurídicos que, mal aprovados nos concursos da OAB e dos órgãos públicos jurídicos, ficam se sentindo e se achando e achando que fizeram concurso para Deus.

Falam e escrevem em linguagem mais intrincada, ininteligível e empolada que as ficções de James Joyce. Clareza, simplicidade, objetividade e elegância fazem bem. Principalmente para quem realmente tem o que dizer e consciência de que somos pequenos grãos de areia e que precisamos que o próximo nos entenda, ao menos minimamente. Essa conversa introdutória, que se foi meio chata tem o mérito de ter sido rápida, na real foi mais para relacionar Direito, literatura e vida. Acho que a maior parte dos “operadores do direito” (eu acho mais bonito dizer juristas, sim, sei que estou ficando velho...) não se emociona muito com o Direito e tem um vínculo, digamos, mais racional com a Ciência do Direito. Modernamente a ciência tenta não ser lá tão racional e os cientistas andam falando em fé, Deus e outras coisas. Uma vez me perguntaram se eu não gostava de Direito. Respondi que gostava, mas perguntei para o perguntador: o que tu preferes, ler Pontes de Miranda ou Machado de Assis? Sempre achei que os estudantes de Direito e os formados devem ler outros assuntos além de

Direito. O saudoso e querido Lenine Nequete e o querido e vivo Plauto Faraco de Azevedo, entre outros, me ensinaram a ler e viver além das fronteiras do pensamento jurídico. Além de J. X. Carvalho de Mendonça, Pontes, Russomano (que gosta muito de literatura), sempre li Balzac, Machado, Edgar Allan Poe, Maupassant, Erico, Jorge Amado, Moravia, Hemingway, Quintana, Drummond, Bandeira e tantos outros. Claro que é uma visão pessoal e nada tenho contra quem se basta lendo e estudando somente obras jurídicas. Mas minha experiência de mais de trinta anos no meio jurídico diz que os juristas leitores de poesia e ficção se mostram profissionais, geralmente, de mais profundidade e, claro, são melhores companheiros para conversas de rua, calçada, bar, restaurante e outros locais, especialmente outros locais. Mesclar narrativas como as de Balzac (que, aliás, têm muito a ver com leis, Justiça, etc.) com histórias de clientes e processos é, sem dúvida, muito interessante e muito enriquecedor. Nos Estados Unidos, especialmente, surgiram os “thrillers” jurídicos, pontificando o John Grisham como o grande romancista moderno dos processos e tribunais.

Este **Caderno de Literatura**, tão apreciado e bem-sucedido, mostra justamente a importância da vinculação possível e desejável entre o Direito e a Literatura. É isso. A vida em sociedade, como disse no início desta despretensiosa e meio descosturada conversa, precisa de normas, leis, para ser possível e agradável. Sem regramentos mínimos e humanos te(re)mos a barbárie, a guerra, a injustiça, a desigualdade, a fome, a violência e outras coisas terríveis. Enfim, juntando Direito, poesia e prosa das boas e outras misturas e poções pós-modernas do bem, mais grandes quantidades de amor (que é o mais importante de tudo), acho que a vida fica melhor, bem melhor, muitíssimo melhor. Direito, literatura, vida, tudo bem embolado, fica bom.

Jaime Cimenti é escritor, jornalista, Procurador Regional do Trabalho, colunista do Jornal do Comércio, autor dos livros *Lâminas paralelas* e *O nome da relação*. <jcimenti@terra.com.br>

Estrada

Mônica Sette Lopes

ELA começou falando da estrada. Falou de um ponto determinado em que ela parece se desligar do resto das estradas. Lembrava daquilo de muitos anos. Das idas à casa de parentes, dos feriados, das férias. De seu pai que nasceria ali e dos dias em que, menina, fora com ele. Só para ir com ele. Ir e voltar no mesmo dia. Uma viagem burocrática para resolver problema. Chegar lá, comer frango ao molho pardo, conversar conversas minúsculas, atalhar a sinuosidade das ruas. E voltar, percorrendo silêncio e paisagem. Uma viagem de frases curtas. Monossílabos.

E quando falou do caminho, foi mesmo só por causa da estrada e de suas cores. A montanha e a vegetação entre o mais estranho cinza e o vermelho mais forte. A subida deslizando no corpo. As flores do mato de lindeza não planejada. As pedras riscando a vista. Esculturas.

Disse que tinha ido sozinha, emocionada, e que a estrada tinha entrado dentro dela. O dia estava cheio de ar. Quase sufocou. E num susto percebeu que tinha se esquecido completamente do que era feito aquele percurso. E precisava voltar àquele cenário de eternidade e recolher suas lembranças. Disse que o rádio tocava e que nem sentia o tempo e que nem queria chegar. O tempo afagado pela música. A palavra como sobra do destino. Uma alegoria para o vazio da alma em que a gente às vezes se isola. Suspensão.

O caminho era um lugar de nunca mais, um vácuo sem passagem. A interrupção de todos os conflitos. E a estrada com curvas mansas. E a subida amena. E o céu azul de afundar. E ela dirigia o carro. E o carro quase voando, tão leve, como se apenas intuisse o relevo. E uma vontade de não saber. O pensamento inerte. Solidão.

Quando ela acabou de contar, ele disse apenas:

- Eu diminuo a velocidade do carro quando passo por ali.

É provável que ele não tenha mexido um músculo, que a voz tenha saído como sempre. Grave, meio falha, para dentro. Quase envergonhada. Ele estava de lado e olhava a parede. Parado.

Só isto. Diminuir a velocidade.

O bastante. Suficiente.

E ela perguntou, quis ouvir de novo:

- Você diminui a velocidade?

Não tinha acreditado que ele pudesse ter dito aquilo assim, daquele jeito. Queria ter certeza de que a estrada era a mesma. A mesma vegetação, o mesmo ar em excesso que faz falta aos pulmões, porque é tirado com os olhos. Mas ele confirmou. Um gesto com a cabeça. Sim.

Tão simples.

Bastava diminuir a velocidade e ficar ali no caminho. Como se ele fosse durar para sempre. Certeza.



Mônica Sette Lopes é Juíza da 12ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte.



Surreal

Afif Simões Neto

COMOVEM-ME os versos de madeira que Neruda dedica a Matilde Urrutia:

"porque na trama destes tecidos invisíveis da água entornada, da incessante areia, sustentamos a única e acosada ternura".

Com a loucura própria de todo criador, Dali pintou a transcendência de seu amor por Gala, que podemos traduzi-lo de cem maneiras, mas não podemos negar: Dali amou Gala!

Se eu fosse realmente senhor da minha vida, estudaria os contrastes das ilusões e a transitoriedade de nossa razão. As cores podem ser falsificadas, amortizadas, acentuadas. Já o incompreensível do apelo só encontra significação quando começamos a decifrar os códigos ocultos nas mensagens mais insanas que alguém pode produzir.

Todos os dias cenas sobrecarregadas de imagens passam pelo insulfilm dos meus olhos e pintam o quadro que não quero: o surrealismo da antipoesia. O filho que sustenta a mãe à conta de troco miúdo rogado nas sinaleiras. A gente, que antes era livre como bicho do mato, vive hoje dentro de cercas elétricas, cumprindo, em presídios que ergueu para si próprio, uma pena sem condenação.

Surreais têm sido os últimos anos apresentados pela biografia dos minutos. Um espetáculo à parte, em tom pastel. É o tempo da procura inútil, da perda de tempo. O homem traz dentro dele cada vez mais pressa, e a pressa do homem nem mesmo ele sabe explicar para que serve, que destino terá.

Um mundo bêbado me consome a vista, e me impele o desejo de ordenar o fragmentado e de esboçar trechos de aquarela nesta imensa tela falsificada.

Afif Simões Neto é Juiz de Direito em Porto Alegre - RS.

Personagem da Insônia

Obra da artista plástica Magliani

Técnica: acrílico sobre tela

Dimensões: 120 x 44 cm

Ano: 1993

Acervo do MARGS

Uma viagem à Rússia e à China

Luiz Carlos da Trindade de Senna

PARA alguns, o turismo moderno nasceu a partir das viagens de Lord Byron (1789-1824), e, antes do final do século XIX, viajar por puro prazer ou na busca do conhecimento era coisa para aristocratas ou sábios aventureiros, e escrever sobre viagens, desde Goethe, é gênero de literatura, e a literatura portuguesa de viagens remonta à era dos descobrimentos.

A minha paixão por viagens por locais distantes e até um pouco fora dos roteiros tradicionais é antiga, tendo começado, contudo, um pouco tarde (aos 48 anos/hoje 52), mas ainda com saúde e bastante juventude espiritual.

Pretendo aqui, modestamente, estimular novos viajantes em potencial, mochileiros como eu ou não, fornecendo informações para a viagem dos sonhos de todo mochileiro que se preza, no caso, como Marco Pólo, mas agora por trem, cruzando as estepes da Rússia Siberiana e chegando à longínqua e outrora inatingível China pelo interior da Mongólia.

A Federação Russa, com mais de 14 milhões de km² e uma população de cerca de 140 milhões de habitantes, possui uma malha ferroviária gigantesca, e os trens, embora antigos, são confortáveis, relativamente rápidos e baratos.

Cheguei a Moscou em uma quinta-feira de abril (2007), início de primavera, com tarde cinzenta e nevando muito, com temperatura de -2° e muito frio, mas um frio agradável; há muitos bons hotéis em Moscou, para todos os gostos e bolsos (US\$ 50-US \$300 *per day*) mas para nós, mochileiros, nada se compara a um albergue (www.albergues.com.br), onde se conhecem pessoas de todas as nacionalidades (conheci um chavista decepcionado com o governo do “companheiro” Lula da Silva). Em Moscou, é imperdível a visita ao Kremlin, à Catedral de São Basílio, os passeios de barco no rio Moscou e no Metrô (cuidado com a catraca nas canelas).

A Transiberiana, com seus mais de 9 mil quilômetros de extensão, começa em Moscou e chega, no outro extremo do país, a Vladivostok, nas margens do Mar do Japão (desta, por menos de US \$200, de *ferry* chega-se às ilhas do arquipélago japonês.)

Derivam da Transiberiana, a partir de Ulan Ude (Km 5.609), outros dois grandes ramais ferroviários; um deles, chamado Transmanchuriano, entra na China por Harbin (famosa por seu festival anual de esculturas gigantes de gelo) e vai até a capital, Pequim (hoje *Beijing*). O outro ramal, também a partir de Ulan Ude, igualmente nos leva a Pequim, mas chega-se à China pelo interior da Mongólia, cruzando as areias do Deserto de Gobi e passando na melan-

cólica e exótica Ulan Bator (segundo alguns, a capital mais feia do mundo/mas não é tanto).

Para os viajantes que optarem por quaisquer das três rotas, sugiro não fazer o trecho todo sem paradas, pois, além de cansativo, deixa-se de conhecer melhor o interior da Rússia Siberiana e suas esplêndidas paisagens naturais (como os Montes Urais, que dividem a Europa da Ásia, e o místico Lago Baikal) e a Sibéria, com seus mais de 10 milhões de km², ocupando 58% da Federação Russa, imensidão gelada onde predominam florestas coníferas (estepe e tundra) e cujas jazidas de recursos minerais são imensas, principalmente de carvão, diamante, ferro e gás natural.

Ao longo da Transiberiana, as maiores cidades são: Vladimir, no km 209, a duas horas e trinta minutos de Moscou, fundada em 995; Nizhny Novgorod, no km 461, a seis horas e trinta minutos de Moscou, fundada em 1121; Kirov, no km 917 e a doze horas e cinqüenta minutos de Moscou, às margens do Vyatka; Perm, no km 1.357, a vinte horas e dez minutos de Moscou e fundada em 1568; Ekaterimburg, no km 1.778, a um dia, duas horas e vinte minutos de Moscou (por aqui, em 1917, o soldado Sverdlovsk fuzilou o Czar Nicolau II e sua família e virou nome de cidade); Tyumen, no km 2.104, a um dia, seis horas e trinta minutos de Moscou; Omsk, no km 2.676, a um dia, treze horas e cinqüenta minutos de Moscou; Novosibirsk, no km 3.303, a um dia, vinte e uma horas e trinta minutos de Moscou, a maior cidade da Sibéria e o terceiro centro cultural e científico da Rússia, fundada em 1893; Krasnoyarsk, no km 4.065, a dois dias, nove horas e vinte minutos de Moscou, com bonitos rios e montanhas, ótima para a caça e a pesca, pelo rio Ienissei, há excursões para o Ártico; Irkutsk, no km 5.153, a três dias, três horas e vinte minutos de Moscou, fundada em 1652 e quase ao lado do lago Baikal; Ulan Ude, no km 5609, a três dias, doze horas e vinte minutos de Moscou, é a capital da República Autônoma de Buryat, fundada em 1.666; Khabarovsk, no km 8.493, a cinco dias quinze horas e quarenta minutos de Moscou, às margens do rio Amur; Ussuriysk, no km 9.147, a seis dias, duas horas e cinqüenta e sete minutos de Moscou; e, por fim, Vladivostok, principal porto russo no Mar do Japão, no km 9.259, a seis dias, cinco horas e dezenove minutos de Moscou.

Na Transmongoliana, a partir de Ulan Ude, as maiores cidades são Zagustay, no km 127, a partir de Ulan Ude; Gusinoe Ozero, no km 138; Dzshida, no km 210; Naushki, no km 253 (fronteira com a Mongólia); Sukhbaatar, no km 21, a partir de Naushki; Darkhan, no km 123; Ulan Bataar, no km 404 (capital da Mongólia);

Chojr, no km 649; Dzamin Ude, no km 1.113 (fronteira com a China); Erlyan, já na China, a 842 km de Pequim; Datong, no km 371; Muralha da China (parada no km 295, para observação); e, por fim, Pequim.

Na Transmanchuriana, a partir de Ulan Ude, temos Chita, no km 6.166 de Moscou; Karymskay, no km 6.292; Olovyanaya, no km 6.410; Borzya, no km 6.509; Zabaikalsk, no km 6.626; Manzhouli, no km 6.638 (fronteira com a China); Hailar, no km 6.773; Boketu, no km 6.973; Harbin, no km 7.573, uma das maiores cidades da China e onde se realiza o festival anual de esculturas gigantes no gelo; Shen'yan, no km 8.120, e, por fim, Pequim (km 8891 de Moscou).

Viajei pela Transiberiana de Moscou até Kirov, percurso de 14 horas, por 2.335 rublos (1 rublo +- 26 dólares), em vagão de segunda classe, em cabine com quatro beliches; depois de 3 dias em Kirov, mais 13 horas até Ekaterimburgo, em primeira classe (cabine com dois beliches), com preço de 1.454 rublos; dois dias após, novo percurso, agora de 21 horas, até Novosibirsk, por 2.333 rublos (é verdadeira a propaganda de que lá vivem as mulheres mais lindas da Rússia); de Novosibirsk até Irkutsk foram 33 horas em cabine de segunda classe, com preço de 2.647 rublos, cidade de onde partem as excursões para o Lago Baikal; por fim, de Irkutsk até Pequim, também em segunda classe, foram 55 horas de viagem (o trecho mais cansativo e o mais caro, 5.500 rublos).

Na fronteira da Mongólia com a China, perdem-se duas horas de viagem para exame de documentação (passaporte com visto), e os vagões são elevados por hidráulicos (com passageiros e suas bagagens), sendo trocadas as rodas, pois a bitola dos trilhos na China é menor.

No último dia da viagem, no dia da chegada a Beijing, na parte da manhã, o trem parou em uma pequena estação e todos os passageiros desceram correndo. Surpreso, segui a horda e, de repente, ao olhar para cima, vi uma das maravilhas do mundo antigo: a Muralha da China, e naquele ponto, subindo e descendo uma grande montanha, o que impressiona e realça ainda mais a grandiosidade da engenharia chinesa antiga.

Na China, ao contrário do que ocorreu na Rússia, muitas foram as dificuldades pelo não conhecimento do Mandarim e por não encontrar, com facilidade, quem fale inglês, e nem taxista de aeroporto sabe o que é um simples e tão conhecido "how much?"; inobstante essas dificuldades, não sentidas nem no Líbano nem na Síria em aventura anterior, compensei ver o Palácio do Imperador e a Praça da Paz Celestial; confesso que, nesta parte da viagem, até pensei no tradicional e certinho "pacote turístico".

Finalizo citando o colega Jorge Adelar Finatto (Revista Multijuris, nº 03, junho 2007, texto *Um abraço*, pág. 97): "faça e realize projetos, sonhe e realize sonhos", e acrescento, a vida é uma grande viagem. "Ser juiz é maravilhoso", mas, na linha de reflexão do texto, reserve tempo para si, para cuidar da saúde, do casamento, dos filhos e não os deixe crescer trocando-os na noite, nos feriados, nas férias e nos finais de semana por complexos e estressantes processos, pois a vida passará e eles continuarão invencíveis. Próxima aventura: Chile, Peru – Machu-Pichu, Equador, Colômbia, Venezuela, Panamá, Nicarágua, Honduras, Guatemala, México e talvez EUA, *by bus*.



Pequena aldeia siberiana.



Museu junto ao Kremlin.



Rússia.



O autor junto ao mapa da Rússia.

Ver claro

Eugénio de Andrade

Toda a poesia é luminosa, até
a mais obscura.
O leitor é que tem às vezes,
em lugar de sol, nevoeiro dentro de si.
E o nevoeiro nunca deixa ver claro.
Se regressar
outra vez e outra vez
e outra vez
a essas sílabas acesas
ficará cego de tanta claridade.
Abençoado seja se lá chegar.

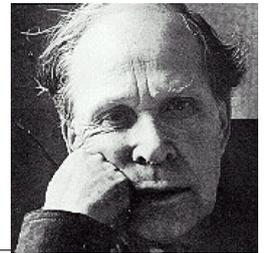


Foto: www.astermentas.com/andrade.htm

Eugénio de Andrade é um dos mais importantes poetas portugueses de todos os tempos. Nasceu em 19 de janeiro de 1923, em Póvoa de Atalaia, centro de Portugal. Foi funcionário dos Serviços Médico-Sociais a partir de 1947 e em 1950 transferiu-se para a cidade do Porto, onde viveu até seu falecimento, em 13 de junho de 2005. No Porto encontra-se a Fundação Eugénio de Andrade, destinada ao estudo e divulgação da poesia. Autor de diversos livros de poemas, foi um poeta raro na arte da expressão intensa e lírica com um mínimo de palavras. O poema que ora publicamos foi extraído de seu livro *Os Sulcos da Sede*, editado em 2001 pela Fundação Eugénio de Andrade.

Outubro

Trago a nova: eu mudo
lento, e é tudo
Sinto ser assim
por estações: aos turnos

Posso voltar
ao ponto de partida
mas luto

Sei que vem outubro
Flores, fruto de seiva
romperão no mundo
(Trabalho duro:
sugar de pedras
rasgar os caules
colher ar puro)

Lento e bruto
eu mudo
Sei que vem
outubro



Outubro, lançado em 1975, numa edição do Instituto Estadual do Livro- Editora A Nação, é um livro que veio para ficar por ter sido legitimado por vários eventos. Primeiro, por ser a antologia de um trabalho que começou sendo exposto na Praça da Alfândega em 1969 (ano em que vieram à luz os primeiros poemas). Expor poema na praça em plena ditadura foi a forma que a geração de Nei Duclós (nascido em 1948 na cidade de Uruguaiana, Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina) encontrou de romper o cerco das várias censuras, da política e dos mercados. Segundo, por ter sido o primeiro livro do poeta que fazia parte de um grupo que se manifestava em Porto Alegre desde o final dos anos 60. Terceiro, por romper com o impasse da poesia oficial da época, pautada pela diluição das vanguardas, o engessamento do verso, o desprezo ao lirismo e ao épico. Uma linguagem burocrática tomava conta das atenções, não permitindo a diversidade que

Tornei-me passos

Nei Duclós

Tornei-me passos
em busca da aurora

Belo como geada
acordei enrolado num cobertor
que o sol dourava
nos terrenos baldios
da minha estrada

As cidades construíram
muros à sua volta
mas com cordas
escalei pedras
e penetrei nas entranhas
de concreto e praças

se verificou depois. *Outubro*, portanto, é um livro pioneiro, que se tornou *cult* por também fazer parte da grande viagem, da procura por novos caminhos na cultura e no comportamento naquela época de viagens e mudanças radicais. É um livro atual, pois continua esgrimindo contra a burocracia do verso e assumindo a emoção que muitos autores teimam em renegar. Mas é uma obra enxuta, sem derramamentos inúteis.

Outubro é fruto da vivência pessoal e política do autor e do seu contato com a longa elaboração poética no século vinte. Tem como fonte todos os grandes poetas que fizeram sua cabeça, especialmente Lorca e Maiakovski. Mas como diz no livro: "Falo de coisas que sei, com palavras que me deram. A canção que eu faço, não herdei".



Foto fornecida pelo autor.

anúncio banrisul

anúncio barrisul

Lição de travessia

Nei Duclós

Sempre que vejo um rio
parece que do outro lado
está a Argentina

As balsas carregadas da infância
sumiram do meu olhar
mas a ponte permaneceu
como eterna promessa
de que todas as margens
podem ser pisadas

O mundo não tem lado certo
pois há uma ponte sólida
por cima de todas as águas

Nei Duclós é poeta e escritor, natural de Uruguaiana - RS. Poema extraído do livro *Outubro*.